



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO L Nº 44

QUARTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1995

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 2, DE 1995-CN

Da Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer quanto à constitucionalidade e ao mérito da Medida Provisória nº 926, de 1º de março de 1995, que "dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, e dá outras providências.

Relator: Deputado Germano Rigotto

I - Relatório

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República editou, em 1º de março de 1995, a Medida Provisória nº 926, cujo texto submete à apreciação do Congresso Nacional.

Trata-se de reedição da Medida Provisória nº 879, de 30 de janeiro de 1995, que estava dentro do prazo de vigência previsto no parágrafo único do supracitado art. 62, embora ainda não apreciada pelo Congresso Nacional.

Aquela, por sua vez era reedição das Medidas Provisórias nº 827, de 10 de janeiro de 1995, 762, de 9 de dezembro de 1994, nº 708, de 11 de novembro de 1994, nº 655, de 13 de outubro de 1994, e nº 616, de 14 de setembro de 1994.

Nos termos do art. 2º da Resolução nº 1, de 1989-CN, foi designada esta Comissão que, conforme disposto no § 5º do art. 5º da retromencionada Resolução, deu como admitida a Medida em seus pressupostos de relevância e urgência, tendo em vista não ter havido deliberação sobre a matéria.

A Medida Provisória estabelece que os direitos **antidumping** e os direitos compensatórios, provisórios ou definitivos, de que tratam o Acordo Antidumping e o Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, serão aplicados mediante a cobrança de importância, em moeda corrente do País, que corresponderá a percentual da margem de **dumping** ou do montante de subsídios, apurados em processo administrativo, nos termos dos mencionados Acordos e da presente Medida Provisória, de forma a sanar o dano ou ameaça de dano à indústria doméstica.

A Medida Provisória, também, autoriza os Ministros da Fazenda e da Indústria, do Comércio e do Turismo, mediante portaria conjunta, a fixar os direitos provisórios ou definitivos, bem como a decidir sobre a suspensão da exigibilidade dos direitos provisórios.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.
É o relatório.

II - Voto

Cabe, agora, a esta Comissão emitir parecer acerca da constitucionalidade e do mérito da Medida Provisória nº 926, de 1995.

Trata a mesma de matéria incluída na competência legislativa privativa da União (art. 22, VIII, da CF), sobre a qual pode dispor tanto o Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República (art. 48 da CF), ou o Presidente da República, diretamente, por meio de medida provisória (art. 62 da CF).

Em Exposição de Motivos anterior, o Poder Executivo informa que "a aplicação das normas do GATT nesta matéria vem sendo feita, até agora, por meio da Resolução CPA nº 1.227, de 14 de maio de 1987, com as alterações constantes da Resolução CPA nº 1.582, de 17 de fevereiro de 1989, e da Portaria nº 132, de 18 de fevereiro de 1992, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento". Tal aplicação, entretanto, tem acarretado algumas dificuldades, uma vez que aqueles regulamentos atribuíam natureza jurídico-tributária aos direitos **antidumping** e compensatórios, embora esses não tenham tal caráter. Isso torna inviável a imediata eficácia do mecanismo, como prevêem o art. 11, do Acordo Antidumping, e os §§ 5º e 9º, do art. 5º, do Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios.

Com a abertura da economia ao comércio internacional, vêm ocorrendo casos de importação maciça de um determinado produto antes do exame das condições de sua comercialização e sem que haja a possibilidade de instituir qualquer proteção diante de abusos, ainda no exercício em que eles se tenham verificado. Espera-se que, com a eliminação da natureza jurídico-tributária dos direitos **antidumping** e compensatórios, e a consequente aplicação imediata destes, se obtenha maior poder dissuasório e se possa, assim, melhor defender o mercado interno, em casos de sofrer este os efeitos de concorrência desleal.

Diante do exposto, conclui-se favoravelmente pela constitucionalidade e pelo mérito da Medida Provisória nº 926, de 1º de março de 1995, pelo que somos por sua aprovação nos termos em que foi proposta.

Sala das Comissões, 21 de março de 1995. - Senador Jonas Pinheiro, Presidente - Deputado Germano Rigotto, Relator - Deputado Júlio Redecker - Deputada Yeda Crusius - Deputado João Ribeiro - Senador Geraldo Melo - Deputado Osório Adriano - Deputado Freire Júnior - Senador Romero Jucá.

EXPEDIENTE

Senado Federal

ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS

Diretor-Geral do Senado Federal

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo do Cegraf

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 550 exemplares

SENADO FEDERAL**SUMÁRIO****1 – ATA DA 22ª SESSÃO, EM 21 DE MARÇO DE 1995****1.1 – ABERTURA****1.2 – EXPEDIENTE****1.2.1 – Mensagem do Presidente da República**

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

– Nº 90, de 1995 (nº 309/95, na origem), de 21 de março de 1995, referente à indicação do Senhor Itamar Augusto Cautiero Franco, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

1.2.2 – Ofício do Ministro do Planejamento e Orçamento

– Nº 95/95, de 16 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 132, de 1995, de autoria do Senador João Rocha.

1.2.3 – Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafa do seguinte projeto:

– Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1995 (nº 121/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a distribuição de efetivo da Aeronáutica em tempo de paz.

1.2.4 – Leitura de projetos:

– Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1995, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências.

– Projeto de Resolução nº 33, de 1995, de autoria do Senador Ney Suassuna, que extingue a Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro.

1.2.5 – Comunicação da Presidência

– Abertura de prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 33/95, lido anteriormente.

1.2.6 – Comunicação

– Do Senador Iris Rezende, de ausência do País no período de 23 a 28 de março de 1995, a fim de representar o Senado Federal na 3ª Reunião da Comissão Interparlamentar Latinoamericana de Direitos Humanos, a realizar-se na Cidade de São José, na Costa Rica.

1.2.7 – Requerimento

– Nº 387, de 1995, de autoria do Senador Geraldo Melo, solicitando que seja considerado como licença autorizada o dia 20 de março de 1995. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.2.8 – Comunicações da Presidência

– Aprovação, pela Mesa do Senado, em sua reunião do dia

16 do corrente, dos Requerimentos nºs 966, de 1994 (em anexo o de nº 342, de 1995), 299, 304 a 327, 330, 331 e 344, de 1995, dos Senadores João Rocha, Gilberto Miranda, Osmar Dias, Casildo Maldaner e Humberto Lunena, de informações aos Ministros mencionados.

– Aprovação, pela Mesa do Senado, em sua reunião de 16 do corrente, dos Requerimentos nºs 236, 237, 251, 260, 261, 264, 265 e 286, de 1995, dos Senadores Romero Jucá, Pedro Simon, Jonas Pinheiro, Mauro Miranda, Geraldo Melo e Júnia Marise, de informações aos Ministros mencionados.

– Recebimento do Ofício nº S/10, de 1995 (nº 224/95, na origem), de 17 de março do corrente, do Supremo Tribunal Federal, solicitando licença prévia para que possa apreciar a queixa-crime, constante dos autos do Inquérito nº 963-6/140, oferecida contra o Senador Ronaldo Cunha Lima.

1.2.9 – Fala da Presidência

– Referente ao tempo destinado aos oradores do Expediente da presente sessão, que será dedicado a comemorar o "Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial", nos termos do Requerimento nº 356, de 1995, de autoria da Senadora Benedita da Silva.

Oradoras: Senadoras BENEDITA DA SILVA e MARINA SILVA.

1.2.10 – Leitura de projetos

– Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensões especiais a Maria Cecília Bevilacqua de Paiva e Maria Teresa Bevilacqua de Paiva, netas do jurista brasileiro Clovis Bevilacqua.

– Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que dispõe sobre a retenção do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital provenientes de fontes situadas no País, quando percebidos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

– Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que concede anistia em decorrência de sanções imputadas pela prática de atos ou fatos que busquem resguardar a moralidade pública.

– Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que modifica o parágrafo 1º do art. 74 do Código de Processo Penal para incluir na competência do Tribunal do Júri o julgamento de crimes contra a Administração Pública, o Sistema Financeiro Nacional, a Seguridade Social e a Ordem Tributária.

1.2.11 – Requerimentos

– Nº 388, de 1995, de autoria do Senador Romeu Tuma e

outros Srs. Senadores, solicitando a realização, no dia 8 de maio, de uma sessão especial comemorativa do 50º aniversário da Vitória Aliada da Segunda Guerra Mundial.

– Nº 389, de 1995, de urgência para a Mensagem nº 39, de 1995, que trata da Operação de Crédito Externo entre o Governo do Estado de Sergipe e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Populações de Baixa Renda do Semi-Arido de Sergipe – Pró-Sertão, conforme exposição de motivos do Ministro de Estado da Fazenda.

1.3 – ORDEM DO DIA

– Requerimento nº 186, de 1995, do Senador Jader Barbalho, solicitando, nos termos regimentais, seja convocado o Ministro de Estado das Minas Energia, Dr. Raimundo Mendes Brito, a fim de que, perante o Plenário, preste esclarecimento sobre estudos e pareceres que embasarão a escolha do local que sediará as instalações da nova refinaria da Petrobrás. **Retirado**, nos termos do Requerimento nº 390/95, subscrito pelo Senador Jader Barbalho, tendo usado da palavra os Srs. Ademir Andrade, José Agripino, Jader Barbalho, Roberto Freire, Beni Veras, Pedro Simon, Mauro Miranda, Gilberto Miranda, Hugo Napoleão e Lúcio Alcântara. Ao Arquivo.

– Requerimento nº 200, de 1995, do Senador Ademir Andrade, solicitando, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, a fim de prestar informações sobre a futura instalação da décima segunda refinaria da Petrobrás. **Retirado**, nos termos do Requerimento nº 391/95, subscrito pelo Senador Ademir Andrade. Ao Arquivo.

1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

– Requerimentos nºs 389, 388 e 387, de 1995, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.**

1.3.2 – Comunicações

– Do Senador Ronaldo Cunha Lima, de ausência do País no período de 26 de março a 06 de abril de 1995, para participar da 93ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Madrid – Espanha.

– Do Senador Guilherme Palmeira, de ausência do País no período de 25 de março a 02 de abril de 1995, para participar da 93ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Madrid – Espanha.

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR **RENAN CALHEIROS** – Desempenho do Grupo de Trabalho para a Modernização e Reforma do Senado Federal.

SENADORA **JÚNIA MARISE**, como Líder – Homenagem

póstuma ao político mineiro Edilson Brandão Guimarães.

SENADOR **ELCIO ALVARES**, como Líder – Elogios ao Senhor Pêrsio Arida, Presidente do Banco Central, pela sua explanação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, na data de hoje.

SENADOR **ADEMIR ANDRADE** – Solidariedade à manifestação dos produtores rurais do Estado do Pará pela preservação do Banco da Amazônia S.A. – BASA, e posicionando-se contra à sua incorporação ao Banco do Nordeste S.A..

SENADOR **FREITAS NETO** – Apelo as autoridades do Banco do Brasil, no sentido de incrementar o atendimento aos agricultores do cerrado piauiense.

SENADOR **ESPERIDIÃO AMIN** – Necessidade de providências da ONU, com vistas à libertação do povo palestino das prisões e julgo de Israel.

SENADOR **LÚCIO ALCÂNTARA** – Definição da localização da nova refinaria da Petrobrás no Estado do Ceará.

SENADOR **JOEL DE HOLLANDA** – Congratulando-se com o Professor Êfrem de Aguiar Maranhão, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, por assumir a Presidência do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB

SENADOR **CARLOS BEZERRA** – Dificuldades do Sistema de Saúde do Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, com a redução de autorizações de internação hospitalar – AIH.

SENADOR **TEOTONIO VILELA FILHO** – Abertura das festividades comemorativas dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, em Alagoas.

1.3.4 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

– Do Sr. Lúcio Alcântara, proferido na sessão de 20-3-95. (Replicação)

3 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 155 a 163, de 1995.

4 – RETIFICAÇÕES

– Ata da 14ª Sessão, realizada em 9-3-95 e publicada no DCN (Seção II) de 10-3-95.

– Ata da 18ª Sessão, realizada em 15-3-95 e publicada no DCN (Seção II) de 16-3-95.

– Ata da 21ª Sessão, realizada em 20-3-95 e publicada no DCN (Seção II) de 21-3-95

5 – MESA DIRETORA

6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 22ª Sessão, em 21 de março de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Teotônio Vilela Filho e Lucídio Portella.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES
OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Magalhães – Antônio Valladares – Arlindo Porto – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Cassido Maldaner – Coutinho Jorge – Cunha Lima – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emilia Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ermandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Ilris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Arruda – José Bianco – José Dutra – José Fogaça – José Ignácio – José Sarney – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúcio Coelho – Luiz Alberto – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar

Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Juca – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela – Valmir Campelo – Vilson Kleinubing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, em exercício, Sr. Antônio Carlos Valadares, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:


MENSAGEM Nº 90, DE 1995 (Nº 309/95, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 84, inciso VII, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, § 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Portuguesa.

Os méritos do Senhor ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo *curriculum vitae*.

Brasília, 21 de março de 1995.



Fernando Collor
Presidente da República

CURRICULUM VITAE

ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO

DADOS PESSOAIS

- . Data de nascimento: 28 de junho de 1930
- . Filiação: Augusto César Stiebler Franco e Itália Cautiero Franco
- . Engenheiro Civil e Eletrotécnico, formado em 1954 pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais

VIDA PÚBLICA

- . Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia de Juiz de Fora, 1952 e 1953
- . Diretor da Divisão Industrial da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 1962
- . Diretor do Departamento de Água e Esgoto da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 1963
- . Vice-Presidente da Associação Mineira de Municípios
- . Prefeito Municipal de Juiz de Fora por duas gestões; de 1967 a 1971, e de 1973 a 1974
- . Senador da República, eleito em 1974
- . Senador da República, reeleito em 1982
- . Vice-Presidente da República, eleito em 1989 e empossado em 15 de março de 1990
- . Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, a partir de 1º de outubro de 1992
- . Presidente da República, de 29 de dezembro de 1992 a 01 de janeiro de 1995.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

- . Presidente da Comissão de Economia do Senado Federal
- . Presidente da Comissão de Finanças do Senado Federal
- . Membro das seguintes Comissões do Senado Federal: Educação e Cultura; Relações Exteriores; Minas e Energia; Serviço Público; Municípios e Distrito Federal
- . Membro fundador do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
- . Vice-Líder no Senado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
- . Membro fundador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
- . Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha
- . Terceiro-Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal, 1981/82

Presidente da Comissão Mista incumbida de examinar a emenda constitucional instituindo eleições diretas para Presidente da República (emenda "Dante de Oliveira")

Membro do Parlamento Latino-Americano - 1987-1988

Constituinte de 1988

(Dados complementares em anexo)

MISSÕES NO EXTERIOR

- . Integrante da Delegação brasileira, como Observador Parlamentar, à Assembléia - Geral das Nações Unidas - 1978 e 1984.
- . Observador do Grupo brasileiro à 65ª Conferência Interparlamentar, Bonn, 1978.
- . Membro da Comissão de Parlamentares Brasileiros em visita a usinas nucleares francesas e alemãs, e à Agência Internacional de Energia Atômica, 1979.
- . Membro da Delegação de Parlamentares brasileiros em visita à Arábia Saudita, 1981.
- . Delegado de Grupo brasileiro da União Interparlamentar em visita à Bulgária, 1981.
- . Integrante da Comissão Parlamentar brasileira em visita ao Senado japonês, 1983.
- . Representante Oficial do Governo brasileiro à cerimônia de posse da Presidente da República da Nicarágua, Doutora Violeta Barrios de Chamorro. Período: 24 a 27/04/90.
- . Representante Oficial do Governo brasileiro à cerimônia de posse do Presidente da República de Costa Rica, Doutor Rafael Angel Calderon. Período: 7 a 9/5/90
- . Representante Oficial do Governo brasileiro à cerimônia de posse do Presidente do Peru, Doutor Alberto Fujimori. Período: 26 a 30/07/90
- . Representante Oficial do Governo brasileiro à cerimônia de posse do Presidente da República da Colômbia, Doutor César Gaviria Trujillo. Período: 05 a 09/08/90
- . Representante Oficial do Governo brasileiro à cerimônia de posse do Presidente da República Dominicana, Doutor Joaquín Balaguer. Período: 15 a 17/08/90
- . Representante Oficial do Governo brasileiro à cerimônia de posse do Presidente da República da Guatemala, Doutor Jorge Antonio Elías. Período: 12 a 15/01/91
- . Representante Oficial do Governo brasileiro à cerimônia de posse do Presidente da República do Haiti, Doutor Jean Bertrand Aristide. Período: 05 a 10/02/91

Representante Oficial do Governo brasileiro à cerimônia de posse do Presidente da República de Cabo Verde, Doutor Antonio Manuel Gomes Mascarenhas Monteiro
Período: 20 a 25/03/91

- Visita de trabalho aos Estados Unidos da América, Washington e Nova York, Período: 07 a 17/08/91

- Visita de trabalho à Estação Brasileira "Comandante Ferraz", na Antártica Período: 20 a 27/01/92

- III Reunião de Cúpula do Grupo de Consulta e Cooperação Sul-Sul (Grupo dos 15), Dakar, Senegal Período: 21 a 23/11/92

- VI Cúpula Presidencial do Mecanismo de Concertação e Consulta Política (Grupo do Rio) Buenos Aires, Argentina Período: 01 e 02/12/92

- Encontro Presidencial por ocasião da III Reunião do Conselho do Mercado Comum (MERCOSUL), Montevideu, Uruguai Período: 27 e 28/12/92

- Encontro com o Presidente da Bolívia, Jaime Paz Zamora, Cochabamba, Bolívia 17/02/93

- Visita Oficial à República da Argentina, Buenos Aires Período: 24 a 27/05/93

- Visita Oficial à República do Uruguai, Montevideu Período: 27 a 29/05/93

- Encontro Presidencial por ocasião da IV Reunião do Conselho do Mercado Comum (MERCOSUL), Assunção, Paraguai Período: 01/07/93

- Posse do Presidente do Paraguai, Doutor Juan Carlos Wasmosy, Assunção, Paraguai Período: 14 e 15/11/93

- VII Cúpula Presidencial do Mecanismo de Concertação e Consulta Política (Grupo do Rio), Santiago do Chile Período: 15 e 16/10/93

- Encontro Presidencial por ocasião da V Reunião do Conselho do Mercado Comum (MERCOSUL), Colônia do Sacramento, Uruguai Período: 17 e 18/01/94

- Encontro com o Presidente da Colômbia César Gaviria Trujillo (Instalação da Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana, Letícia, Colômbia Período: 22/01/94

- Encontro com o Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, La Guaira, Venezuela Período: 03 e 04/03/94

- Posse do Presidente do Chile, Eduardo Frei Ruiz Tagle, Santiago do Chile Período: 10 a 13/03/94

- Encontro Presidencial por ocasião da VI Reunião do Conselho do Mercado Comum, (MERCOSUL), Buenos Aires, 05/11/94

- . Cúpula das Américas, Miami, E.U.A.
Período: 09 a 11/12/94
- . Visita de trabalho a Washington D. C. , E.U.A.
Período: 12 a 14/12/94

TRABALHOS PUBLICADOS

- . Primeiras Intervenções. 1975.
- . Arthur Bernardes. Centenário. 1975.
- . Homenagem a Juscelino Kubstichek de Oliveira. 1976.
- . Inquietações. 1976.
- . A Imprensa e o Parlamentar. 1979.
- . Denúncia Vazia. 1979.
- . Trabalho Parlamentar. Vol. I. 1979.
- . Tributo ao Liberal Pedro Aleixo. 1988.
- . O Negro no Brasil Atual. 1980.
- . Minas no Governo. 1980.
- . Desproclamação da República. 1981.
- . Saudação ao Presidente da República Federal da Alemanha. 1981.
- . Dívida Externa e Soberania Nacional, 1983.
- . Trabalho Legitimado: Eleições, 1984.
- . Trabalho Parlamentar: Vol. II, 1984.
- . A Atuação do Congresso Nacional no Controle da Política Externa Brasileira, 1986.
- . Compromisso de um Democrata com o Povo Mineiro, 1986.
- . Energia Nuclear - Sua História, 1989 (Itamar Franco e Engenheira Edwiges Cardoso).

PRINCIPAIS CONDECORAÇÕES

- . Ordem Nacional do Mérito, Grã-Cruz, 1993
- . Ordem da Inconfidência do Estado de Minas Gerais, Grande Colar da Inconfidência, 1994
- . Ordem do Mérito Naval, Grã-Cruz, 1991
- . Ordem do Mérito Militar, Grã-Cruz, 1990
- . Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, 1990

- . Ordem do Mérito Aeronáutico, Grã-Cruz, 1990
- . Ordem do Mérito das Forças Armadas, Grã-Cruz, 1991
- . Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Grão Colar, 1993
- . Ordem do Mérito Judiciário Militar, Grã-Cruz, 1993
- . Grande Colar Marechal Francisco Solano Lopez, Paraguai, 1994
- . Ordem do Libertador San Martin, Grão-Colar, Argentina, 1993
- . Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha, 1982
- . Medalha da República, Uruguai, 1993
- . Medalha 2 de julho (Prefeitura da Cidade de Salvador/BA, 1993
- . Medalha Machado de Assis (Academia Brasileira de Letras) 1993
- . Ordem do Mérito Legislativo de Minas Gerais, 1983
- . Comenda "Henrique Guilherme Halfeld" (Fundador da cidade de Juiz de Fora/MG), 1984
- . Gratidão Ouro do Escotismo
- . Cruz de São Jorge do Escotismo
- . Medalha Mariano Procópio
- . Medalha Nacional dos Ex-Combatentes
- . Medalha Sobral Pinto

SEARCH - QUERY

00001 ITAMAR W FRANCO

MSEN00011075 DOCUMENT=

2 OF

8

IDENT

MSEN ITAMAR FRANCO

PMDB MG

CARTEIRA 043

MANDATO 1975/1983

STATUS

MANDATO FINDO

PART COM

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES PERMANENTES

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES TEMPORARIAS

MEMBRO MSG/0010/75 M

PRESID PEC/0001/75 M

RELATS MSG/0027/75 M

MEMBRO MSG/0033/75 M

MEMBRO PLN/0002/75 M

PRESID PLN/0004/75 M

MEMBRO PLN/0005/75 M

MEMBRO MSG/0045/75 M

MEMBRO MSG/0052/75 M

MEMBRO MSG/0058/75 M	MEMBRO PLN/0008/75 M	PRESID PLN/0009/75 M
MEMBRO MSG/0066/75 M	SUPLEN PLN/0010/75 M	MEMBRO MSG/0071/75 M
MEMBRO PLN/0011/75 M	MEMBRO PLN/0012/75 M	MEMBRO PLN/0013/75 M
MEMBRO PLN/0015/75 M	PRESID MSG/0079/75 M	MEMBRO PLN/0017/75 M
MEMBRO MSG/0083/75 M	MEMBRO PLN/0020/75 M	MEMBRO PLN/0022/75 M
MEMBRO PLN/0024/75 M	MEMBRO MSG/0095/75 M	MEMBRO PLN/0032/75 M
MEMBRO MSG/0105/75 M	PRESID PLN/0035/75 M	PRESID P.S/0018/75 E
MEMBRO PEC/0007/75 M	MEMBRO PEC/0008/75 M	MEMBRO PEC/0010/75 M
MEMBRO PEC/0020/75 M	MEMBRO PEC/0029/75 M	MEMBRO RSF/0048/76 I
MEMBRO MSG/0004/76 M	PRESID MSG/0009/76 M	MEMBRO MSG/0014/76 M
MEMBRO MSG/0020/76 M	MEMBRO MSG/0025/76 M	PRESID PEC/0002/76 M
PRESID MSG/0030/76 M	MEMBRO MSG/0033/76 M	MEMBRO PEC/0006/76 M
MEMBRO MSG/0040/76 M	MEMBRO MSG/0042/76 M	MEMBRO PLN/0005/76 M
PRESID MSG/0046/76 M	MEMBRO MSG/0052/76 M	MEMBRO PLN/0007/76 M
MEMBRO PLN/0008/76 M	PRESID PDL/0001/76 M	MEMBRO PEC/0024/76 M
MEMBRO MSG/0062/76 M	MEMBRO PDL/0002/76 M	MEMBRO PLN/0013/76 M.
MEMBRO MSG/0080/76 M	MEMBRO MSG/0083/76 M	MEMBRO MSG/0084/76 M.
MEMBRO PLN/0001/77 M	MEMBRO MSG/0008/77 M	MEMBRO MSG/0013/77 M.
MEMBRO MSG/0014/77 M	MEMBRO PLN/0003/77 M	MEMBRO MSG/0023/77 M.
PRESID MSG/0024/77 M	MEMBRO MSG/0031/77 M	MEMBRO MSG/0038/77 M.
MEMBRO MSG/0039/77 M	MEMBRO MSG/0047/77 M	MEMBRO PLN/0007/77 M.
MEMBRO MSG/0050/77 M	MEMBRO MSG/0055/77 M	MEMBRO MSG/0060/77 M.
MEMBRO PLN/0011/77 M	PRESID MSG/0065/77 M	MEMBRO CMO 77 M.
MEMBRO MSG/0074/77 M	MEMBRO MSG/0084/77 M	MEMBRO MSG/0085/77 M.
PRESID PLN/0018/77 M	MEMBRO MSG/0103/77 M	MEMBRO PLN/0023/77 M.
MEMBRO PEC/0017/77 M	MEMBRO PLN/0024/77 M	PRESID PEC/0019/77 M.
MEMBRO MSG/0114/77 M	MEMBRO MSG/0022/78 M	MEMBRO MSG/0023/78 M.
MEMBRO MSG/0029/78 M	MEMBRO MSG/0041/78 M	MEMBRO MSG/0043/78 M.
MEMBRO MSG/0046/78 M	MEMBRO MSG/0052/78 M	MEMBRO MSG/0054/78 M.
MEMBRO CMO 78 M	MEMBRO PEC/0005/78 M	MEMBRO MSG/0062/78 M.
MEMBRO MSG/0061/78 M	MEMBRO MSG/0065/78 M	MEMBRO MSG/0066/78 M.
MEMBRO MSG/0069/78 M	MEMBRO MSG/0072/78 M	PRESID PEC/0012/78 M.
MEMBRO MSG/0074/78 M	MEMBRO MSG/0076/78 M	MEMBRO PEC/0014/78 M.
PRESID PEC/0015/78 M	PRESID RSF/0069/78 I	MEMBRO MSG/0079/78 M.
MEMBRO MSG/0080/78 M	MEMBRO PEC/0018/78 M	MEMBRO MSG/0006/79 M.
MEMBRO MSG/0011/79 M	MEMBRO MSG/0014/79 M	PRES MSG/0015/79 M.
MEMBRO PEC/0002/79 M	MEMBRO PEC/0034/78 M	MEMBRO PDL/0001/79 M.
PRES MSG/0050/79 M	PRES MSG/0054/79 M	MEMBRO MSG/0056/79 M.
MEMBRO PEC/0024/79 M	MEMBRO MSG/0059/79 M	PRES MSG/0073/79 M.
MEMBRO MSG/0075/79 M	MEMBRO PDL/0005/79 M	MEMBRO MSG/0092/79 M.
MEMBRO PEC/0039/79 M	MEMBRO PEC/0040/79 M	MEMBRO MSG/0105/79 M.
MEMBRO MSG/0109/79 M	MEMBRO MSG/0110/79 M	MEMBRO MSG/0103/79 M.
PRES PEC/0001/80 M	MEMBRO MSG/0011/80 M	MEMBRO PEC/0013/80 M.
PRES PEC/0016/80 M	MEMBRO PEC/0019/80 M	MEMBRO PEC/0026/80 M.
MEMBRO MSG/0041/80 M	MEMBRO PEC/0039/80 M	MEMBRO PEC/0043/80 M.
PRES MSG/0059/80 M	MEMBRO PEC/0051/80 M	MEMBRO MSG/0080/80 M.
MEMBRO PEC/0058/80 M	MEMBRO PEC/0059/80 M	MEMBRO PEC/0065/80 M.
MEMBRO PEC/0067/80 M	MEMBRO PDL/0005/79 M	MEMBRO PEC/0072/80 M.
MEMBRO MSG/0101/80 M	MEMBRO PEC/0085/80 M	PRES PEC/0086/80 M.
MEMBRO PEC/0081/80 M	MEMBRO PEC/0087/80 M	MEMBRO PEC/0092/80 M.
MEMBRO MSG/0131/80 M	MEMBRO PEC/0094/80 M	MEMBRO MSG/0133/80 M.
MEMBRO PEC/0089/80 M	MEMBRO PEC/0098/80 M	MEMBRO PEC/0007/81 M.
MEMBRO PEC/0015/81 M	MEMBRO MSG/0034/81 M	MEMBRO PEC/0005/81 M.

MEMBRO MSG/0036/81 M	MEMBRO PEC/0017/81 M	MEMBRO MSG/0043/81 M.
MEMBRO MSG/0047/81 M	MEMBRO MSG/0052/81 M	MEMBRO PEC/0035/81 M.
MEMBRO MSG/0069/81 M	MEMBRO MSG/0076/81 M	MEMBRO MSG/0077/81 M.
MEMBRO PEC/0055/81 M	MEMBRO PEC/0070/81 M	MEMBRO PEC/0077/81 M.
MEMBRO MSG/0112/81 M	MEMBRO PEC/0083/81 M	PRES PEC/0008/82 M.
MEMBRO PLN/0003/82 M	MEMBRO MSG/0014/82 M	MEMBRO MSG/0024/82 M.
MEMBRO MSG/0028/82 M	MEMBRO PLN/0005/82 M	PRES MSG/0033/82 M.
MEMBRO MSG/0034/82 M	MEMBRO MSG/0040/82 M	MEMBRO PEC/0024/82 M.
MEMBRO PLN/0009/82 M	MEMBRO PLN/0012/82 M	MEMBRO MSG/0034/82 M.
MEMBRO MSG/0034/82 M	PRES MSG/0060/82 M	MEMBRO PEC/0034/82 M.
MEMBRO CMO 82 M	MEMBRO PEC/0025/82 M	MEMBRO PEC/0027/82 M.
MEMBRO PEC/0030/82 M	MEMBRO PEC/0040/82 M	MEMBRO MSG/0069/82 M.
MEMBRO PLN/0023/82 M	MEMBRO PEC/0045/82 M	MEMBRO MSG/0088/82 M.
MEMBRO MSG/0118/82 M	MEMBRO MSG/0121/82 M	MEMBRO MSG/0123/82 M.
MEMBRO MSG/0127/82 M	MEMBRO MSG/0121/82 M	

MISSÕES

XXXXX MISSÕES EXTERNAS XXXXX

DESIGNAÇÃO, EM 04 03 75, PARA REPRESENTAR O SENADO NOS FUNERAIS DO EX-VICE-PRESIDENTE DA REPUBLICA PEDRO ALEIXO.

DESIGNAÇÃO, EM 08 08 75, REPRESENTAR SF CICLO ESTUDO ENERGIA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA NO RIO DE JANEIRO.

DESIGNAÇÃO, EM 10 04 75, PARA REPRESENTAR O SENADO NO SEMINARIO SOBRE A CRISE ECONOMICA MUNDIAL V CONGRESSO SIDERURGIA RIO JANEIRO.

DESIGNAÇÃO, EM 25 06 79, REPRESENTAR SF REUNIÃO ESPECIAL ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MG, COMEMORATIVA DENOMINAÇÃO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA PLENARIO ASSEMBLEIA. DCN2 26 06 2966.

XXXXX MISSÕES NO EXTERIOR XXXXX

DESIGNAÇÃO, EM 17 03 76, INTEGRAR DELEGAÇÃO BRASILEIRA 118 ASSEMBLEIA CONSELHO UNIÃO INTERPARLAMENTAR, MEXICO, DE 19 A 24 04 (SUBSTITUIDO PELO SEN BENJAMIM FARAH).

AUTORIZAÇÃO, EM 27 09 77, INTEGRAR, COMO OBSERVADOR PARLAMENTAR, DELEGAÇÃO BRASILEIRA XXXII ASSEMBLEIA GERAL ONU.

DESIGNAÇÃO, EM 05 09 78, PARA, QUALIDADE OBSERVADOR GRUPO PARLAMENTAR BRASILEIRO, PARTICIPAR 65 CONFERENCIA UNIÃO INTERPARLAMENTAR, BONN, DE 05 A 13 09 78.

AUTORIZAÇÃO, EM 20 11 78, INTEGRAR, COMO OBSERVADOR PARLAMENTAR, DELEGAÇÃO BRASILEIRA ASSEMBLEIA GERAL ONU.

CONVIDADO EM 25/08/77 PELO GOVERNO DOS EEUU PARA VISITAR AQUELE PAIS A PARTIR DE 01/09/77.

DESIGNAÇÃO, EM 16 11 81, PARA INTEGRAR DELEGAÇÃO DO GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR, EM VISTA AO PARLAMENTO BULGARIO, A PARTIR DE 08 DE NOVEMBRO. DCN2 17 11 6309.

DESIGNAÇÃO, EM 14 01 82, PARA REPRESENTAR O SF, QUE VISITARA A ARABIA SAUDITA, A CONVITE DO GOVERNO DAQUELE PAIS. DCN2 15 01 0217

***** P A R E C E R E S *****

AT PARL

01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1975 XXXXXXXXXXXX

14 04 CMIS CN PARECER 037 SOBRE MSG/0027/75. DCN 15 04 0619.

16 05 CRE SF PARECER ORAL SOBRE PDS/0006/75. DCN2 17 05 1872.

19 05 CSPC SF PARECER 100 SOBRE PLC/0001/75. DCN2 20 05 1927.

06 06 CRE SF PARECER 144 SOBRE PDS/0002/75. DCN2 07 06 2378.

20 06 CRE SF PARECER 176 SOBRE PDS/0005/75. DCN2 21 06 2798.

04 09 CRE SF PARECER 378 SOBRE PDS/0016/75. DCN2 05 09 4329.
 04 09 CSPC SF PARECER ORAL SOBRE PLC/0061/75. DCN2 05 09 4325.
 21 10 CMO CN PARECER 118 SOBRE PLN/0010/75. DCNS 22 10 0078.
 34 10 CRE SF PARECER 559 SOBRE PDS/0021/75. DCN2 25 10 6040.
 28 11 CRE SF PARECER ORAL SOBRE RQS/0567/75. DCN2 29 11 7588.
 03 12 CSPC SF PARECER 780 SOBRE PLS/0033/73. DCN2 04 12 7847.
 01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1976 XXXXXXXXXXXX
 09 03 CSPC SF PARECER 005 SOBRE PLS/0102/75. DCN2 10 03 0152.
 09 04 CRE SF PARECER ORAL SOBRE PDS/0006/76. DCN2 10 04 1412.
 28 04 CRE SF PARECER ORAL SOBRE RQS/0136/76. DCN2 29 04 1842.
 14 05 CSPC SF PARECER 325 SOBRE PLS/0181/75. DCN2 15 05 2489.
 14 05 CRE SF PARECER 329 SOBRE PDS/0013/76. DCN2 15 05 2491.
 06 08 CEC SF PARECER 512 SOBRE PLC/0076/75. DCN2 07 08 4511.
 25 08 CSPC SF PARECER 577 SOBRE PLC/0105/75. DCN2 26 08 5093.
 01 09 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0112/76.
 08 09 CRE SF PARECER ORAL SOBRE RQS/0413/76. DCN2 09 09 5579.
 20 09 CRE SF PARECER 759 SOBRE PDS/0028/76. DCN2 21 09 6062.
 21 09 CRE SF PARECER ORAL SOBRE RQS/0484/76. DCN2 22 09 6199.
 21 09 CRE SF PARECER ORAL SOBRE RQS/0483/76. DCN2 22 09 6199.
 20 10 CSPC SF PARECER 865 SOBRE PLS/0235/76. DCN2 21 10 7034.
 20 10 CRE SF PARECER 866 SOBRE PDS/0037/76. DCN2 21 10 7034.
 03 12 CSPC SF PARECER 1025 SOBRE PLS/0237/75. DCN2 04 12 8134.
 03 12 CSPC SF PARECER 1021 SOBRE PLS/0160/74. DCN2 04 12 8132.
 03 12 CSPC SF PARECER 1030 SOBRE PLS/0147/76. DCN2 04 12 8138.
 01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1977 XXXXXXXXXXXX
 15 03 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0046/77.
 06 05 CRE SF PARECER 156 SOBRE PDS/0008/77. DCN2 07 05 1444.
 24 05 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0082/77.
 30 06 CSPC SF PARECER ORAL SOBRE PLC/0052/77. DCN2 01 07 3342.
 30 08 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0176/77.
 02 09 CSPC SF PARECER 596 SOBRE PLS/0213/75. DCN2 03 09 4341.
 06 10 CSPC SF PARECER 745 SOBRE PLC/0066/77. DCN2 07 10 5427.
 21 10 CRE SF PARECER 819 SOBRE PDS/0022/77. DCN2 22 10 5971.
 24 11 CRE SF PARECER 1038 SOBRE PDS/0030/77. DCN2 25 11 7037.
 28 11 CSPC SF PARECER 1243 SOBRE PLC/0128/77. DCN2 29 11 7200.
 01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1978 XXXXXXXXXXXX
 14 03 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0055/78.
 04 04 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0065/78.
 28 06 CRE SF PARECER 385 SOBRE PDS/0012/78. DCN2 29 06 3255.
 29 08 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0160/78.
 18 10 DF SF PARECER 686 SOBRE PLS/0248/78. DC2S 19 10 0011.
 21 11 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0227/78.
 01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1979 XXXXXXXXXXXX
 17 08 CMIS CN PARECER 078 (DECLARAÇÃO DE VOTO). DCN 18 08 1588.
 16 10 DF SF PARECER SECRETO MSF/0203/79.
 25 10 DF SF PARECER 797 SOBRE PLS/0234/79. DCN2 26 10 5329.
 26 10 DF SF PARECER 812 SOBRE PLS/0258/79. DCN2 27 10 5466.
 26 10 DF SF PARECER 813 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 27 10 5478.
 26 10 DF SF PARECER 819 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 27 10 5488.
 26 10 DF SF PARECER 814 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 27 10 5480.
 26 10 DF SF PARECER 815 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 27 10 5482.
 26 10 DF SF PARECER 818 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 27 10 5487.
 07 11 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0215/79.

13 11 DF SF PARECER 956 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 14 11 5902.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1980 XXXXXXXXXXXX
16 04 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0062/80.
18 09 DF SF PARECER 711 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 19 09 4691.
07 10 CR SF PARECER 809 SOBRE PLC/0007/80. DCN2 08 10 5398.
29 10 CRE SF PARECER 964 SOBRE PDS/0012/79. DCN2 30 10 6125.
29 10 CRE SF PARECER 965 SOBRE PDS/0012/79. DCN2 30 10 6126.
31 10 DF SF PARECER 983 SOBRE PLS/0210/80. DCN2 01 11 6244.
31 10 DF SF PARECER 992 SOBRE PLS/0211/80. DCN2 01 11 6255.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1981 XXXXXXXXXXXX
06 05 CDIR SF PARECER 142 SOBRE PRS/0094/80. DCN2 07 05 1526.
28 09 CRE SF PARECER 753 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 26 09 4715.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1982 XXXXXXXXXXXX
31 03 CRE SF PARECER 090 SOBRE PDS/0009/80. DCN2 01 04 0816.
15 06 CMIS CN PARECER ORAL SOBRE MSG/0034/82. DCN 16 06 1156.
***** E M E N D A S *****
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1975 XXXXXXXXXXXX
28 11 PLEN SF EMENDAS AO PLS/0170/75.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1976 XXXXXXXXXXXX
01 06 CMIS CN EMENDA PLN/0006/76. DCN 02 06 1419.
25 06 CMIS CN EMENDAS PLN/0008/76. DCN 26 06 2165.
06 10 PLEN SF EMENDA PLC/0063/76. DCN2 07 10 6606.
05 11 CMIS CN EMENDAS PLN/0013/76. DCN 09 11 2871.
01 12 CMIS CN EMENDAS PEC/0029/76. DCNS 05 12 0001.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1977 XXXXXXXXXXXX
18 05 PLEN SF EMENDA PLS/0266/76. DCN2 19 05 1859.
29 06 PLEN SF EMENDAS PLS/0085/77. DCN2 30 06 3260.
03 11 PLEN SF EMENDA PLS/0135/77. DCN2 04 11 6348.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1978 XXXXXXXXXXXX
15 03 PLEN SF EMENDA PLC/0135/77. DCN2 16 03 0378.
16 03 CMIS CN EMENDA PLN/0001/78. DCN2 06 04 0881.
13 05 CMIS CN EMENDAS PLN/0011/78. DCN 13 05 0861.
20 10 CCJ SF EMENDA PLC/0120/78. DC2S 21 10 0001.
31 10 CMIS CN EMENDAS PLN/0035/78. DCN 01 11 2091.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1979 XXXXXXXXXXXX
16 05 PLEN SF EMENDA PLS/0092/79. DCN2 17 05 1832.
10 08 CMIS CN EMENDAS PLN/0014/79. DCNS 11 08 0001.
06 09 CMIS CN EMENDAS PLN/0020/79. DCN 07 09 1852.
27 09 CMIS CN EMENDA PLN/0027/79. DCN 28 09 2165.
27 09 CMIS CN EMENDAS PLN/0026/79. DCN 28 09 2119.
31 10 CMIS CN EMENDA PLN/0037/79. DCNS 01 11 0001.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1980 XXXXXXXXXXXX
25 06 CMIS CN EMENDAS PLN/0012/80. DCN 26 06 1589.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1981 XXXXXXXXXXXX
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1982 XXXXXXXXXXXX
02 04 CMIS CN EMENDAS PLN/0003/82. DCN 03 04 0391.
27 04 CMIS CN EMENDAS PLN/0003/82. DCN 28 04 0626.
***** P R O N U N C I A M E N T O S *****
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1975 XXXXXXXXXXXX
10 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 11 03 0262.
12 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 13 03 0311.
14 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 15 03 0339.
17 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 18 03 0409.

18 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 19 03 0438.
21 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 03 0548.
02 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 03 04 0645.
03 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 04 04 0724.
07 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 08 04 0819.
14 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 04 1066.
22 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 23 04 1280.
23 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 04 1332.
05 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 05 1561.
06 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 07 05 1608.
14 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 05 1744.
21 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 05 2002.
26 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 05 2120.
28 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 29 05 2208.
10 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 11 06 2456.
13 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 06 2608.
21 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 06 2875.
24 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 06 2933.
26 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 06 3071.
27 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 28 06 3132.
28 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 29 06 3164.
07 08 PLEN CN PRONUNCIAMENTO.	DCN 08 08 1893.
13 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 19 08 3756.
15 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 08 3702.
04 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 05 09 4338.
05 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 09 4356.
09 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 11 09 4530.
10 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 11 09 4526.
11 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 09 4575.
24 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 09 4954.
07 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 08 10 5385.
08 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 10 5422.
10 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 11 10 5535.
13 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 10 5602.
15 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 10 5628.
20 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 10 5845.
24 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 28 10 6112.
29 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 10 6226.
12 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 13 11 6871.
13 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 11 6891.
14 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 11 6976.
19 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 11 7170.
19 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 11 7164.
20 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 11 7199.
01 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 02 12 7663.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1976 XXXXXXXXXXXX	
05 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 03 0083.
10 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 11 03 0185.
26 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 03 0851.
07 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 04 1368.
09 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 04 1483.
09 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 04 1480.
29 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 04 1896.

04 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 05 05 2131.
05 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 05 2179.
11 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 05 2382.
13 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 05 2465.
17 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 05 2628.
20 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 05 2868.
24 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 05 2861.
25 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 05 2890.
26 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 05 2971.
07 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 08 06 3348.
09 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 06 3527.
14 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 06 3730.
15 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 06 3814.
15 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 06 3806.
18 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 19 06 3884.
21 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 06 3957.
23 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 06 4063.
30 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 07 4357.
06 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 07 08 4541.
26 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO,	PELA ORDEM. DCN2 27 08 5147.
26 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 08 5158.
31 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 09 5317.
03 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 09 5499.
03 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 04 09 5514.
06 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 07 09 5534.
10 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 11 09 5657.
14 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 09 5713.
15 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 09 5802.
16 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 17 09 5858.
17 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 09 6045.
20 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 09 6067.
06 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 07 10 6588.
08 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 10 6719.
13 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTOS.	DCN2 14 10 6882 E 6889.
14 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 10 6916.
15 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 10 6947.
19 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 10 7014.
20 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 10 7039.
22 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 23 10 7083.
29 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 10 7300.
26 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 11 7751.
01 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 02 12 7969.
03 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 04 12 8140.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1977 XXXXXXXXXXXX	
16 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 17 03 0389.
21 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 03 0497.
20 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 04 1013.
22 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 23 04 1054.
26 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 04 1117.
27 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 28 04 1136.
29 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 04 1234.
05 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 05 1414.
13 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 05 2040.

20 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 05 1987.
23 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 05 2037.
30 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 31 05 2272.
31 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 06 2313.
31 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 06 2326.
31 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 06 2338.
01 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 02 06 2382.
14 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 06 2757.
21 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 06 2964.
30 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 03 08 3443.
08 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 08 3648.
11 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 08 3748.
25 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 08 4057.
05 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 09 4382.
16 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 09 4905.
21 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 09 4896.
23 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 09 5027.
28 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 29 09 5106.
30 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 04 10 5287.
03 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 05 10 5365.
06 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 07 10 5445.
14 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 10 5715.
03 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 04 11 6364.
07 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 11 6519.
08 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 11 6458.
10 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 11 6634.
11 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 11 6621.
21 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 11 6844.
23 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 11 6965.
25 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 11 7112.
28 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 29 11 7197.
29 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 11 7220.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1978 XXXXXXXXXXXX	
09 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 03 0201.
13 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 03 0289.
16 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 17 03 0432.
30 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 31 03 0692.
05 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 04 0902.
12 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 13 04 1270.
13 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 04 1331.
13 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 04 1302.
17 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 04 1402.
19 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 04 1486.
05 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 05 1958.
08 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 05 1975.
15 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 05 2198.
24 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 05 2470.
26 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 05 2513.
29 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 05 2525.
31 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 06 2599.
06 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTOS.	DCN2 07 06 2726 E 2734.
04 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 05 08 3539.
08 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 08 3579.

08	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	10	08	3657.
10	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	11	08	3694.
14	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	15	08	3738.
16	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	17	08	3800.
24	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	26	08	4095.
25	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	26	08	4086.
22	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	23	09	4752.
26	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	27	09	4803.
13	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	14	10	5321.
17	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	18	10	5438.
22	11	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	23	11	5850.
23	11	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	24	11	5918.
28	11	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	29	11	6018.
01	01			XXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1979 XXXXXXXXXXXX				
06	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	10	03	0174.
08	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	09	03	0151 - REP DCN2 11 05 1624
12	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	13	03	0195.
29	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	30	03	0512.
30	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	31	03	0550.
02	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	03	04	0580.
02	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	03	04	0592.
03	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	04	04	0626.
04	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	05	04	0652.
06	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	07	04	0735.
24	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	25	04	1129.
26	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	27	04	1214.
27	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	28	04	1281.
14	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	16	05	1790.
21	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	22	05	1955.
23	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	24	05	2036.
23	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	24	05	2029.
23	05	PLEN	CN	PRONUNCIAMENTO.	DCN	24	05	0937.
25	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	26	05	2108.
29	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	30	05	2159.
07	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	08	06	2539.
11	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	12	06	2610.
12	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	13	06	2663.
15	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	16	06	2734.
20	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	21	06	2839.
22	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	23	06	2945.
26	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	27	06	3015.
27	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	28	06	3106.
08	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	10	08	3527.
13	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	14	08	3598.
21	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	22	08	3778.
06	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	07	09	4266.
10	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	11	09	4293.
14	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	15	09	4527.
17	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	18	09	4547.
28	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	02	10	4885.
05	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	06	10	5051.
08	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	09	10	5068.
18	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	19	10	5299.
25	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	26	10	5345.

26	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	27	10	5503.
29	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	30	10	5528.
30	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	31	10	5590.
08	11	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	10	11	5850.
09	11	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	10	11	5845.
28	11	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	29	11	6509.
30	11	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	01	12	6638.
04	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	05	12	6791.
04	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	05	12	6804.
01	01			XXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1980 XXXXXXXXXXXX				
10	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	11	03	0205.
11	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	13	03	0278.
13	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	21	03	0455.
21	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	22	03	0487.
24	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	25	03	0506.
25	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	26	03	0541.
27	03	PLEN	CN	PRONUNCIAMENTO.	DCN	28	03	0349.
09	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	10	04	0783.
14	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	17	04	0975.
16	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	17	04	0923.
25	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTOS.	DCN2	26	04	1178 E 1201.
30	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	01	05	1302.
02	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	03	05	1336.
07	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	08	05	1426.
19	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	20	05	1765.
22	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	24	05	1983.
23	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	24	05	1968.
26	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	27	05	2021.
12	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	13	06	2587.
17	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	18	06	2731.
24	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	25	06	3045.
26	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	27	06	3211.
27	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	28	06	3305.
27	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	09	08	3520.
27	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	28	06	3282.
12	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	13	08	3594.
13	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	14	08	3650.
21	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	22	08	3847.
26	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	27	08	3973.
29	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	30	08	4099.
01	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	03	09	4184.
05	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	06	09	4302.
05	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	06	09	4279.
07	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	08	10	5408.
08	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	09	10	5438.
09	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	10	10	5545.
17	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	18	10	5830.
17	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	18	10	5833.
22	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	23	10	5985.
23	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	24	10	6036.
24	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	25	10	6065.
27	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	28	10	6103.
27	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	28	10	6113.
06	11	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	07	11	6481.

14	11	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	18	11	6830.
21	11	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	22	11	7035.
01	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	02	12	7385.
03	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	04	12	7502.
01	01			XXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1981 XXXXXXXXXXXX				
10	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	11	03	0173.
17	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	13	03	0357.
27	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	28	03	0667.
30	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	01	04	0744.
01	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	02	04	0781.
03	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	04	04	0838.
08	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	09	04	0937.
09	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	10	04	0987.
22	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	23	04	1248.
23	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	24	04	1273.
27	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	28	04	1334.
28	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	29	04	1370.
30	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	01	05	1448.
05	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	06	05	1513.
11	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	12	05	1645.
11	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	12	05	1652.
11	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	12	05	1641.
15	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	16	05	1821.
20	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	21	05	1920.
21	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	22	05	1942.
25	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	26	05	2056.
08	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	09	06	2456.
09	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	10	06	2496.
11	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	12	06	2622.
23	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	24	06	2852.
24	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	25	06	2904.
25	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	26	06	2945.
13	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	15	08	3621.
17	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	18	08	3650.
18	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	19	08	3697.
24	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	25	08	3855.
25	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	26	08	3889.
16	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	17	09	4397.
18	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	19	09	4479.
22	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	23	09	4539.
23	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	24	09	4582.
24	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	25	09	4615.
24	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	25	09	4644.
25	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	26	09	4687.
29	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	30	09	4763.
30	09	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	01	10	5026.
05	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	07	10	5198.
08	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	09	10	5266.
09	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	10	10	5302.
09	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	10	10	5306.
13	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	14	10	5346.
15	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	16	10	5482.
19	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	20	10	5603.

26	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	30	10	5869.
29	10	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	30	10	5855.
05	11	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	06	11	6039.
05	11	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	06	11	6047.
24	11	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	25	11	6616.
25	11	PLEN	CN	PRONUNCIAMENTO.	DCN	26	11	2896.
01	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	03	12	6914.
03	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	04	12	6942.
04	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	05	12	7006.
05	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	06	12	7027.
05	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	06	12	7029.
07	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	08	12	7064.
09	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	10	12	7095.
11	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	12	12	7154.
15	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	17	12	7291.
16	12	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	18	12	7359.
01	01			XXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1982 XXXXXXXXXXXX				
06	01	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	07	01	0031.
13	01	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	14	01	0162.
14	01	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	15	01	0222.
15	01	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	16	01	0253.
08	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	09	01	0415.
09	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	10	01	0435.
25	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	26	03	0729.
26	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	27	03	0741.
30	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	31	03	0794.
30	03	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	31	03	0793.
06	04	PLEN	CN	PRONUNCIAMENTO.	DCN	07	04	0429.
13	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	15	04	1029.
14	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	15	04	1018.
16	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	17	04	1085.
19	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	20	04	1106.
20	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	21	04	1137.
26	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	27	04	1177.
29	04	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	30	04	1273.
10	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO, DA PRESIDENCIA.	DCN2	11	05	1468.
12	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	13	05	1504.
14	05	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	15	05	1565.
01	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	02	06	1959.
03	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	04	06	1986.
04	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	05	06	2021.
07	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	08	06	2036.
16	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	17	06	2200.
17	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	18	06	2238.
21	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	22	06	2285.
23	06	PLEN	CN	PRONUNCIAMENTO.	DCN	23	06	1274.
24	06	PLEN	CN	PRONUNCIAMENTO.	DCN	25	06	1304.
24	06	PLEN	CN	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	25	06	1346.
25	06	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	26	06	2376.
10	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	18	08	2962.
11	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	13	08	2851.
30	08	PLEN	SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2	31	08	3148.
31	08	PLEN	CN	PRONUNCIAMENTO.	DCN	01	09	1677.

02 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 03 09 3298.
20 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 21 09 3542.
22 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 24 09 3626.
23 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 24 09 3618.
18 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 19 10 3981.
19 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 21 10 4010.
20 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 21 10 4004.
29 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 30 11 4336.
30 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 01 12 4383.
30 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO, DA PRESIDENCIA. DCN2 01 12 4376.
04 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 05 12 4627.
04 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 05 12 4674.
03 03 PLEN CN PRONUNCIAMENTO. DCN 04 03 0045.

***** P R O P O S I Ç Õ E S *****

01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1975 XXXXXXXXXXXX
03 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0004/75. DCN2 04 03 0065.
03 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0001/75. DCN2 04 03 0065.
02 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0030/75. DCN2 03 04 0645.
14 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0012/75. DCN2 15 04 1057.
16 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO INS/0001/75. DCN2 17 04 1171.
25 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO DIV/0006/75. DCN2 26 04 1380.
27 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0275/75. DCN2 28 06 3115.
08 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO INS/0002/75. DCN2 09 09 4390.
13 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0180/75. DCN2 14 10 5583.
16 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0466/75. DCN2 17 10 5705.
16 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO INS/0004/75. DCN2 17 10 5699.
20 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0504/75. DCN2 21 10 5845.
02 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0271/75. DCN2 03 12 7696.
28 05 PLEN SF RQ. 217 SOBRE PLS/0016/74. DCN2 29 05 2215.
12 08 PLEN SF RQ. 333 SOBRE PLS/0014/72. DCN2 13 08 3566.
03 09 PLEN SF RQ. 383 SOBRE PLS/0135/73.
08 09 PLEN SF RQ. 394 SOBRE INS/0001/75. DCN2 09 09 4390.
13 11 PLEN SF RQ. 522 SOBRE PLS/0170/75. DCN2 14 11 6895.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1976 XXXXXXXXXXXX
10 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0007/76. DCN2 11 03 0182.
07 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0102/76. DCN2 08 05 2275.
12 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0051/76. DCN2 13 05 2403.
14 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0053/76. DCN2 15 05 2493.
24 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0054/76. DCN2 25 05 2850.
25 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0209/76. DCN2 26 05 2887.
27 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 223. DCN2 28 05 3006.
08 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0145/76. DCN2 09 06 3448.
06 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 340. DCN2 07 08 4524.
09 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 250. DCN2 11 08 4641.
10 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 350. DCN2 11 08 4625.
11 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0180/76. DCN2 12 08 4654.
03 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0219/76. DCN2 04 09 5494.
06 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 411. DCN2 07 09 5539.
17 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 459. DCN2 18 09 5908.
21 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0237/76. DCN2 22 09 6146.
24 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0502/76. DCN2 25 09 6301.
13 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0538/76. DCN2 14 10 6857.
15 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0266/76. DCN2 16 10 6947.

19 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0267/76. DCN2 20 10 7014.
27 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 569. DCN2 28 10 7232.
29 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0285/76. DCN2 30 10 7300.
01 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO INS/0001/76. DCN2 02 12 7968.
02 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 628. DCN2 03 12 8087.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1977 XXXXXXXXXXXX
18 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0029/77. DCN2 19 03 0441.
21 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 31. DCN2 22 03 0483.
22 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0029/77. DCN2 23 03 0506.
25 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 142. DCN2 26 05 2120.
20 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 172. DCN2 21 06 2903.
28 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 205. DCN2 29 06 3196.
06 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 298 E 299. DCN2 07 09 4481 E 4482.
13 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 306 E 307. DCN2 14 09 4585.
14 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 311. DCN2 15 09 4618.
27 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0351/77. DCN2 28 09 5072.
28 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 358. DCN2 29 09 5112.
29 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 372. DCN2 30 09 5185.
04 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 378. DCN2 05 10 5349.
19 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0093/77. DCN2 20 10 5876.
20 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 411. DCN2 21 10 5925.
07 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0457/77. DCN2 08 11 6381.
08 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0247/77. DCN2 09 11 6444.
02 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0574/77. DCN2 03 12 7570.
02 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0305/77. DCN2 03 12 7510.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1978 XXXXXXXXXXXX
21 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0031/78. DCN2 22 03 0494.
30 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0034/78. DCN2 31 03 0699.
18 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0055/78. DCN2 19 04 1444.
25 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0089/78. DCN2 26 04 1622.
04 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 099. DCN2 05 05 1906.
11 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 109. DCN2 12 05 2092.
16 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0107/78. DCN2 17 05 2212.
17 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 118. DCN2 18 05 2267.
22 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 131. DCN2 23 05 2397.
06 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 150. DCN2 07 06 2721.
08 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0035/78. DCN2 09 06 2767.
27 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 179. DCN2 28 06 3231.
16 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 218. DCN2 17 08 3828.
22 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 230. DCN2 23 08 4003.
29 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0245/78. DCN2 30 08 4172.
20 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0329/78. DCN2 21 11 5779.
24 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 352. DCN2 25 11 5971.
28 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 358. DCN2 29 11 6024.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1979 XXXXXXXXXXXX
05 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0001/79. DCN2 06 03 0091.
08 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 014 A 024. DCN2 09 03 0154.
09 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 025. DCN2 10 03 0164.
13 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 030 A 034. DCN2 14 03 0215.
28 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 064. DCN2 29 03 0487.
30 03 PLEN CN APRESENTAÇÃO PEC/0002/79. DCN 31 03 0355.
19 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0017/79. DCN2 20 04 0996.
14 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 142. DCN2 15 05 1729.

16 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0145/79. DCN2 17 05 1811.
16 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 147. DCN2 17 05 1844.
22 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0138/79. DCN2 23 05 1979.
23 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0145/79. DCN2 24 05 2041.
30 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 178. DCN2 31 05 2202.
07 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 255. DCN2 08 08 3454.
24 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0248/79. DCN2 25 08 3869.
13 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0057/79. DCN2 14 09 4444.
17 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0058/79. DCN2 18 09 4544.
28 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0288/79. DCN2 29 09 4848.
17 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO DIV/0027/79. DCN2 18 10 5262.
22 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO DIV/0028/79. DCN2 23 10 5322.
06 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 462. DCN2 07 11 5711.
07 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0464/79. DCN2 08 11 5729.
13 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 499. DCN2 13 11 5875.
14 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO DIV/0032/79. DCN2 15 11 5958.
04 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0369/79. DCN2 05 12 6757.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1980 XXXXXXXXXXXX
10 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0013/80. DCN2 11 03 0203.
13 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 019. DCN2 14 03 0298.
13 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0013/80. DCN2 14 03 0303.
19 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0018/80. DCN2 20 03 0434.
26 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 037. DCN2 27 03 0573.
26 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 040. DCN2 27 03 0575.
09 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 051. DCN2 10 04 0783.
10 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 061 A 063. DCN2 11 04 0828.
16 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0054/80. DCN2 17 04 0913.
30 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 117. DCN2 01 05 1289.
08 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 140. DCN2. 09 05 1472.
22 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0110/80. DCN2 23 05 1910.
26 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 174 E 175. DCN2 27 05 2032.
10 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 206. DCN2 11 06 2520.
11 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0133/80. DCN2 12 06 2542.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0215/80. DCN2 13 06 2579.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0213/80. DCN2 13 06 2578.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0214/80. DCN2 13 06 2579.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0216/80. DCN2 13 06 2580.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0217/80. DCN2 13 06 2581.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0218/80. DCN2 13 06 2582.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0219/80. DCN2 13 06 2582.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0220/80. DCN2 13 06 2583.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0221/80. DCN2 13 06 2584.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0222/80. DCN2 13 06 2584.
17 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0228/80. DCN2 18 06 2726.
17 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 231. DCN2 18 06 2744.
19 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 241. DCN2 20 06 2843.
25 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0264/80. DCN2 26 06 3091.
13 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 318. DCN2 14 08 3644.
27 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 353. DCN2 28 08 4014.
25 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 406. DCN2 26 09 5045.
29 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0266/80. DCN2 30 09 5114.
07 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0280/80. DCN2 08 10 5399.
07 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0109/80. DCN2 08 10 5400.
24 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0303/80. DCN2 25 10 6064.

20 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 538. DCN2 21 10 6964.
 01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1981 XXXXXXXXXXXX
 09 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0001/81. DCN2 10 03 0120.
 12 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 009. DCN2 13 03 0260.
 17 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 013. DCN2 18 03 0368.
 18 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 015. DCN2 19 03 0395.
 19 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 017. DCN2 20 03 0428.
 30 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 042. DCN2 31 03 0708.
 30 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 041. DCN2 31 03 0707.
 01 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0044/81. DCN2 02 04 0789.
 01 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0045/81. DCN2 02 04 0789.
 07 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0019/81. DCN2 08 04 0885.
 08 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0055/81. DCN2 09 04 0917.
 09 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0060/81. DCN2 10 04 0974.
 09 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0060/81. DCN2 10 04 0999.
 22 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0066/81. DCN2 23 04 1242.
 27 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0073/81. DCN2 28 04 1326.
 27 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0074/81. DCN2 28 04 1326.
 29 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0078/81. DCN2 30 04 1413.
 29 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0022/81. DCN2 30 04 1414.
 05 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0080/81. DCN2 06 05 1514.
 06 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0023/81. DCN2 07 05 1527.
 07 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0083/81. DCN2 08 05 1561.
 13 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0098/81. DCN2 14 05 1716.
 15 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0104/81. DCN2 16 05 1810.
 15 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0106/81. DCN2 16 05 1811.
 04 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 125. DCN2 05 06 2349.
 10 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0129/81. DCN2 11 06 2541.
 11 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 131. DCN2 12 06 2593.
 15 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0134/81. DCN2 16 06 2701.
 22 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 140. DCN2 23 06 2818.
 28 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0144/81. DCN2 01 07 3184.
 30 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0189/81. DCN2 01 07 3159.
 14 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0214/81. DCN2 15 08 3610.
 18 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0216/81. DCN2 19 08 3683.
 18 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 277. DCN2 19 08 3685.
 25 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0226/81. DCN2 26 08 3877.
 08 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0246/81. DCN2 09 09 4218.
 08 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0247/81. DCN2 09 09 4219.
 08 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0248/81. DCN2 09 09 4221.
 09 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0252/81. DCN2 10 09 4245.
 09 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0312/81. DCN2 10 09 4246.
 28 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0280/81. DCN2 29 09 4719.
 28 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 328. DCN2 29 09 4720.
 30 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0285/81. DCN2 01 10 5033.
 07 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0292/81. DCN2 08 10 5219.
 26 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0172/81. DCN2 27 10 5805.
 29 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0320/81. DCN2 30 10 5838.
 05 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0331/81. DCN2 06 11 6034.
 06 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0377/81. DCN2 07 11 6074.
 24 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0350/81. DCN2 25 11 6609.
 25 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0352/81. DCN2 26 11 6657.
 27 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0413/81. DCN2 28 11 6727.

02 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0365/81. DCN2 03 12 6868.
 02 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0368/81. DCN2 03 12 6869.
 01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1982 XXXXXXXXXXXX
 13 01 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 017. DCN2 14 01 0192.
 08 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0012/82. DCN2 09 03 0406.
 25 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0031/82. DCN2 26 03 0719.
 29 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0032/82. DCN2 30 03 0760.
 31 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0035/82. DCN2 01 04 0824.
 31 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0036/82. DCN2 01 04 0824.
 26 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0057/82. DCN2 27 04 1185.
 29 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0065/82. DCN2 30 04 1263.
 17 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0083/82. DCN2 18 05 1586.
 18 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0084/82. DCN2 19 05 1616.
 20 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0090/82. DCN2 21 05 1709.
 03 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0106/82. DCN2 04 06 1983.
 03 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0107/82. DCN2 04 06 1984.
 04 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0109/82. DCN2 05 06 2003.
 04 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0110/82. DCN2 05 06 2005.
 04 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0111/82. DCN2 05 06 2005.
 07 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0115/82. DCN2 08 06 2039.
 07 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 114. DCN2 08 06 2042.
 08 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0116/82. DCN2 09 06 2063.
 11 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0147/82. DCN2 12 08 2741.
 30 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0158/82. DCN2 31 08 3146.
 30 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0159/82. DCN2 31 08 3148.
 31 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0161/82. DCN2 01 09 3192.
 31 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0162/82. DCN2 01 09 3193.
 31 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0164/82. DCN2 01 09 3194.
 21 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0184/82. DCN2 22 09 3564.
 22 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0185/82. DCN2 23 09 3578.
 20 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0191/82. DCN2 21 10 4002.
 21 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0192/82. DCN2 22 10 4015.
 29 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0242/82. DCN2 30 11 4336.
 04 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 273. DCN2 05 12 4650.
 09 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 209. DCN2 10 03 0256.
 11 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PDS/0003/83. DCN2 12 04 0875.
 ***** O U T R A S *****
 01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1975 XXXXXXXXXXXX
 05 03 PLEN SF INDICAÇÃO VICE-LIDER MDB.
 06 03 PLEN SF MEMBRO TITULAR CME, CRE, CSPC E SUPLENTE CEC.
 01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1976 XXXXXXXXXXXX
 12 03 PLEN SF INDICADO VICE-LIDER MDB.
 26 04 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM SOBRE INS/0002/75. DCN2 27 04 1705.
 27 04 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0180/75. DCN2 28 04 1767.
 27 04 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM SOBRE APARTE. DCN2 28 04 1776.
 27 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 223. DCN2 28 05 3007.
 27 05 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0028/76. DCN2 28 05 3008.
 18 06 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0137/76. DCN2 19 06 3882.
 23 06 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0037/76. DCN2 24 06 4054.
 24 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 308. DCN2 25 06 4107.
 10 08 CMIS CN DECLARAÇÃO VOTO PARECER 069. DCN 11 08 2350.
 10 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 340. DCN2 11 08 4625.
 31 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0054/76. DCN2 01 09 5306.

02 09 PLEN SF DECLARAÇÃO VOTO PRS/0049/76. DCN2 03 09 5405.
02 09 PLEN SF DECLARAÇÃO VOTO PLC/0064/76. DCN2 03 09 5408.
06 10 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0063/76. DCN2 07 10 6619.
08 10 PLEN SF DESIGNADO SUBSTITUTO EVENTUAL DA CR.
26 10 PLEN SF DESIGNAÇÃO MEMBRO TITULAR CF.
24 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 593. DCN2 25 11 7661.
30 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0564/76. DCN2 01 12 7940.
03 12 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0119/76. DCN2 04 12 8151.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1977 XXXXXXXXXXXX
09 03 PLEN SF MEMBRO TITULAR CME, CRE, CSPC E SUPLENTE CEC.
11 03 PLEN SF INDICAÇÃO VICE-LIDER MINORIA.
25 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 044. DCN2 26 03 0644.
28 03 PLEN SF SUBSTITUI SEN ADALBERTO SENA MEMBRO TITULAR DF.
27 04 PLEN CN ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0235/76. DCN 28 04 0716.
29 04 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 30 04 1234.
29 04 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0017/77. DCN2 30 04 1228.
02 05 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0180/76. DCN2 03 05 1276.
02 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0180/76. DCN2 03 05 1279.
06 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 0110. DCN2 07 05 1453.
11 05 PLEN CN DISCUSSÃO PDN/0044/77. DCN 12 05 0909.
18 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 19 05 1861.
18 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 132. DCN2 19 05 1860.
18 05 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PLC/0035/77. DCN2 19 05 1862.
20 05 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0035/76. DCN2 21 05 1986.
02 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 03 06 2430.
15 06 PLEN CN DECLARAÇÃO DE VOTO PEC/0009/77. DCN 16 06 1492.
21 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 06 2960.
23 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 183. DCN2 24 06 3043.
23 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0132/77. DCN2 24 06 3049.
23 06 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0132/77. DCN2 24 06 3046.
29 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 30 06 3256.
09 08 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0055/77. DCN2 10 08 3674.
11 08 DF SF ELEIÇÃO VICE-PRES DF. DCN2 12 08 3918.
26 08 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0059/77. DCN2 27 08 4109.
26 08 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0237/76. DCN2 27 08 4112.
31 08 PLEN CN DISCUSSÃO PLN/0012/77. DCN 01 09 2200.
15 09 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0033/76. DCN2 16 09 4659.
20 09 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0085/77. DCN2 21 09 4807.
19 10 PLEN SF JUSTIFICAÇÃO PRS/0093/77. DCN2 20 10 5876.
20 10 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 415. DCN2 21 10 5928.
21 10 DF SF VOTO EM SEPARADO PARECER 835. DCN2 22 10 5981.
21 10 DF SF VOTO EM SEPARADO PARECER 825. DCN2 22 10 5975.
03 11 PLEN SF JUSTIFICAÇÃO EMENDA PLS/0135/77. DCN2 04 11 6348.
08 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0168/77. DCN2 09 11 6474.
10 11 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 11 11 6570.
14 11 CSPC SF VOTO EM SEPARADO PARECER 926. DGN2 15 11 6659.
17 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 476. DCN2 18 11 6718.
17 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0215/77. DCN2 18 11 6719.
18 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0001/77. DCN2 19 11 6798.
23 11 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0013/77. DCN2 24 11 6967.
23 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PRS/0112/77. DCN2 24 11 6983.
28 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0112/77. DCN2 29 11 7202.
28 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0107/77. DCN2 29 11 7187.

29 11 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 30 11 7244.
29 11 PLEN SFODISSUÃO PLS/0168/77. DCN2 02 12 7453.
30 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0112/77. DCN2 01 12 7364.
03 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 04 12 7621.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1978 XXXXXXXXXXXX
09 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 016. DCN2 10 03 0204.
14 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 023. DCN2 15 03 0343.
15 03 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0065/77. DCN2 16 03 0378.
04 04 PLEN SF INDICAÇÃO VICE-LIDER MDB E MINORIA.
05 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 056. DCN2 06 04 0903.
06 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0001/77. DCN2 07 04 0941.
07 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 056. DCN2 08 04 1039.
07 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 061. DCN2 08 04 1040.
10 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 061. DCN2 11 04 1154.
11 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0237/76. DCN2 12 04 1214.
12 04 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PLS/0237/76. DCN2 13 04 1264.
12 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0009/78. DCN2 13 04 1255.
12 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0237/76. DCN2 13 04 1258.
13 04 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0111/76. DCN2 14 04 1318.
14 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0111/76. DCN2 15 10 1358.
25 04 CMIS CN VOTO EM SEPARADO PARECER 048. DCN 26 04 0689.
28 04 PLEN SF SUBSTITUIDO SUPLENTE CEC PELO SEN CUNHA LIMA.
28 04 PLEN SF MEMBRO TITULAR CEC.
04 05 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PLC/0001/77. DCN2 05 05 1907.
10 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0237/76. DCN2 11 05 2053.
10 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0001/77. DCN2 11 05 2066.
29 05 PLEN SF CONTRADITA QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 30 05 2534.
20 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0240/77. DCN2 21 06 2993.
09 08 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO RQS/0113/78. DCN2 10 08 3646.
23 11 PLEN CN DISCUSSÃO PEC/0014/78. DCN 24 11 2224.
23 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0001/77. DCN2 25 11 5975.
27 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0001/77. DCN2 28 11 5997.
27 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 353. DCN2 28 11 5999.
28 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0001/77. DCN2 29 11 6024.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1979 XXXXXXXXXXXX
01 02 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 02 02 0021.
01 02 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 02 02 0023.
13 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0007/76. DCN2 15 03 0277.
13 03 PLEN SF MEMBRO TITULAR DF, CE, CME, CRE.
16 03 CE SF ELEIÇÃO PRES CE. DCN2 17 03 0293.
27 03 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0029/77. DCN2 28 03 0461.
30 03 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 31 03 0357.
17 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0073/77. DCN2 18 04 0899.
18 04 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0007/76. DCN2 19 04 0946.
19 04 PLEN SF DISCUSSÃO P.S/0057/79. DCN2 20 04 1011.
11 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0139/79. DCN2 12 05 1639.
15 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 17 05 1866.
17 05 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0046/78. DCN2 18 05 1891.
18 05 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 19 05 0868.
18 05 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 19 05 0870.
21 05 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0001/75. DCN2 22 05 1950.
22 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0092/79. DCN2 23 05 1980.
23 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0143/78. DCN2 24 05 2027

24 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 150. DCN2 25 05 2069.
29 05 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0034/78. DCN2 30 05 2164.
30 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 178. DCN2 31 05 2202.
01 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 02 06 2283.
01 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 171. DCN2 02 06 2283.
04 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0145/79. DCN2 05 06 2357.
04 06 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO RQS/0145/79. DCN2 05 06 2359.
05 06 PLEN SF INTERPELA MIN PLANEJAMENTO. DCN2 06 06 2393.
07 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 08 06 2534.
08 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 09 06 2564.
08 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 185. DCN2 09 06 2568.
11 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 12 06 2593.
20 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 186. DCN2 21 06 2842.
20 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 207. DCN2 21 06 2844.
21 06 PLEN CN DISCUSSÃO PEC/0002/79. DCN 22 06 1246.
21 06 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0093/77. DCN2 22 06 2883.
22 06 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0028/79. DCN2 23 06 2934.
27 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 28 06 3115.
07 08 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0218/76. DCN2 08 08 3452.
23 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 282. DCN2 24 08 3832.
23 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 283. DCN2 24 08 3832.
30 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 318. DCN2 31 08 4032.
17 09 PLEN SF RENUNCIA MEMBRO TITULAR E PRES CE. DCN2 18 09 4547.
23 11 PLEN SF SUPLENTE CR. DCN2 24 11 6318.
04 12 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0199/79. DCN2 05 12 6794.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1980 XXXXXXXXXXXX
04 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0004/80. DCN2 05 03 0080.
19 03 PLEN SF INTEGRA BLOCO PARLAMENTAR PMDB. DCN2 20 03 0437.
25 03 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 26 03 0536.
25 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0013/80. DCN2 26 03 0535.
26 03 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0003/80. DCN2 27 03 0572.
26 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0013/80. DCN2 27 03 0573.
10 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0305/77. DCN2 11 04 0824.
14 04 PLEN SF DISCUSSÃO P.S/1165/79. DCN2 15 04 0884.
16 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PRS/1165/79. DCN2 17 04 0925.
16 04 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0006/80. DCN2 17 04 0932.
08 05 PLEN SF DISCUSSÃO P.S/1238/79. DCN2 09 05 1468.
19 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 20 05 1762.
22 05 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PRS/0057/79. DCN2 23 05 1930.
23 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 24 05 1975.
26 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 175. DCN2 27 05 2032.
12 06 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0033/80. DCN2 13 06 2596.
20 06 PLEN SF CONTRADITA QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 21 06 2943.
20 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 21 06 2942.
20 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 21 06 2934.
24 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 25 06 3034.
26 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 27 06 3140.
26 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0271/75. DCN2 27 06 3142.
27 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0140/80. DCN2 28 06 3287.
12 08 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 13 08 3606.
13 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 318. DCN2 14 08 3644.
14 08 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 15 08 3681.
14 08 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0138/79. DCN2 15 08 3678.

18 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0138/79. DCN2 19 08 3766.
21 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0138/79. DCN2 22 08 3841.
27 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 353. DCN2 28 08 4014.
28 08 PLEN SF DISCUSSÃO RQS/0228/80. DCN2 29 08 4040.
02 09 PLEN SF INDICAÇÃO MEMBRO TITULAR CM. DCN2 03 09 4172.
03 09 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 04 09 2284.
03 09 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 04 09 2255.
03 09 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 04 09 2268.
03 09 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 04 09 2288.
03 09 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 04 09 2295.
03 09 PLEN CN ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PEC/0051/80. DCN 04 09 2276.
04 09 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0154/80. DCN2 05 09 4219.
11 09 PLEN SF INDICAÇÃO, EM 11 09 80, PARA INTEGRAR COMISSÃO
ESPECIAL SF CRIADA PELO RQS/0273/80. DCN2 12 09 4536
23 09 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 24 09 4844.
25 09 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 399. DCN2 26 09 5042.
25 09 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 26 09 5046.
08 10 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 422. DCN2 09 10 5440.
22 10 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 435. DCN2 23 10 5971.
23 10 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 435. DCN2 24 10 6028.
05 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 500 DCN2 06 11 6404.
19 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0211/80. DCN2 20 11 6912.
21 11 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 11 7044.
21 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0266/80. DCN2 22 11 7040.
01 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 577. DCN2 02 12 7392.
01 12 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0086/80. DCN2 02 12 7398.
01 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 02 12 7396.
03 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 04 12 7518.
04 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PRS/0175/80. DCN2 05 12 7721.
04 12 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0092/80. DCN2 05 12 7679.
04 12 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0267/80. DCN2 05 12 7700.
04 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 05 12 7726.
04 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 05 12 7666.
04 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 05 12 7701.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1981 XXXXXXXXXXXX
09 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0003/81. DCN2 10 03 0124.
11 03 PLEN CN DISCUSSÃO PEC/0087/80. DCN 12 03 0102.
12 03 PLEN CN ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PEC/0085/80. DCN 13 03 0118.
13 03 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0110/80. DCN2 14 03 0308.
17 03 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0018/80. DCN2 18 03 0366.
24 02 PLEN SF ELEIÇÃO 3SEC MESA DIRETORA. DCN2 25 02 0007.
01 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 041. DCN2 02 04 0773.
01 04 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 02 04 0770.
07 04 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 08 04 0895.
08 04 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0303/79. DCN2 09 04 0928.
22 04 CMIS CN EMENDA PLN/0004/81. DCN 23 04 0575.
22 04 CMIS CN EMENDA PLN/0005/81. DCN 23 04 0576.
06 05 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0007/81. DCN2 07 05 1546.
30 04 CMIS CN EMENDA PLN/0007/81. DCN 01 05 0677.
14 05 PLEN SF DECIDE QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 15 05 1781.
15 05 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0025/80. DCN2 16 05 1840.
15 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0098/81. DCN2 16 05 1838.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1954.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1952.

21 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 107. DCN2 22 05 1956.
21 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0070/80. DCN2 22 05 1971.
21 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0303/79. DCN2 22 05 1981.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1952.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1953.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1953.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1961.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1967.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1970.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1976.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1979.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1984.
05 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 06 06 2404.
08 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 09 06 2463.
09 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 10 06 2498.
09 06 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PLC/0083/80. DCN2 10 06 2510.
09 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0083/80. DCN2 10 06 2509.
11 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 131. DCN2 12 06 2593.
11 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 12 06 2622.
11 06 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0083/80. DCN2 12 06 2616.
11 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 132. DCN2 12 06 2615.
22 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 140. DCN2 23 06 2818.
25 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0083/80. DCN2 26 06 2957.
26 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0001/81. DCN2 27 06 3028.
10 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0303/79. DCN2 11 08 3450.
11 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0303/79. DCN2 12 08 3493.
19 08 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 20 08 3716.
09 10 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0030/81. DCN2 10 10 5317.
22 10 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 23 10 2434.
22 10 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 23 10 2436.
24 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0281/81. DCN2 25 11 6611.
02 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 417. DCN2 03 12 6885.
02 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0281/81. DCN2 03 12 6896.
03 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PRS/0090/81. DCN2 04 12 6952.
03 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 04 12 6947.
03 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 04 12 6955.
04 12 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 05 12 3083.
05 12 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0118/81. DCN2 06 12 7023.
15 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PRS/0088/81. DCN2 16 12 7225.
16 12 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PLC/0123/81. DCN2 17 12 7285.
17 12 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PRS/0090/81. DCN2 18 12 7320.
17 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 18 12 7334.
17 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 18 12 7337.
18 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PRS/0190/81. DCN2 19 12 7371.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1982 XXXXXXXXXXXX
13 01 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO RQ. 026. DCN2 14 01 0194.
13 01 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO RQ. 012. DCN2 14 01 0152.
13 01 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 14 01 0176.
13 01 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 14 01 0170.
13 01 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 14 01 0162.
13 01 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 14 01 0185.
13 01 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 14 01 0191.
13 01 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO RQ. 010. DCN2 14 01 0122.

13 01 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO RQ. 008. DCN2 14 01 0167.
 28 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0114/81. DCN2 29 04 1238.
 07 06 PLEN SF JUSTIFICAÇÃO RQ. 114. DCN2 08 06 2042.
 16 06 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0003/82. DCN2 17 06 2209.
 23 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN 24 06 1264.
 22 09 PLEN CN DECIDE QUESTÃO DE ORDEM. DCN 23 09 1799.
 03 12 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0143/82. DCN2 04 12 4575.
 04 12 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0127/82. DCN2 05 12 4665.
 04 12 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0063/82. DCN2 05 12 4664.
 04 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 05 12 4665.
 03 03 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 04 03 0046.

I0607* FIM DO DOCUMENTO.

SEARCH - QUERY

00001 ITAMAR W FRANCO

MSEN00011075 DOCUMENT= 2 OF 8

IDENT MSEN ITAMAR FRANCO PMDB MG
 CARTEIRA 043 MANDATO 1975/1983 STATUS MANDATO FINDO
 PART COM PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES PERMANENTES
 PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES TEMPORARIAS

MEMBRO MSG/0010/75 M	PRESID PEC/0001/75 M	RELATS MSG/0027/75 M
MEMBRO MSG/033/75 M	MEMBRO PLN/0002/75 M	PRESID PLN/0004/75 M
MEMBRO PLN/0005/75 M	MEMBRO MSG/0045/75 M	MEMBRO MSG/0052/75 M
MEMBRO MSG/0058/75 M	MEMBRO PLN/0008/75 M	PRESID PLN/0009/75 M
MEMBRO MSG/0066/75 M	SUPLEN PLN/0010/75 M	MEMBRO MSG/0071/75 M
MEMBRO PLN/0011/75 M	MEMBRO PLN/0012/75 M	MEMBRO PLN/0013/75 M
MEMBRO PLN/0015/75 M	PRESID MSG/0079/75 M	MEMBRO PLN/0017/75 M
MEMBRO MSG/0083/75 M	MEMBRO PLN/0020/75 M	MEMBRO PLN/0022/75 M
MEMBRO PLN/0024/75 M	MEMBRO MSG/0095/75 M	MEMBRO PLN/0032/75 M
MEMBRO MSG/0105/75 M	PRESID PLN/0035/75 M	PRESID P.S/0018/75 E
MEMBRO PEC/0007/75 M	MEMBRO PEC/0008/75 M	MEMBRO PEC/0010/75 M
MEMBRO PEC/0020/75 M	MEMBRO PEC/0029/75 M	MEMBRO RSF/0048/76 I
MEMBRO MSG/0004/76 M	PRESID MSG/0009/76 M	MEMBRO MSG/0014/76 M
MEMBRO MSG/0020/76 M	MEMBRO MSG/0025/76 M	PRESID PEC/0002/76 M
PRESID MSG/0030/76 M	MEMBRO MSG/0033/76 M	MEMBRO PEC/0006/76 M
MEMBRO MSG/0040/76 M	MEMBRO MSG/0042/76 M	MEMBRO PLN/0005/76 M
PRESID MSG/0046/76 M	MEMBRO MSG/0052/76 M	MEMBRO PLN/0007/76 M
MEMBRO PLN/0008/76 M	PRESID PDL/0001/76 M	MEMBRO PEC/0024/76 M
MEMBRO MSG/0062/76 M	MEMBRO PDL/0002/76 M	MEMBRO PLN/0013/76 M.
MEMBRO MSG/0080/76 M	MEMBRO MSG/0083/76 M	MEMBRO MSG/0084/76 M.
MEMBRO PLN/0001/77 M	MEMBRO MSG/0008/77 M	MEMBRO MSG/0013/77 M.
MEMBRO MSG/0014/77 M	MEMBRO PLN/0003/77 M	MEMBRO MSG/0023/77 M.
PRESID MSG/0024/77 M	MEMBRO MSG/0031/77 M	MEMBRO MSG/0038/77 M.
MEMBRO MSG/0039/77 M	MEMBRO MSG/0047/77 M	MEMBRO PLN/0007/77 M.
MEMBRO MSG/0050/77 M	MEMBRO MSG/0055/77 M	MEMBRO MSG/0060/77 M.
MEMBRO PLN/0011/77 M	PRESID MSG/0065/77 M	MEMBRO CMO 77 M.
MEMBRO MSG/0074/77 M	MEMBRO MSG/0084/77 M	MEMBRO MSG/0085/77 M.
PRESID PLN/0018/77 M	MEMBRO MSG/0103/77 M	MEMBRO PLN/0023/77 M.
MEMBRO PEC/0017/77 M	MEMBRO PLN/0024/77 M	PRESID PEC/0019/77 M.
MEMBRO MSG/0114/77 M	MEMBRO MSG/0022/78 M	MEMBRO MSG/0023/78 M.

MEMBRO MSG/0029/78 M	MEMBRO MSG/0041/78 M	MEMBRO MSG/0043/78 M.
MEMBRO MSG/0046/78 M	MEMBRO MSG/0052/78 M	MEMBRO MSG/0054/78 M.
MEMBRO CMO 78 M	MEMBRO PEC/0005/78 M	MEMBRO MSG/0062/78 M.
MEMBRO MSG/0061/78 M	MEMBRO MSG/0065/78 M	MEMBRO MSG/0066/78 M.
MEMBRO MSG/0069/78 M	MEMBRO MSG/0072/78 M	PRESID PEC/0012/78 M.
MEMBRO MSG/0074/78 M	MEMBRO MSG/0076/78 M	MEMBRO PEC/0014/78 M.
PRESID PEC/0015/78 M	PRESID RSF/0069/78 I	MEMBRO MSG/0079/78 M.
MEMBRO MSG/0080/78 M	MEMBRO PEC/0018/78 M	MEMBRO MSG/0006/79 M.
MEMBRO MSG/0011/79 M	MEMBRO MSG/0014/79 M	PRES MSG/0015/79 M.
MEMBRO PEC/0002/79 M	MEMBRO PEC/0034/78 M	MEMBRO PDL/0001/79 M.
PRES MSG/0050/79 M	PRES MSG/0054/79 M	MEMBRO MSG/0056/79 M.
MEMBRO PEC/0024/79 M	MEMBRO MSG/0059/79 M	PRES MSG/0073/79 M.
MEMBRO MSG/0075/79 M	MEMBRO PDL/0005/79 M	MEMBRO MSG/0092/79 M.
MEMBRO PEC/0039/79 M	MEMBRO PEC/0040/79 M	MEMBRO MSG/0105/79 M.
MEMBRO MSG/0109/79 M	MEMBRO MSG/0110/79 M	MEMBRO MSG/0103/79 M.
PRES PEC/0001/80 M	MEMBRO MSG/0011/80 M	MEMBRO PEC/0013/80 M.
PRES PEC/0016/80 M	MEMBRO PEC/0019/80 M	MEMBRO PEC/0026/80 M.
MEMBRO MSG/0041/80 M	MEMBRO PEC/0039/80 M	MEMBRO PEC/0043/80 M.
PRES MSG/0059/80 M	MEMBRO PEC/0051/80 M	MEMBRO MSG/0080/80 M.
MEMBRO PEC/0058/80 M	MEMBRO PEC/0059/80 M	MEMBRO PEC/0065/80 M.
MEMBRO PEC/0067/80 M	MEMBRO PDL/0005/79 M	MEMBRO PEC/0072/80 M.
MEMBRO MSG/0101/80 M	MEMBRO PEC/0085/80 M	PRES PEC/0086/80 M.
MEMBRO PEC/0081/80 M	MEMBRO PEC/0087/80 M	MEMBRO PEC/0092/80 M.
MEMBRO MSG/0131/80 M	MEMBRO PEC/0094/80 M	MEMBRO MSG/0133/80 M.
MEMBRO PEC/0089/80 M	MEMBRO PEC/0098/80 M	MEMBRO PEC/0007/81 M.
MEMBRO PEC/0015/81 M	MEMBRO MSG/0034/81 M	MEMBRO PEC/0005/81 M.
MEMBRO MSG/0036/81 M	MEMBRO PEC/0017/81 M	MEMBRO MSG/0043/81 M.
MEMBRO MSG/0047/81 M	MEMBRO MSG/0052/81 M	MEMBRO PEC/0035/81 M.
MEMBRO MSG/0069/81 M	MEMBRO MSG/0076/81 M	MEMBRO MSG/0077/81 M.
MEMBRO PEC/0055/81 M	MEMBRO PEC/0070/81 M	MEMBRO PEC/0077/81 M.
MEMBRO MSG/0112/81 M	MEMBRO PEC/0083/81 M	PRES PEC/0008/82 M.
MEMBRO PLN/0003/82 M	MEMBRO MSG/0014/82 M	MEMBRO MSG/0024/82 M.
MEMBRO MSG/0028/82 M	MEMBRO PLN/0005/82 M	PRES MSG/0033/82 M.
MEMBRO MSG/0034/82 M	MEMBRO MSG/0040/82 M	MEMBRO PEC/0024/82 M.
MEMBRO PLN/0009/82 M	MEMBRO PLN/0012/82 M	MEMBRO MSG/0034/82 M.
MEMBRO MSG/0034/82 M	PRES MSG/0060/82 M	MEMBRO PEC/0034/82 M.
MEMBRO CMO 82 M	MEMBRO PEC/0025/82 M	MEMBRO PEC/0027/82 M.
MEMBRO PEC/0030/82 M	MEMBRO PEC/0040/82 M	MEMBRO MSG/0069/82 M.
MEMBRO PLN/0023/82 M	MEMBRO PEC/0045/82 M	MEMBRO MSG/0088/82 M.
MEMBRO MSG/0118/82 M	MEMBRO MSG/0121/82 M	MEMBRO MSG/0123/82 M.
MEMBRO MSG/0127/82 M	MEMBRO MSG/0121/82 M	

XXXXX MISSÕES EXTERNAS XXXXX

MISSÕES

DESIGNAÇÃO, EM 04 03 75, PARA REPRESENTAR O SENADO NOS FUNERAIS DO EX-VICE-PRESIDENTE DA REPUBLICA PEDRO ALEIXO.

DESIGNAÇÃO, EM 08 08 75, REPRESENTAR SF CICLO ESTUDO ENERGIA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA NO RIO DE JANEIRO.

DESIGNAÇÃO, EM 10 04 75, PARA REPRESENTAR O SENADO NO SEMINARIO SOBRE A CRISE ECONOMICA MUNDIAL V CONGRESSO SIDERURGIA RIO JANEIRO

DESIGNAÇÃO, EM 25 06 79, REPRESENTAR SF REUNIÃO ESPECIAL ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MG, COMEMORATIVA DENOMINAÇÃO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA PLENARIO ASSEMBLEIA. DCN2

26 06 2966.

XXXXX MISSÕES NO EXTERIOR XXXXX

DESIGNAÇÃO, EM 17 03 76, INTEGRAR DELEGAÇÃO BRASILEIRA 118 ASSEMBLEIA CONSELHO UNIÃO INTERPARLAMENTAR, MEXICO, DE 19 A 24 04 (SUBSTITUIDO PELO SEN BENJAMIM FARAH).

AUTORIZAÇÃO, EM 27 09 77, INTEGRAR, COMO OBSERVADOR PARLAMENTAR, DELEGAÇÃO BRASILEIRA XXXII ASSEMBLEIA GERAL ONU.

DESIGNAÇÃO, EM 05 09 78, PARA, QUALIDADE OBSERVADOR GRUPO PARLAMENTAR BRASILEIRO, PARTICIPAR 65 CONFERENCIA UNIÃO INTERPARLAMENTAR, BONN, DE 05 A 13 09 78.

AUTORIZAÇÃO, EM 20 11 78, INTEGRAR, COMO OBSERVADOR PARLAMENTAR, DELEGAÇÃO BRASILEIRA ASSEMBLEIA GERAL ONU.

CONVIDADO EM 25/08/77 PELO GOVERNO DOS EEUU PARA VISITAR AQUELE PAIS A PARTIR DE 01/09/77.

DESIGNAÇÃO, EM 16 11 81, PARA INTEGRAR DELEGAÇÃO DO GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR, EM VISTA AO PARLAMENTO BULGARIO, A PARTIR DE 08 DE NOVEMBRO. DCN2 17 11 6309.

DESIGNAÇÃO, EM 14 01 82, PARA REPRESENTAR O SF, QUE VISITARA A ARABIA SAUDITA, A CONVITE DO GOVERNO DAQUELE PAIS. DCN2 15 01 0217

***** P A R E C E R E S *****
AT PARL

01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1975 XXXXXXXXXXXX

14 04 CMIS CN PARECER 037 SOBRE MSG/0027/75. DCN 15 04 0619.

16 05 CRE SF PARECER ORAL SOBRE PDS/0006/75. DCN2 17 05 1872.

19 05 CSPC SF PARECER 100 SOBRE PLC/0001/75. DCN2 20 05 1927.

06 06 CRE SF PARECER 144 SOBRE PDS/0002/75. DCN2 07 06 2378.

20 06 CRE SF PARECER 176 SOBRE PDS/0005/75. DCN2 21 06 2798.

04 09 CRE SF PARECER 378 SOBRE PDS/0016/75. DCN2 05 09 4329.

04 09 CSPC SF PARECER ORAL SOBRE PLC/0061/75. DCN2 05 09 4325.

21 10 CMO CN PARECER 118 SOBRE PLN/0010/75. DCNS 22 10 0078.

34 10 CRE SF PARECER 559 SOBRE PDS/0021/75. DCN2 25 10 6040.

28 11 CRE SF PARECER ORAL SOBRE RQS/0567/75. DCN2 29 11 7588.

03 12 CSPC SF PARECER 780 SOBRE PLS/0033/73. DCN2 04 12 7847.

01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1976 XXXXXXXXXXXX

09 03 CSPC SF PARECER 005 SOBRE PLS/0102/75. DCN2 10 03 0152.

09 04 CRE SF PARECER ORAL SOBRE PDS/0006/76. DCN2 10 04 1412.

28 04 CRE SF PARECER ORAL SOBRE RQS/0136/76. DCN2 29 04 1842.

14 05 CSPC SF PARECER 325 SOBRE PLS/0181/75. DCN2 15 05 2489.

14 05 CRE SF PARECER 329 SOBRE PDS/0013/76. DCN2 15 05 2491.

06 08 CEC SF PARECER 512 SOBRE PLC/0076/75. DCN2 07 08 4511.

25 08 CSPC SF PARECER 577 SOBRE PLC/0105/75. DCN2 26 08 5093.

01 09 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0112/76.

08 09 CRE SF PARECER ORAL SOBRE RQS/0413/76. DCN2 09 09 5579.

20 09 CRE SF PARECER 759 SOBRE PDS/0028/76. DCN2 21 09 6062.

21 09 CRE SF PARECER ORAL SOBRE RQS/0484/76. DCN2 22 09 6199.

21 09 CRE SF PARECER ORAL SOBRE RQS/0483/76. DCN2 22 09 6199.

20 10 CSPC SF PARECER 865 SOBRE PLS/0235/76. DCN2 21 10 7034.

20 10 CRE SF PARECER 866 SOBRE PDS/0037/76. DCN2 21 10 7034.

03 12 CSPC SF PARECER 1025 SOBRE PLS/0237/75. DCN2 04 12 8134.

03 12 CSPC SF PARECER 1021 SOBRE PLS/0160/74. DCN2 04 12 8132.

03 12 CSPC SF PARECER 1030 SOBRE PLS/0147/76. DCN2 04 12 8138.

01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1977 XXXXXXXXXXXX

15 03 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0046/77.

06 05 CRE SF PARECER 156 SOBRE PDS/0008/77. DCN2 07 05 1444.

24 05 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0082/77.

30 06 CSPC SF PARECER ORAL SOBRE PLC/0052/77. DCN2 01 07 3342.
30 08 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0176/77.
02 09 CSPC SF PARECER 596 SOBRE PLS/0213/75. DCN2 03 09 4341.
06 10 CSPC SF PARECER 745 SOBRE PLC/0066/77. DCN2 07 10 5427.
21 10 CRE SF PARECER 819 SOBRE PDS/0022/77. DCN2 22 10 5971.
24 11 CRE SF PARECER 1038 SOBRE PDS/0030/77. DCN2 25 11 7037.
28 11 CSPC SF PARECER 1243 SOBRE PLC/0128/77. DCN2 29 11 7200.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1978 XXXXXXXXXXXX
14 03 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0055/78.
04 04 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0065/78.
28 06 CRE SF PARECER 385 SOBRE PDS/0012/78. DCN2 29 06 3255.
29 08 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0160/78.
18 10 DF SF PARECER 686 SOBRE PLS/0248/78. DC2S 19 10 0011.
21 11 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0227/78.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1979 XXXXXXXXXXXX
17 08 CMIS CN PARECER 078 (DECLARAÇÃO DE VOTO). DCN 18 08 1588.
16 10 DF SF PARECER SECRETO MSF/0203/79.
25 10 DF SF PARECER 797 SOBRE PLS/0234/79. DCN2 26 10 5329.
26 10 DF SF PARECER 812 SOBRE PLS/0258/79. DCN2 27 10 5466.
26 10 DF SF PARECER 813 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 27 10 5478.
26 10 DF SF PARECER 819 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 27 10 5488.
26 10 DF SF PARECER 814 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 27 10 5480.
26 10 DF SF PARECER 815 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 27 10 5482.
26 10 DF SF PARECER 818 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 27 10 5487.
07 11 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0215/79.
13 11 DF SF PARECER 956 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 14 11 5902.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1980 XXXXXXXXXXXX
16 04 CRE SF PARECER SECRETO SOBRE MSF/0062/80.
18 09 DF SF PARECER 711 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 19 09 4691.
07 10 CR SF PARECER 809 SOBRE PLC/0007/80. DCN2 08 10 5398.
29 10 CRE SF PARECER 964 SOBRE PDS/0012/79. DCN2 30 10 6125.
29 10 CRE SF PARECER 965 SOBRE PDS/0012/79. DCN2 30 10 6126.
31 10 DF SF PARECER 983 SOBRE PLS/0210/80. DCN2 01 11 6244.
31 10 DF SF PARECER 992 SOBRE PLS/0211/80. DCN2 01 11 6255.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1981 XXXXXXXXXXXX
06 05 CDIR SF PARECER 142 SOBRE PRS/0094/80. DCN2 07 05 1526.
28 09 CRE SF PARECER 753 (VOTO EM SEPARADO). DCN2 26 09 4715.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1982 XXXXXXXXXXXX
31 03 CRE SF PARECER 090 SOBRE PDS/0009/80. DCN2 01 04 0816.
15 06 CMIS CN PARECER ORAL SOBRE MSG/0034/82. DCN 16 06 1156.
***** E M E N D A S *****
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1975 XXXXXXXXXXXX
28 11 PLEN SF EMENDAS AO PLS/0170/75.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1976 XXXXXXXXXXXX
01 06 CMIS CN EMENDA PLN/0006/76. DCN 02 06 1419.
25 06 CMIS CN EMENDAS PLN/0008/76. DCN 26 06 2165.
06 10 PLEN SF EMENDA PLC/0063/76. DCN2 07 10 6606.
05 11 CMIS CN EMENDAS PLN/0013/76. DCN 09 11 2871.
01 12 CMIS CN EMENDAS PEC/0029/76. DCNS 05 12 0001.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1977 XXXXXXXXXXXX
18 05 PLEN SF EMENDA PLS/0266/76. DCN2 19 05 1859.
29 06 PLEN SF EMENDAS PLS/0085/77. DCN2 30 06 3260.
03 11 PLEN SF EMENDA PLS/0135/77. DCN2 04 11 6348.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1978 XXXXXXXXXXXX

15 03 PLEN SF EMENDA PLC/0135/77. DCN2 16 03 0378.
16 03 CMIS CN EMENDA PLN/0001/78. DCN2 06 04 0881.
13 05 CMIS CN EMENDAS PLN/0011/78. DCN 13 05 0861.
20 10 CCJ SF EMENDA PLC/0120/78. DC2S 21 10 0001.
31 10 CMIS CN EMENDAS PLN/0035/78. DCN 01 11 2091.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1979 XXXXXXXXXXXX
16 05 PLEN SF EMENDA PLS/0092/79. DCN2 17 05 1832.
10 08 CMIS CN EMENDAS PLN/0014/79. DCNS 11 08 0001.
06 09 CMIS CN EMENDAS PLN/0020/79. DCN 07 09 1852.
27 09 CMIS CN EMENDA PLN/0027/79. DCN 28 09 2165.
27 09 CMIS CN EMENDAS PLN/0026/79. DCN 28 09 2119.
31 10 CMIS CN EMENDA PLN/0037/79. DCNS 01 11 0001.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1980 XXXXXXXXXXXX

25 06 CMIS CN EMENDAS PLN/0012/80. DCN 26 06 1589.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1981 XXXXXXXXXXXX
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1982 XXXXXXXXXXXX
02 04 CMIS CN EMENDAS PLN/0003/82. DCN 03 04 0391.
27 04 CMIS CN EMENDAS PLN/0003/82. DCN 28 04 0626.

*****P R O N U N C I A M E N T O S*****

01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1975 XXXXXXXXXXXX
10 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 11 03 0262.
12 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 13 03 0311.
14 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 15 03 0339.
17 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 18 03 0409.
18 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 19 03 0438.
21 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 22 03 0548.
02 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 03 04 0645.
03 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 04 04 0724.
07 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 08 04 0819.
14 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 15 04 1066.
22 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 23 04 1280.
23 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 24 04 1332.
05 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 06 05 1561.
06 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 07 05 1608.
14 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 15 05 1744.
21 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 22 05 2002.
26 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 27 05 2120.
28 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 29 05 2208.
10 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 11 06 2456.
13 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 14 06 2608.
21 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 24 06 2875.
24 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 25 06 2933.
26 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 27 06 3071.
27 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 28 06 3132.
28 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 29 06 3164.
07 08 PLEN CN PRONUNCIAMENTO. DCN 08 08 1893.
13 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 19 08 3756.
15 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 16 08 3702.
04 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 05 09 4338.
05 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 06 09 4356.
09 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 11 09 4530.
10 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 11 09 4526.
11 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 12 09 4575.

24 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 09	4954.
07 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 08 10	5385.
08 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 10	5422.
10 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 11 10	5535.
13 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 10	5602.
15 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 10	5628.
20 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 10	5845.
24 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 28 10	6112.
29 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 10	6226.
12 11	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 13 11	6871.
13 11	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 11	6891.
14 11	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 11	6976.
19 11	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 11	7170.
19 11	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 11	7164.
20 11	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 11	7199.
01 12	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 02 12	7663.
01 01	XXXX XX	XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1976	XXXXXXXXXXXX	
05 03	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 03	0083.
10 03	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 11 03	0185.
26 03	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 03	0851.
07 04	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 04	1368.
09 04	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 04	1483.
09 04	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 04	1480.
29 04	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 04	1896.
04 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 05 05	2131.
05 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 05	2179.
11 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 05	2382.
13 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 05	2465.
17 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 05	2628.
20 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 05	2868.
24 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 05	2861.
25 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 05	2890.
26 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 05	2971.
07 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 08 06	3348.
09 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 06	3527.
14 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 06	3730.
15 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 06	3814.
15 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 06	3806.
18 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 19 06	3884.
21 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 06	3957.
23 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 06	4063.
30 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 07	4357.
06 08	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 07 08	4541.
26 08	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO, PELA ORDEM.	DCN2 27 08	5147.
26 08	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 08	5158.
31 08	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 09	5317.
03 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 04 09	5499.
03 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 04 09	5514.
06 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 07 09	5534.
10 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 11 09	5657.
14 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 09	5713.
15 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 09	5802.
16 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 17 09	5858.
17 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 09	6045.

20 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 09 6067.
06 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 07 10 6588.
08 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 10 6719.
13 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTOS.	DCN2 14 10 6882 E 6889.
14 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 10 6916.
15 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 10 6947.
19 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 10 7014.
20 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 10 7039.
22 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 23 10 7083.
29 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 10 7300.
26 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 11 7751.
01 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 02 12 7969.
03 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 04 12 8140.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1977 XXXXXXXXXXXX	
16 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 17 03 0389.
21 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 03 0497.
20 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 04 1013.
22 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 23 04 1054.
26 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 04 1117.
27 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 28 04 1136.
29 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 04 1234.
05 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 05 1414.
13 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 05 2040.
20 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 05 1987.
23 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 05 2037.
30 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 31 05 2272.
31 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 06 2313.
31 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 06 2326.
31 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 06 2338.
01 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 02 06 2382.
14 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 06 2757.
21 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 06 2964.
30 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 03 08 3443.
08 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 08 3648.
11 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 08 3748.
25 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 08 4057.
05 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 09 4382.
16 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 09 4905.
21 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 09 4896.
23 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCNp5X
03 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 05 10 5365.
06 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 07 10 5445.
14 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 10 5715.
03 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 04 11 6364.
07 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 11 6519.
08 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 11 6458.
10 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 11 6634.
11 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 11 6621.
21 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 11 6844.
23 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 11 6965.
25 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 11 7112.
28 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 29 11 7197.
29 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 11 7220.

30-09 PLEN SF PRONUN

01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1978 XXXXXXXXXXXX
 09 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 10 03 0201.
 13 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 14 03 0289.
 16 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 17 03 0432.
 30 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 31 03 0692.
 05 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 06 04 0902.
 12 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 13 04 1270.
 13 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 14 04 1331.
 13 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 14 04 1302.
 17 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 18 04 1402.
 19 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 20 04 1486.
 05 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 06 05 1958.
 08 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 09 05 1975.
 15 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 16 05 2198.
 24 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 25 05 2470.
 26 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 27 05 2513.
 29 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 30 05 2525.
 31 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 01 06 2599.
 06 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTOS. DCN2 07 06 2726 E 2734.
 04 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 05 08 3539.
 08 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 09 08 3579.
 08 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 10 08 3657.
 10 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 11 08 3694.
 14 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 15 08 3738.
 16 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 17 08 3800.
 24 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 26 08 4095.
 25 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 26 08 4086.
 22 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 23 09 4752.
 26 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 27 09 4803.
 13 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 14 10 5321.
 17 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 18 10 5438.
 22 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 23 11 5850.
 23 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 24 11 5918.
 28 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 29 11 6018.
 01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1979 XXXXXXXXXXXX
 06 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 10 03 0174.
 08 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 09 03 0151 - REP DCN2 11 05 1624
 12 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 13 03 0195.
 29 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 30 03 0512.
 30 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 31 03 0550.
 02 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 03 04 0580.
 02 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 03 04 0592.
 03 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 04 04 0626.
 04 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 05 04 0652.
 06 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 07 04 0735.
 24 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 25 04 1129.
 26 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 27 04 1214.
 27 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 28 04 1281.
 14 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 16 05 1790.
 21 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 22 05 1955.
 23 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 24 05 2036.
 23 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO. DCN2 24 05 2029.
 23 05 PLEN CN PRONUNCIAMENTO: DCN 24 05 0937.

25 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO..	DCN2 26 05	2108.
29 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 05	2159.
07 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 08 06	2539.
11 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 06	2610.
12 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 13 06	2663.
15 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 06	2734.
20 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 06	2839.
22 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 23 06	2945.
26 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 06	3015.
27 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 28 06	3106.
08 08	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 08	3527.
13 08	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 08	3598.
21 08	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 08	3778.
06 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 07 09	4266.
10 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 11 09	4293.
14 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 09	4527.
17 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 09	4547.
28 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 02 10	4885.
05 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 10	5051.
08 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 10	5068.
18 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 19 10	5299.
25 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 10	5345.
26 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 10	5503.
29 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 10	5528.
30 10	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 31 10	5590.
08 11	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 11	5850.
09 11	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 11	5845.
28 11	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 29 11	6509.
30 11	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 12	6638.
04 12	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 05 12	6791.
04 12	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 05 12	6804.
01 01		XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1980	XXXXXXXXXXXX	
10 03	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 11 03	0205.
11 03	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 13 03	0278.
13 03	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 03	0455.
21 03	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 03	0487.
24 03	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 03	0506.
25 03	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 03	0541.
27 03	PLEN CN	PRONUNCIAMENTO.	DCN 28 03	0349.
09 04	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 04	0783.
14 04	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 17 04	0975.
16 04	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 17 04	0923.
25 04	PLEN SF	PRONUNCIAMENTOS.	DCN2 26 04	1178 E 1201.
30 04	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 05	1302.
02 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 03 05	1336.
07 09	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 08 05	1426.
19 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 05	1765.
22 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 05	1983.
23 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 05	1968.
26 05	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 05	2021.
12 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 13 06	2587.
17 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 06	2731.
24 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 06	3045.
26 06	PLEN SF	PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 06	3211.

27 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 28 06 3305
27 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 08 3520.
27 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 28 06 3282.
12 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 13 08 3594.
13 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 08 3650.
21 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 08 3847.
26 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 08 3973.
29 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 08 4099.
01 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 03 09 4184.
26 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 10 5869.
29 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 10 5855.
05 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 11 6039.
05 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 11 6047.
24 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 11 6616.
25 11 PLEN CN PRONUNCIAMENTO.	DCN 26 11 2896.
01 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 03 12 6914.
03 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 04 12 6942.
04 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 05 12 7006.
05 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 12 7027.
05 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 12 7029.
07 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 08 12 7064.
09 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 12 7095.
11 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 12 7154.
15 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 17 12 7291.
16 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 12 7359.
01 01	XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1982 XXXXXXXXXXXX
06 01 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 07 01 0031.
13 01 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 01 0162.
14 01 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 01 0222.
15 01 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 01 0253.
08 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 01 0415.
09 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 01 0435.
25 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 03 0729.
26 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 03 0741.
30 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 31 03 0794.
30 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 31 03 0793.
06 04 PLEN CN PRONUNCIAMENTO.	DCN 07 04 0429.
13 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 04 1029.
14 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 04 1018.
16 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 17 04 1085.
19 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 04 1106.
20 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 04 1137.
26 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 27 04 1177.
29 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 04 1273.
10 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO,	DA PRESIDENCIA. DCN2 11 05 1468.
12 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 13 05 1504.
14 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 05 1565.
01 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 02 06 1959.
03 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 04 06 1986.
04 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 05 06 2021.
07 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 08 06 2036.
16 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 17 06 2200.
17 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 06 2238.

21 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 06 2285.
23 06 PLEN CN PRONUNCIAMENTO.	DCN 23 06 1274.
24 06 PLEN CN PRONUNCIAMENTO.	DCN 25 06 1304.
24 06 PLEN CN PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 06 1346.
25 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 06 2376.
10 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 08 2962.
11 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 13 08 2851.
30 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 31 08 3148.
31 08 PLEN CN PRONUNCIAMENTO.	DCN 01 09 1677.
02 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 03 09 3298.
20 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 09 3542.
22 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 09 3626.
23 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 09 3618.
18 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 19 10 3981.
19 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 10 4010.
20 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 10 4004.
29 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 11 4336.
30 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 12 4383.
30 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DA PRESIDENCIA, DCN2 01 12 4376.
04 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 05 12 4627.
04 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 05 12 4674.
03 03 PLEN CN PRONUNCIAMENTO.	DCN 04 03 0045.
05 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 09 4302.
05 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 09 4279.
07 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 08 10 5408.
08 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 10 5438.
09 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 10 5545.
17 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 10 5830.
17 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 10 5833.
22 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 23 10 5985.
23 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 10 6036.
24 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 10 6065.
27 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 28 10 6103.
27 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 28 10 6113.
06 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 07 11 6481.
14 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 11 6830.
21 11 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 11 7035.
01 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 02 12 7385.
03 12 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 04 12 7502.
01 01	XXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1981 XXXXXXXXXXXX
10 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 11 03 0173.
17 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 03 0357.
27 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 28 03 0667.
30 03 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 04 0744.
01 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 02 04 0781.
03 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 04 04 0838.
08 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 04 0937.
09 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 04 0987.
22 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 23 04 1248.
23 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 04 1273.
27 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 28 04 1334.
28 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 29 04 1370.
30 04 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 05 1448.
05 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 06 05 1513.

11 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 05 1645.
11 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 05 1652.
11 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 05 1641.
15 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 05 1821.
20 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 21 05 1920.
21 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 22 05 1942.
25 05 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 05 2056.
08 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 06 2456.
09 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 06 2496.
11 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 12 06 2622.
23 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 06 2852.
24 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 06 2904.
25 06 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 06 2945.
13 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 15 08 3621.
17 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 18 08 3650.
18 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 19 08 3697.
24 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 08 3855.
25 08 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 08 3889.
16 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 17 09 4397.
18 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 19 09 4479.
22 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 23 09 4539.
23 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 24 09 4582.
24 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 09 4615.
24 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 25 09 4644.
25 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 26 09 4687.
29 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 30 09 4763.
30 09 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 01 10 5026.
05 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 07 10 5198.
08 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 09 10 5266.
09 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 10 5302.
09 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 10 10 5306.
13 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 14 10 5346.
15 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 16 10 5482.
19 10 PLEN SF PRONUNCIAMENTO.	DCN2 20 10 5603.

***** P R O P O S I Ç Õ E S *****

01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1975 XXXXXXXXXXXX	
03 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0004/75.	DCN2 04 03 0065.
03 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0001/75.	DCN2 04 03 0065.
02 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0030/75.	DCN2 03 04 0645.
14 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0012/75.	DCN2 15 04 1057.
16 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO INS/0001/75.	DCN2 17 04 1171.
25 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO DIV/0006/75.	DCN2 26 04 1380.
27 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0275/75.	DCN2 28 06 3115.
08 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO INS/0002/75.	DCN2 09 09 4390.
13 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0180/75.	DCN2 14 10 5583.
16 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0466/75.	DCN2 17 10 5705.
16 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO INS/0004/75.	DCN2 17 10 5699.
20 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0504/75.	DCN2 21 10 5845.
02 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0271/75.	DCN2 03 12 7696.
28 05 PLEN SF RQ. 217 SOBRE PLS/0016/74.	DCN2 29 05 2215.
12 08 PLEN SF RQ. 333 SOBRE PLS/0014/72.	DCN2 13 08 3566.
03 09 PLEN SF RQ. 383 SOBRE PLS/0135/73.	
08 09 PLEN SF RQ. 394 SOBRE INS/0001/75.	DCN2 09 09 4390.

13 11 PLEN SF RQ. 522 SOBRE PLS/0170/75. DCN2 14 11 6895.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1976 XXXXXXXXXXXX
10 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0007/76. DCN2 11 03 0182.
07 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0102/76. DCN2 08 05 2275.
12 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0051/76. DCN2 13 05 2403.
14 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0053/76. DCN2 15 05 2493.
24 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0054/76. DCN2 25 05 2850.
25 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0209/76. DCN2 26 05 2887.
27 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 223. DCN2 28 05 3006.
08 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0145/76. DCN2 09 06 3448.
06 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 340. DCN2 07 08 4524.
09 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 250. DCN2 11 08 4641.
10 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 350. DCN2 11 08 4625.
11 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0180/76. DCN2 12 08 4654.
03 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0219/76. DCN2 04 09 5494.
06 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 411. DCN2 07 09 5539.
17 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 459. DCN2 18 09 5908.
21 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0237/76. DCN2 22 09 6146.
24 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0502/76. DCN2 25 09 6301.
13 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0538/76. DCN2 14 10 6857.
15 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0266/76. DCN2 16 10 6947.
19 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0267/76. DCN2 20 10 7014.
27 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 569. DCN2 28 10 7232.
29 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0285/76. DCN2 30 10 7300.
01 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO INS/0001/76. DCN2 02 12 7968.
02 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 628. DCN2 03 12 8087.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1977 XXXXXXXXXXXX
18 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0029/77. DCN2 19 03 0441.
21 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 31. DCN2 22 03 0483.
22 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0029/77. DCN2 23 03 0506.
25 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 142. DCN2 26 05 2120.
20 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 172. DCN2 21 06 2903.
28 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 205. DCN2 29 06 3196.
06 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 298 E 299. DCN2 07 09 4481 E 4482.
13 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 306 E 307. DCN2 14 09 4585.
14 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 311. DCN2 15 09 4618.
27 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0351/77. DCN2 28 09 5072.
28 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 358. DCN2 29 09 5112.
29 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 372. DCN2 30 09 5185.
04 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 378. DCN2 05 10 5349.
19 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0093/77. DCN2 20 10 5876.
20 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 411. DCN2 21 10 5925.
07 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0457/77. DCN2 08 11 6381.
08 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0247/77. DCN2 09 11 6444.
02 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0574/77. DCN2 03 12 7570.
02 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0305/77. DCN2 03 12 7510.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1978 XXXXXXXXXXXX
21 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0031/78. DCN2 22 03 0494.
30 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0034/78. DCN2 31 03 0699.
18 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0055/78. DCN2 19 04 1444.
25 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0089/78. DCN2 26 04 1622.
04 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 099. DCN2 05 05 1906.
11 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 109. DCN2 12 05 2092.

16 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0107/78. DCN2 17 05 2212.
17 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 118. DCN2 18 05 2267.
22 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 131. DCN2 23 05 2397.
06 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 150. DCN2 07 06 2721.
08 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0035/78. DCN2 09 06 2767.
27 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 179. DCN2 28 06 3231.
16 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 218. DCN2 17 08 3828.
22 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 230. DCN2 23 08 4003.
29 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0245/78. DCN2 30 08 4172.
20 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0329/78. DCN2 21 11 5779.
24 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 352. DCN2 25 11 5971.
28 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 358. DCN2 29 11 6024.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1979 XXXXXXXXXXXX
05 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0001/79. DCN2 06 03 0091.
08 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 014 A 024. DCN2 09 03 0154.
09 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 025. DCN2 10 03 0164.
13 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 030 A 034. DCN2 14 03 0215.
28 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 064. DCN2 29 03 0487.
30 03 PLEN CN APRESENTAÇÃO PEC/0002/79. DCN 31 03 0355.
19 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0017/79. DCN2 20 04 0996.
14 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 142. DCN2 15 05 1729.
16 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0145/79. DCN2 17 05 1811.
16 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 147. DCN2 17 05 1844.
22 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0138/79. DCN2 23 05 1979.
23 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0145/79. DCN2 24 05 2041.
30 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 178. DCN2 31 05 2202.
07 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 255. DCN2 08 08 3454.
24 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0248/79. DCN2 25 08 3869.
13 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0057/79. DCN2 14 09 4444.
17 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0058/79. DCN2 18 09 4544.
28 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0288/79. DCN2 29 09 4848.
17 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO DIV/0027/79. DCN2 18 10 5262.
22 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO DIV/0028/79. DCN2 23 10 5322.
06 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 462. DCN2 07 11 5711.
07 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0464/79. DCN2 08 11 5729.
13 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 499. DCN2 13 11 5875.
14 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO DIV/0032/79. DCN2 15 11 5958.
04 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0369/79. DCN2 05 12 6757.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1980 XXXXXXXXXXXX
10 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0013/80. DCN2 11 03 0203.
13 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 019. DCN2 14 03 0298.
13 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0013/80. DCN2 14 03 0303.
19 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0018/80. DCN2 20 03 0434.
26 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 037. DCN2 27 03 0573.
26 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 040. DCN2 27 03 0575.
09 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 051. DCN2 10 04 0783.
10 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 061 A 063. DCN2 11 04 0828.
16 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0054/80. DCN2 17 04 0913.
30 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 117. DCN2 01 05 1289.
08 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 140. DCN2. 09 05 1472.
22 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0110/80. DCN2 23 05 1910.
26 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 174 E 175. DCN2 27 05 2032.
10 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 206. DCN2 11 06 2520.
11 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0133/80. DCN2 12 06 2542.

12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0215/80. DCN2 13 06 2579.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0213/80. DCN2 13 06 2578.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0214/80. DCN2 13 06 2579.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0216/80. DCN2 13 06 2580.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0217/80. DCN2 13 06 2581.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0218/80. DCN2 13 06 2582.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0219/80. DCN2 13 06 2582.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0220/80. DCN2 13 06 2583.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0221/80. DCN2 13 06 2584.
12 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0222/80. DCN2 13 06 2584.
17 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0228/80. DCN2 18 06 2726.
17 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 231. DCN2 18 06 2744.
19 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 241. DCN2 20 06 2843.
25 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0264/80. DCN2 26 06 3091.
13 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 318. DCN2 14 08 3644.
27 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 353. DCN2 28 08 4014.
25 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 406. DCN2 26 09 5045.
29 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0266/80. DCN2 30 09 5114.
07 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0280/80. DCN2 08 10 5399.
07 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0109/80. DCN2 08 10 5400.
24 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0303/80. DCN2 25 10 6064.
20 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 538. DCN2 21 10 6964.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1981 XXXXXXXXXXXX
09 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0001/81. DCN2 10 03 0120.
12 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 009. DCN2 13 03 0260.
17 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 013. DCN2 18 03 0368.
18 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 015. DCN2 19 03 0395.
19 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 017. DCN2 20 03 0428.
30 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 042. DCN2 31 03 0708.
30 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 041. DCN2 31 03 0707.
01 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0044/81. DCN2 02 04 0789.
01 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0045/81. DCN2 02 04 0789.
07 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0019/81. DCN2 08 04 0885.
08 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0055/81. DCN2 09 04 0917.
09 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0060/81. DCN2 10 04 0974.
09 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0060/81. DCN2 10 04 0999.
22 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0066/81. DCN2 23 04 1242.
27 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0073/81. DCN2 28 04 1326.
27 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0074/81. DCN2 28 04 1326.
29 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0078/81. DCN2 30 04 1413.
29 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0022/81. DCN2 30 04 1414.
05 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0080/81. DCN2 06 05 1514.
06 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0023/81. DCN2 07 05 1527.
07 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0083/81. DCN2 08 05 1561.
13 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0098/81. DCN2 14 05 1716.
15 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0104/81. DCN2 16 05 1810.
15 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0106/81. DCN2 16 05 1811.
04 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 125. DCN2 05 06 2349.
10 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0129/81. DCN2 11 06 2541.
11 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 131. DCN2 12 06 2593.
15 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0134/81. DCN2 16 06 2701.
22 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 140. DCN2 23 06 2818.
23 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 141. DCN2 24 06 2846.

23 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 143. DCN2 24 06 2853.
30 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0194/81. DCN2 01 07 3184.
30 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0189/81. DCN2 01 07 3159.
14 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0214/81. DCN2 15 08 3610.
18 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0216/81. DCN2 19 08 3683.
18 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 277. DCN2 19 08 3685.
25 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0226/81. DCN2 26 08 3877.
08 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0246/81. DCN2 09 09 4218.
08 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0247/81. DCN2 09 09 4219.
08 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0248/81. DCN2 09 09 4221.
09 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0252/81. DCN2 10 09 4245.
09 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0312/81. DCN2 10 09 4246.
28 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0280/81. DCN2 29 09 4719.
28 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 328. DCN2 29 09 4720.
30 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0285/81. DCN2 01 10 5033.
07 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0292/81. DCN2 08 10 5219.
26 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PRS/0172/81. DCN2 27 10 5805.
29 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0320/81. DCN2 30 10 5838.
05 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0331/81. DCN2 06 11 6034.
06 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0377/81. DCN2 07 11 6074.

24 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0350/81. DCN2 25 11 6609.
25 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0352/81. DCN2 26 11 6657.
27 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0413/81. DCN2 28 11 6729.
02 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0365/81. DCN2 03 12 6868.
02 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0368/81. DCN2 03 12 6869.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1982 XXXXXXXXXXXX
13 01 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 017. DCN2 14 01 0192.
08 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0012/82. DCN2 09 03 0406.
25 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0031/82. DCN2 26 03 0719.
29 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0032/82. DCN2 30 03 0760.
31 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0035/82. DCN2 01 04 0824.
31 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0036/82. DCN2 01 04 0824.
26 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0057/82. DCN2 27 04 1185.
29 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0065/82. DCN2 30 04 1263.
17 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0083/82. DCN2 18 05 1586.
18 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0084/82. DCN2 19 05 1616.
20 05 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0090/82. DCN2 21 05 1709.
03 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0106/82. DCN2 04 06 1983.
03 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0107/82. DCN2 04 06 1984.
04 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0109/82. DCN2 05 06 2003.
04 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0110/82. DCN2 05 06 2005.
04 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0111/82. DCN2 05 06 2005.
07 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0115/82. DCN2 08 06 2039.
07 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 114. DCN2 08 06 2042.
08 06 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0116/82. DCN2 09 06 2063.
11 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0147/82. DCN2 12 08 2741.
30 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0158/82. DCN2 31 08 3146.
30 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0159/82. DCN2 31 08 3148.
31 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0161/82. DCN2 01 09 3192.
31 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0162/82. DCN2 01 09 3193.
31 08 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0164/82. DCN2 01 09 3194.
21 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0184/82. DCN2 22 09 3564.
22 09 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0185/82. DCN2 23 09 3578.

20 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0191/82. DCN2 21 10 4002.
21 10 PLEN SF APRESENTAÇÃO PLS/0192/82. DCN2 22 10 4015.
29 11 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQS/0242/82. DCN2 30 11 4336.
04 12 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 273. DCN2 05 12 4650.
09 03 PLEN SF APRESENTAÇÃO RQ. 209. DCN2 10 03 0256.
11 04 PLEN SF APRESENTAÇÃO PDS/0003/83. DCN2 12 04 0875.
***** O U T R A S *****
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1975 XXXXXXXXXXXX
05 03 PLEN SF INDICAÇÃO VICE-LIDER MDB.
06 03 PLEN SF MEMBRO TITULAR CME, CRE, CSPC E SUPLENTE CEC.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1976 XXXXXXXXXXXX
12 03 PLEN SF INDICADO VICE-LIDER MDB.
26 04 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM SOBRE INS/0002/75. DCN2 27 04 1705.
27 04 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0180/75. DCN2 28 04 1767.
27 04 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM SOBRE APARTE. DCN2 28 04 1776.
27 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 223. DCN2 28 05 3007.
27 05 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0028/76. DCN2 28 05 3008.
18 06 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0137/76. DCN2 19 06 3882.
23 06 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0037/76. DCN2 24 06 4054.
24 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 308. DCN2 25 06 4107.
10 08 CMIS CN DECLARAÇÃO VOTO PARECER 069. DCN 11 08 2350.
10 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 340. DCN2 11 08 4625.
31 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0054/76. DCN2 01 09 5306.
02 09 PLEN SF DECLARAÇÃO VOTO PRS/0049/76. DCN2 03 09 5405.
02 09 PLEN SF DECLARAÇÃO VOTO PLC/0064/76. DCN2 03 09 5408.
06 10 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0063/76. DCN2 07 10 6619.
08 10 PLEN SF DESIGNADO SUBSTITUTO EVENTUAL DA CR.
26 10 PLEN SF DESIGNAÇÃO MEMBRO TITULAR CF.
24 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 593. DCN2 25 11 7661.
30 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0564/76. DCN2 01 12 7940.
03 12 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0119/76. DCN2 04 12 8151.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1977 XXXXXXXXXXXX
09 03 PLEN SF MEMBRO TITULAR CME, CRE, CSPC E SUPLENTE CEC.
11 03 PLEN SF INDICAÇÃO VICE-LIDER MINORIA.
25 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 044. DCN2 26 03 0644.
28 03 PLEN SF SUBSTITUI SEN ADALBERTO SENA MEMBRO TITULAR DF.
27 04 PLEN CN ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0235/76. DCN 28 04 0716.
29 04 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 30 04 1234.
29 04 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0017/77. DCN2 30 04 1228.
02 05 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0180/76. DCN2 03 05 1276.
02 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0180/76. DCN2 03 05 1279.
06 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 0110. DCN2 07 05 1453.
11 05 PLEN CN DISCUSSÃO PDN/0044/77. DCN 12 05 0909.
18 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 19 05 1861.
18 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 132. DCN2 19 05 1860.
18 05 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PLC/0035/77. DCN2 19 05 1862.
20 05 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0035/76. DCN2 21 05 1986.
02 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 03 06 2430.
15 06 PLEN CN DECLARAÇÃO DE VOTO PEC/0009/77. DCN 16 06 1492.
21 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 06 2960.
23 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 183. DCN2 24 06 3043.
23 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0132/77. DCN2 24 06 3049
23 06 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0132/77. DCN2 24 06 3046.

29 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 30 06 3256.
09 08 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0055/77. DCN2 10 08 3674.
11 08 DF SF ELEIÇÃO VICE-PRES DF. DCN2 12 08 3918.
26 08 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0059/77. DCN2 27 08 4109.
26 08 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0237/76. DCN2 27 08 4112.
31 08 PLEN CN DISCUSSÃO PLN/0012/77. DCN 01 09 2200.
15 09 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0033/76. DCN2 16 09 4659.
20 09 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0085/77. DCN2 21 09 4807.
19 10 PLEN SF JUSTIFICAÇÃO PRS/0093/77. DCN2 20 10 5876.
20 10 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 415. DCN2 21 10 5928.
21 10 DF SF VOTO EM SEPARADO PARECER 835. DCN2 22 10 5981.
21 10 DF SF VOTO EM SEPARADO PARECER 825. DCN2 22 10 5975.
03 11 PLEN SF JUSTIFICAÇÃO EMENDA PLS/0135/77. DCN2 04 11 6348.
08 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0168/77. DCN2 09 11 6474.
10 11 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 11 11 6570.
14 11 CSPC SF VOTO EM SEPARADO PARECER 926. DCN2 15 11 6659.
17 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 476. DCN2 18 11 6718.
17 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0215/77. DCN2 18 11 6719.
18 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0001/77. DCN2 19 11 6798.
23 11 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0013/77. DCN2 24 11 6967.
23 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PRS/0112/77. DCN2 24 11 6983.
28 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0112/77. DCN2 29 11 7202.
28 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0107/77. DCN2 29 11 7187.
29 11 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 30 11 7244.
29 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0168/77. DCN2 02 12 7453.
30 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0112/77. DCN2 01 12 7364.
03 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 04 12 7621.
01 01 XXXX XX XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1978 XXXXXXXXXXXX
09 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 016. DCN2 10 03 0204.
14 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 023. DCN2 15 03 0343.
15 03 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0065/77. DCN2 16 03 0378.
04 04 PLEN SF INDICAÇÃO VICE-LIDER MDB E MINORIA.
05 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 056. DCN2 06 04 0903.
06 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0001/77. DCN2 07 04 0941.
07 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 056. DCN2 08 04 1039.
07 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 061. DCN2 08 04 1040.
10 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 061. DCN2 11 04 1154.
11 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0237/76. DCN2 12 04 1214.
12 04 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PLS/0237/76. DCN2 13 04 1264.
12 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0009/78. DCN2 13 04 1255.
12 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0237/76. DCN2 13 04 1258.
13 04 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0111/76. DCN2 14 04 1318.
14 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0111/76. DCN2 15 10 1358.
25 04 CMIS CN VOTO EM SEPARADO PARECER 048. DCN 26 04 0689.
28 04 PLEN SF SUBSTITUIDO SUPLENTE CEC PELO SEN CUNHA LIMA.
28 04 PLEN SF MEMBRO TITULAR CEC.
04 05 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PLC/0001/77. DCN2 05 05 1907.
10 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0237/76. DCN2 11 05 2053.
10 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0001/77. DCN2 11 05 2066.
29 05 PLEN SF CONTRADITA QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 30 05 2534.
20 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0240/77. DCN2 21 06 2993.
09 08 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO RQS/0113/78. DCN2 10 08 3646.
23 11 PLEN CN DISCUSSÃO PEC/0014/78. DCN 24 11 2224.
23 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0001/77. DCN2 25 11 5975.

27 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0001/77. DCN2 28 11 5997.
27 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 353. DCN2 28 11 5999.
28 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0001/77. DCN2 29 11 6024.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1979 XXXXXXXXXXXX
01 02 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 02 02 0021.
01 02 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 02 02 0023.
13 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0007/76. DCN2 15 03 0277.
13 03 PLEN SF MEMBRO TITULAR DF, CE, CME, CRE.
16 03 CE SF ELEIÇÃO PRES CE. DCN2 17 03 0293.
27 03 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0029/77. DCN2 28 03 0461.
30 03 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 31 03 0357.
17 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0073/77. DCN2 18 04 0899.
18 04 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0007/76. DCN2 19 04 0946.
19 04 PLEN SF DISCUSSÃO P.S/0057/79. DCN2 20 04 1011.
11 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0139/79. DCN2 12 05 1639.
15 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 17 05 1866.
17 05 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0046/78. DCN2 18 05 1891.
18 05 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 19 05 0868.
18 05 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 19 05 0870.
21 05 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0001/75. DCN2 22 05 1950.
22 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0092/79. DCN2 23 05 1980.
23 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0143/78. DCN2 24 05 2027.
24 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 150. DCN2 25 05 2069.
29 05 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0034/78. DCN2 30 05 2164.
30 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 178. DCN2 31 05 2202.
01 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 02 06 2283.
01 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 171. DCN2 02 06 2283.
04 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0145/79. DCN2 05 06 2357.
04 06 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO RQS/0145/79. DCN2 05 06 2359.
05 06 PLEN SF INTERPELA MIN PLANEJAMENTO. DCN2 06 06 2393.
07 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 08 06 2534.
08 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 09 06 2564.
08 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 185. DCN2 09 06 2568.
11 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 12 06 2593.
20 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 186. DCN2 21 06 2842.
20 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 207. DCN2 21 06 2844.
21 06 PLEN CN DISCUSSÃO PEC/0002/79. DCN 22 06 1246.
21 06 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0093/77. DCN2 22 06 2883.
22 06 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0028/79. DCN2 23 06 2934.
27 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 28 06 3115.
07 08 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0218/76. DCN2 08 08 3452.
23 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 282. DCN2 24 08 3832.
23 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 283. DCN2 24 08 3832.
30 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 318. DCN2 31 08 4032.
17 09 PLEN SF RENUNCIA MEMBRO TITULAR E PRES CE. DCN2 18 09 4547.
23 11 PLEN SF SUPLENTE CR. DCN2 24 11 6318.
04 12 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0199/79. DCN2 05 12 6794.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1980 XXXXXXXXXXXX
04 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0004/80. DCN2 05 03 0080.
19 03 PLEN SF INTEGRA BLOCO PARLAMENTAR PMDB. DCN2 20 03 0437.
25 03 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 26 03 0536.
25 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0013/80. DCN2 26 03 0535.
26 03 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0003/80. DCN2 27 03 0572.
26 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0013/80. DCN2 27 03 0573.

10 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0305/77. DCN2 11 04 0824.
14 04 PLEN SF DISCUSSÃO P.S/1165/79. DCN2 15 04 0884.
16 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PRS/1165/79. DCN2 17 04 0925.
16 04 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0006/80. DCN2 17 04 0932.
08 05 PLEN SF DISCUSSÃO P.S/1238/79. DCN2 09 05 1468.
19 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 20 05 1762.
22 05 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PRS/0057/79. DCN2 23 05 1930.
23 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 24 05 1975.
26 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 175. DCN2 27 05 2032.
12 06 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0033/80. DCN2 13 06 2596.
20 06 PLEN SF CONTRADITA QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 21 06 2943.
20 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 21 06 2942.
20 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 21 06 2934.
24 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 25 06 3034.
26 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 27 06 3140.
26 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0271/75. DCN2 27 06 3142.
27 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0140/80. DCN2 28 06 3287.
12 08 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 13 08 3606.
13 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 318. DCN2 14 08 3644.
14 08 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 15 08 3681.
14 08 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0138/79. DCN2 15 08 3678.
18 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0138/79. DCN2 19 08 3766.
21 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0138/79. DCN2 22 08 3841.
27 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 353. DCN2 28 08 4014.
28 08 PLEN SF DISCUSSÃO RQS/0228/80. DCN2 29 08 4040.
02 09 PLEN SF INDICAÇÃO MEMBRO TITULAR CM. DCN2 03 09 4172.
03 09 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 04 09 2284.
03 09 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 04 09 2255.
03 09 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 04 09 2268.
03 09 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 04 09 2288.
03 09 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 04 09 2295.
03 09 PLEN CN ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PEC/0051/80. DCN 04 09 2276.
04 09 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0154/80. DCN2 05 09 4219.
11 09 PLEN SF INDICAÇÃO, EM 11 09 80, PARA INTEGRAR COMISSÃO
ESPECIAL SF CRIADA PELO RQS/0273/80. DCN2 12 09 4536
23 09 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 24 09 4844.
25 09 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 399. DCN2 26 09 5042.
25 09 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 26 09 5046.
08 10 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 422. DCN2 09 10 5440.
22 10 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 435. DCN2 23 10 5971.
23 10 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 435. DCN2 24 10 6028.
05 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 500 DCN2 06 11 6404.
19 11 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0211/80. DCN2 20 11 6912.
21 11 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 11 7044.
21 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0266/80. DCN2 22 11 7040.
01 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 577. DCN2 02 12 7392.
01 12 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0086/80. DCN2 02 12 7398.
01 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 02 12 7396.
03 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 04 12 7518.
04 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PRS/0175/80. DCN2 05 12 7721.
04 12 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0092/80. DCN2 05 12 7679.
04 12 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0267/80. DCN2 05 12 7700.
04 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 05 12 7726.

04 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 05 12 7666.
04 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 05 12 7701.
01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1981 XXXXXXXXXXXX
09 03 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0003/81. DCN2 10 03 0124.
11 03 PLEN CN DISCUSSÃO PEC/0087/80. DCN 12 03 0102.
12 03 PLEN CN ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PEC/0085/80. DCN 13 03 0118.
13 03 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0110/80. DCN2 14 03 0308.
17 03 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0018/80. DCN2 18 03 0366.
24 02 PLEN SF ELEIÇÃO 3SEC MESA DIRETORA. DCN2 25 02 0007.
01 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 041. DCN2 02 04 0773.
01 04 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 02 04 0770.
07 04 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 08 04 0895.
08 04 PLEN SF DISCUSSÃO PLS/0303/79. DCN2 09 04 0928.
22 04 CMIS CN EMENDA PLN/0004/81. DCN 23 04 0575.
22 04 CMIS CN EMENDA PLN/0005/81. DCN 23 04 0576.
06 05 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0007/81. DCN2 07 05 1546.
30 04 CMIS CN EMENDA PLN/0007/81. DCN 01 05 0677.
14 05 PLEN SF DECIDE QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 15 05 1781.
15 05 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0025/80. DCN2 16 05 1840.
15 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQS/0098/81. DCN2 16 05 1838.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1954.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1952.
21 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 107. DCN2 22 05 1956.
21 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0070/80. DCN2 22 05 1971.
21 05 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0303/79. DCN2 22 05 1981.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1952.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1953.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1953.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1961.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1967.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1970.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1976.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1979.
21 05 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 22 05 1984.
05 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 06 06 2404.
08 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 09 06 2463.
09 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 10 06 2498.
09 06 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PLC/0083/80. DCN2 10 06 2510.
09 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0083/80. DCN2 10 06 2509.
11 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 131. DCN2 12 06 2593.
11 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 12 06 2622.
11 06 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0083/80. DCN2 12 06 2616.
11 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 132. DCN2 12 06 2615.
22 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 140. DCN2 23 06 2818.
25 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0083/80. DCN2 26 06 2957.
26 06 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0001/81. DCN2 27 06 3028.
10 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0303/79. DCN2 11 08 3450.
11 08 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0303/79. DCN2 12 08 3493.
19 08 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 20 08 3716.
09 10 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0030/81. DCN2 10 10 5317.
22 10 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 23 10 2434.
22 10 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 23 10 2436.
24 11 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0281/81. DCN2 25 11 6611.

02 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO RQ. 417. DCN2 03 12 6885.
02 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLS/0281/81. DCN2 03 12 6896.
03 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PRS/0090/81. DCN2 04 12 6952.
03 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 04 12 6947.
03 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 04 12 6955.
04 12 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 05 12 3083.
05 12 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0118/81. DCN2 06 12 7023.
15 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PRS/0088/81. DCN2 16 12 7225.
16 12 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PLC/0123/81. DCN2 17 12 7285.
17 12 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO PRS/0090/81. DCN2 18 12 7320.
17 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 18 12 7334.
17 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 18 12 7337.
18 12 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PRS/0190/81. DCN2 19 12 7371.

01 01 XXXXXXXXXXXX ATIVIDADES EM 1982 XXXXXXXXXXXX

13 01 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO RQ. 026. DCN2 14 01 0194.
13 01 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO RQ. 012. DCN2 14 01 0152.
13 01 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 14 01 0176.
13 01 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 14 01 0170.
13 01 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 14 01 0162.
13 01 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 14 01 0185.
13 01 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 14 01 0191.
13 01 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO RQ. 010. DCN2 14 01 0122.
13 01 PLEN SF DECLARAÇÃO DE VOTO RQ. 008. DCN2 14 01 0167.
28 04 PLEN SF ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO PLC/0114/81. DCN2 29 04 1238.
07 06 PLEN SF JUSTIFICAÇÃO RQ. 114. DCN2 08 06 2042.
16 06 PLEN SF DISCUSSÃO PDS/0003/82. DCN2 17 06 2209.
23 06 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN 24 06 1264.
22 09 PLEN CN DECIDE QUESTÃO DE ORDEM. DCN 23 09 1799.
03 12 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0143/82. DCN2 04 12 4575.
04 12 PLEN SF DISCUSSÃO PRS/0127/82. DCN2 05 12 4665.
04 12 PLEN SF DISCUSSÃO PLC/0063/82. DCN2 05 12 4664.
04 12 PLEN SF QUESTÃO DE ORDEM. DCN2 05 12 4665.
03 03 PLEN CN QUESTÃO DE ORDEM. DCN 04 03 0046.

(Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

OFÍCIO DO MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Nº 95/95, de 16 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 132, de 1995, de autoria do Senador João Rocha.

As informações foram encaminhadas, em cópias, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

OFÍCIO DO 1º SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 1995

(Nº 121/95, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre a distribuição de efetivo da Aeronáutica em tempo de paz.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Cabe ao Presidente da República distribuir, anualmente, o efetivo de oficiais, por postos, dos diferentes Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, de que trata o art. 1º da Lei nº 6.837, de 29 de outubro de 1980, e ao Ministro da Aeronáutica a distribuição dos efetivos do pessoal graduado, respeitados os limites estabelecidos na Lei de Fixação da Força.

§ 1º A distribuição dos efetivos de que trata este artigo será referência para os fins de promoção e aplicação da Quota Compulsória prevista no Estatuto dos Militares.

§ 2º Com exceção dos postos de Oficiais-Generais e quando necessário à manutenção do fluxo regular e equilíbrio da carreira, o Poder Executivo, ao distribuir os efetivos, poderá exceder os limites dos postos em até dez por cento, observando que não resulte em aumento nos efetivos globais de Oficiais previstos na Lei de Fixação da Força nem na despesa total a eles correspondente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.837, DE 29 DE OUTUBRO DE 1980

Fixa os efetivos da Força Aérea Brasileira em tempo de paz e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os efetivos de pessoal da Força Aérea Brasileira, em tempo de paz, terão os seguintes limites por postos e graduações:

I – Oficiais

– Tenentes-Brigadeiros	6
– Majores-Brigadeiros	21
– Brigadeiros	38
– Coronéis	239
– Tenentes-Coronéis	521
– Majores	895
– Capitães	1.491
– Primeiros e Segundos-Tenentes	2.768

II – Praças

– Suboficiais e Sargentos	17.000
– Cabos e Soldados	23.000
– Taisfeiros	3.700
– Voluntários das diferentes especialidades do Corpo do Pessoal Graduado	1.000

Parágrafo único. Aos postos de Oficial-General, referidos

no inciso I deste artigo, quando integrantes do Quadro de Oficiais Aviadores, será acrescida a expressão "do Ar".

MENSAGEM Nº 267, DE 1995

(Do Poder Executivo)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Aeronáutica, o texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a distribuição de efetivo da Aeronáutica em tempo de paz".

Brasília, 7 de março de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 11/GM1, DE 7 DE MARÇO DE 1995, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA AERONÁUTICA.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Lei nº 6.837, de 29 de outubro de 1980, alterada pelas Leis nºs 7.130, de 26 de outubro de 1983, e 7.200, de 19 de junho de 1984, estabelecia que os efetivos de Oficiais e Praças, a vigorarem em cada ano, seriam fixados, respectivamente, por ato do Presidente da República e do Ministro da Aeronáutica.

2. As referidas atribuições foram, entretanto, revogadas, por força do disposto no artigo 25 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, visto que, de acordo com o item III do artigo 48 da Constituição, cabe ao Congresso Nacional a fixação e a modificação do efetivo das Forças Armadas.

3. A Medida Provisória nº 43, de 28 de março de 1989, transformada na Lei nº 7.763, de 27 de abril de 1989, prorrogou, até 30 de abril de 1990, a vigência das disposições legais que autorizavam o Poder Executivo a fixar os efetivos das Forças Armadas, a vigorar em cada ano, no limite das Leis de Fixação da Força.

4. Em face do entendimento das Administrações anteriores esses efetivos continuaram a ser distribuídos, neste Ministério, pelo Presidente da República, nos anos de 1991, 1992, 1993 e 1994.

5. É juízo deste Ministério a necessidade de ser criado um dispositivo legal que autorize o Presidente da República a discutir os efetivos de Oficiais da Aeronáutica, no limite da Lei de Fixação de Forças, a exemplo do que foi elaborado para os Ministérios da Marinha e do Exército, através das Leis nº 8.098, de 27 de novembro de 1990 e nº 8.071, de 17 de julho de 1990, respectivamente.

6. Em face da premência de tempo, visto que as promoções de Oficiais-Generais previstas para o dia 31 de março de 1995, visam o preenchimento das vagas abertas até o dia 21 de março de 1995, e que sem a fixação de efetivo para o corrente ano não poderão ocorrer tais promoções, proponho a Vossa Excelência a Expedição de um Projeto de Lei conforme anexo, estabelecendo competência ao Presidente da República para a distribuição do efetivo de Oficiais e ao Ministro da Aeronáutica para a distribuição do efetivo de Graduados, no limite da lei de Fixação de Força.

Respeitosamente, **Mauro José Miranda Gandra**, Ministro da Aeronáutica.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Antônio Carlos Valladares.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 1995

Altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I, do art. 21 da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

Art. 21.

I - 10% (dez por cento) de seu valor para o cônjuge, companheiro ou companheira com quem viva há mais de cinco anos, sob sua dependência econômica.

II -

a)

b)

c)

d)

e) (suprimido)

Art. 2º Dê-se ao art. 29 da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, a seguinte redação:

Art. 29.

I -

II - Passagem via aérea para o servidor ou servidora, seu cônjuge ou companheiro ou companheira com quem mantém união estável há mais de cinco anos e dependentes menores quando for designado para o exercício, em caráter provisório, de missão considerada permanente e cuja duração seja superior a 30 (trinta) dias; e

III -

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto foi apresentado em 1991, pelo então Senador Marco Maciel, hoje Vice-Presidente da República, tendo sido arquivado, sem apreciação por força do Regimento Interno do Senado Federal.

Estou agora reapresentando-o na certeza de que os meus nobres Pares, após detido exame, irão verificar que o mesmo, pela sua justeza, merece a aprovação da Casa.

Visa a proposição a adequar a norma em tela ao novo tratamento constitucional dado à família de fato, haja vista o art. 226, § 3º da Lei Maior que estipula que para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Resta destacar que a equalização dos companheiros e companheiras de fato aos cônjuges, na percepção dos 10% (dez por cento) da representação, também atende a mesma mens legis constitucional que buscou à legitimação da família de fato, efetivamente constituída na forma de união estável.

Afastando esse descompasso entre norma em vigor e as novas posturas constitucionais previstas para a matéria, acreditamos estar-se aperfeiçoando o ordenamento jurídico brasileiro.

Sala das Sessões, 21 de março de 1995. - Senador Romero Jucá.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.809, DE 10 DE OUTUBRO DE 1972

Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior, e dá outras providências.

Art. 21. O auxílio-familiar é calculado em função da indenização de representação no exterior recebida pelo servidor à razão de:

I - 10% (dez por cento) de seu valor, para a esposa; e

II - 5% (cinco por cento) de seu valor, para cada um dos seguintes dependentes:

a) filho, menor de 21 (vinte e um) anos ou estudante menor de 24 (vinte e quatro) anos que não receba remuneração ou inválido ou interdito;

b) filha solteira, que não receba remuneração;

c) mãe viúva, que não receba remuneração;

d) enteados, adotivos, tutelados e curatelados, nas mesmas condições das letras anteriores; e

e) a mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva, no mínimo há cinco anos, sob a dependência econômica do servidor solteiro, desquitado ou viúvo, e enquanto persistir o impedimento legal de qualquer das partes para se casar.

Art. 29. O transporte é assegurado na forma e condições que se seguem:

I - passagem via aérea, para o servidor e seus dependentes, e translação da bagagem, quando designado para:

a) missão permanente ou missão transitória de duração superior a 6 (seis) meses, com mudança de sede; e

b) missão transitória, com mudança de sede, de duração inferior a 6 (seis) meses e igual ou superior a 3 (três) meses, com dependentes;

II - passagem via aérea para o servidor, sua esposa e dependentes menores, quando for designado para o exercício, em caráter provisório, de missão considerada permanente e cuja duração seja superior a 30 (trinta) dias; e

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Decisão Terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) - O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antônio Carlos Valladares.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33, DE 1995

Extingue a Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Ficam revogados o inciso IV do art. 6º, os artigos de 64 a 74 inclusive, os artigos 282 e 307 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Art. 2º A extinção de que trata o artigo anterior será feita de forma gradativa até 31 de março de 1997.

§ 1º A partir da publicação desta Resolução estão proibidas contratações, transferências e nomeações a qualquer título para o referido Órgão Especial.

§ 2º As vagas decorrentes de aposentadoria, transferência, licença ou morte não poderão ser preenchidas, considerando-se automaticamente extintas.

§ 3º Os servidores em atividade na Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, à época da extinção, terão seus direitos garantidos na sede do Senado Federal na Capital da República.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A permanência de uma representação do Senado Federal na cidade do Rio de Janeiro, se, nos primeiros tempos da mudança da capital, apoiava-se numa razoavelmente justificada razão de ser, nos dias atuais, não encontra nenhuma justificativa plausível, nem respaldo em modelos consistentes de aplicação de recursos públicos.

Desativá-la, além dos benefícios óbvios, poderá se tornar um fato emblemático, uma garantia concreta da vontade política de romper com formas ultrapassadas de gestão da coisa pública.

A extinção gradativa, ao longo de dois anos, garantirá aos servidores lotados naquele Órgão o lapso temporal necessário à mudança domiciliar, respeitado um prazo de adaptação à idéia e imprescindível às medidas práticas que terão de ser tomadas em função da transferência.

Sala das Sessões, 21 de março de 1995. – Senador Ney Suassuna.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO FEDERAL

Art. 6º O Senado Federal tem a seguinte estrutura básica:

Art. 64. É órgão Especial a Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro

Art. 65. À Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro compete coordenar, dirigir e executar as tarefas referentes ao controle financeiro, patrimonial, de pessoal, de transporte, de segurança, de informação, de divulgação e de outras atividades de interesse do Senado Federal no Estado do Rio de Janeiro, segundo instruções da Comissão Diretora.

Parágrafo único. São órgãos da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro:

I – Serviços Internos;

II – Serviços Auxiliares;

III – Serviço de Divulgação.

Art. 66. Aos Serviços Internos compete orientar, coordenar, supervisionar e controlar a execução das atividades administrativas da Representação relativas a pessoal, finanças, patrimônio e secretariado.

Parágrafo único. São órgãos dos Serviços Internos:

I – Seção de Administração;

II – Seção de Secretariado.

Art. 67. À Seção de Administração compete receber, controlar e distribuir o material e o expediente da Representação; executar trabalhos datilográficos; organizar a consolidação dos dados estatísticos; proceder ao controle do pessoal lotado na Representação; expedir mensagens pelo Sistema Nacional de Telex, na forma estabelecida pela Comissão Diretora; controlar a emissão de cartões de estacionamento de veículos; enviar à administração central os documentos sobre o tombamento de bens da Representação; atender às solicitações de caráter administrativo dos órgãos do Senado Federal, e executar outras tarefas correlatas.

Art. 68. A Seção de Secretariado compete prestar serviços de gabinete aos Senadores na Representação, coordenar e controlar tarefas relacionadas a publicações de natureza legislativa, e executar outras tarefas correlatas.

Art. 69. Aos Serviços Auxiliares compete a execução, o controle e a coordenação das atividades vinculadas a portaria, transportes, segurança e atendimento externo.

Parágrafo único. São órgãos dos Serviços Auxiliares:

I – Seção de Portaria e Segurança;

II – Seção de Atendimento Externo e Transporte.

Art. 70. À Seção de Portaria e Segurança compete executar serviços de portaria; receber e distribuir a correspondência e jornais; promover a conservação e limpeza das dependências, móveis e objetos; policiar, permanentemente, as áreas adjacentes ao prédio da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro e suas dependências internas, controlar e fiscalizar o ingresso de pessoas estranhas, a entrada e saída de objetos, o estacionamento de veículos, em locais previamente autorizados, e executar outras tarefas correlatas.

Art. 71. À Seção de Atendimento Externo e Transporte compete acompanhar processos, requisições e documentos de interesse dos Senadores e servidores do Senado Federal junto às repartições públicas e instituições privadas no Estado no Rio de Janeiro, a guarda, a manutenção e o controle dos veículos do Senado Federal existentes na Representação, registrando as ocorrências com os mesmos; fornecer transporte aos Senadores e servidores, indicados pela Comissão Diretora, em trânsito pelo Estado do Rio de Janeiro e executar outras tarefas correlatas.

Art. 72. Ao Serviço de Divulgação compete proceder à divulgação de pronunciamentos de Senadores e de matérias noticiosas de interesse do Senado; receber e transmitir para todo o país, quando for o caso, as matérias elaboradas pela Subsecretaria de Divulgação do Senado Federal, e executar outras tarefas correlatas.

Parágrafo único. São órgãos do Serviço de Divulgação:

I – Seção de Notícias e Informações;

II – Seção de Pesquisas.

Art. 73. À Seção de Notícias e Informações compete encaminhar aos órgãos da imprensa falada, escrita e televisionada as matérias noticiosas recebidas da Secretaria de Comunicação Social, bem como quaisquer outras informações de interesse do Senado Federal; prestar assistência jornalística aos Senadores na Representação acompanhar a receptividade do material jornalístico oferecido, através de recortes diários dos jornais, e executar outras tarefas correlatas.

Art. 74. À Seção de Pesquisas compete coligar material para publicação da Súmula Informativa e transmiti-lo pelos Sistema de Telex, para a Secretaria de Comunicação Social; organizar as escalas de seus servidores e executar outras tarefas correlatas.

SEÇÃO V

Do Diretor da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro

Art. 282. Ao Diretor da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro incumbe planejar, supervisionar, coordenar e controlar a execução das atividades compreendidas nas linhas de competência das unidades administrativas da representação, nos limites fixados pela Comissão Diretora; fiscalizar a execução de obras e reparos na sede da Representação, devidamente autorizados pela Comissão Diretora; encaminhar expedientes relativos a alienações que, na forma deste Regulamento, devem ser processadas pela Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio; solicitar ao Primeiro Secretário a designação ou dispensa de servidores do exercício de função gratificada; observar e fazer observar, no âmbito das unidades administrativas da Representação, as determinações da Comissão Diretora, do Presidente e do Primeiro Secretário; decidir sobre problemas administrativos dos servidores imediatamente subordinados; impor penalidades, nos limites estabelecidos neste Regulamento, e desempenhar outras atividades peculiares ao cargo, de iniciativa própria ou de ordem superior.

SEÇÃO XXX

Do Secretário da Representação

Art. 307. Ao Secretário da Representação incumbe auxiliar o Diretor da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro na execução das atividades relativas às incumbências; e desempenhar outras atividades peculiares à função.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O projeto será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante 5 sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º do Regimento Interno.

Findo este prazo, será despachado à Comissão Diretora.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lida a seguinte:

Brasília-DF, 20 de março de 1995

Senhor Presidente,

Apraz-me comunicar a V. Exª que, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, me ausentarei do País, no período de 23 a 28 de março de 1995, devidamente autorizado pelo Plenário, a fim de representar o Senado Federal na Terceira Reunião da Comissão Interparlamentar Latinoamericana de Direitos Humanos, a realizar-se na Cidade de São José, na Costa Rica.

Na oportunidade, apresento do ilustre Presidente as expressões do meu respeito e apreço. – **Iris Rezende**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A comunicação lida vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antônio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 387, DE 1995

Requeiro, nos termos do art. 13, § 1º do Regimento Interno, seja considerada como licença autorizada minha ausência à sessão do dia 20 do corrente mês, em virtude de compromissos político-partidários.

Sala das Sessões, 21 de março de 1995. – **Senador Geraldo Melo**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A votação do requerimento fica adiada por falta de quórum, em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado aprovou, em sua reunião do dia 16 do corrente, os Requerimentos nºs 966, de 1994 (em anexo o de nº 342, de 1995), 299, 304 a 327, 330, 331 e 334, de 1995, dos Senadores João Rocha, Gilberto Miranda, Osmar Dias, Casildo Maldaner e Humberto Lucena, de informações, aos Ministros mencionados.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado aprovou, em sua reunião do dia 16 do corrente, os Requerimentos nºs 236, 237, 251, 260, 261, 264, 265 e 286, de 1995, dos Senadores Romero Jucá, Pedro Simon, Jonas Pinheiro, Mauro Miranda, Geraldo Melo e Júnia Marise, de informações, aos Ministros mencionados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/10, de 1995 (nº 224/95 na origem), de 17 de março do corrente, solicitando, nos termos do art. 53, § 1º da Constituição Federal, o pedido de licença prévia para que possa apreciar a queixa-crime constante dos autos do processo nº 963-6/140, oferecida contra o Senador Ronaldo Cunha Lima.

A matéria será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O tempo destinado aos oradores do Expediente da presente sessão será dedicado a comemorar o "Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial", nos termos do Requerimento Nº 356, de 1995, de autoria da Senadora Benedita da Silva.

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, assumo o mandato no Senado Federal consciente da grande responsabilidade e também do privilégio que significa representar um Estado com a importância econômica, política e cultural do Rio de Janeiro. Cartão de visita do Brasil, o Rio ostenta, com muito orgulho, glorioso passado de lutas, com seu povo trabalhador, generoso e combativo.

Neste pronunciamento, quero deixar clara a minha visão dos problemas e prioridades nacionais, meus projetos para o Estado do Rio de Janeiro e as linhas gerais que nortearão a minha atuação como Senadora da República.

Acima de tudo, gostaria de dizer que compartilho da crença do povo brasileiro na democracia. Conheço bem o povo e sei das enormes dificuldades que enfrenta todos os dias para ganhar a vida. Mas este povo que sofre tanto continua disposto a ouvir, dialogar e participar.

Compartilho também da sua fé no trabalho, pois o povo sabe que esse é seu único bem, o meio que conta para viver e sustentar a sua família.

Compartilho da sua confiança na solidariedade humana, na capacidade que todos nós temos para nos indignarmos com a miséria, a violência e a injustiça.

Compartilho, finalmente, da esperança do povo na justiça social, cuja procura se move incansavelmente na sociedade, nas instituições e na consciência dos dirigentes da Nação.

Assumo uma cadeira no Senado na condição de representante do Estado do Rio de Janeiro. Mas aqui cheguei trazida pelos valores fundamentais cultuados pelo povo. Democracia, trabalho, solidariedade e justiça social são princípios que, se respeitados, fazem de qualquer país uma grande nação.

Entro nesta Casa não com o punho cerrado, mas com a mão estendida para realizar, com os demais Senadores, um trabalho pelo progresso do povo, do Brasil e de nossos respectivos Estados. O Senado Federal é uma instituição que, por sua grande representatividade nacional, pode dar maior contribuição para a construção de um País mais justo e democrático.

Entendo que os valores fundamentais do povo devem ser não apenas proclamados, mas principalmente praticados. A minha atuação parlamentar continuará coerente com esse princípio. Podem ter certeza de que dignificarei o mandato de Senadora da mesma forma com que dignifiquei todos os mandatos que me foram outorgados pelo povo.

Sei que nesta Casa existem divergências sobre as prioridades da Nação. Numa democracia, divergências e debates são coisas normais, fazem parte de sua natureza. No entanto, quanto à gravidade e emergência da situação social do Brasil, acredito que haja consenso. Estou convicta de que nenhuma política econômica pode dar certo se não solucionar os problemas sociais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, somos um País muito endividado, e não só de dívidas financeiras. O Brasil está em dívida com o seu próprio povo. Temos muitas contas a pagar na área social, no campo das relações raciais e na esfera cultural. São enormes as nossas dívidas com as crianças, com os adolescentes, com os idosos e com as mulheres.

Penso que o desafio principal posto a todos os brasileiros, principalmente daqueles que...

nos órgãos públicos e na iniciativa privada, é o de resolver a monumental dívida social historicamente acumulada. Somente enfrentando esse desafio podemos transformar o nosso País numa nação próspera, unida, pacífica e respeitada.

Em todas as fases de nossa história – colonial, monárquica e republicana –, o crescimento econômico do País nunca beneficiou a maioria da população, que se tornava cada vez mais pobre. Nas crises econômicas, socializavam-se os prejuízos; nos períodos de desenvolvimento, privatizavam-se os lucros.

Durante o recente regime autoritário, tentou-se justificar essa injustiça social com a famigerada pseudoteoria do ex-ministro Delfim Netto, segundo a qual, "primeiro o bolo precisa crescer para depois ser dividido". Pelo menos para o povo, o bolo nunca foi dividido. O resultado histórico de todos os modelos econômicos injustos adotados pelas elites brasileiras é a existência de uma Nação socialmente dividida, com a maioria da população vivendo numa situação de indigência ou pobreza extrema.

O Brasil tem uma das piores distribuições de renda do planeta. Os 10% mais ricos da população recebem 53% da renda nacional. Nos Estados Unidos, os 10% mais ricos ficam com 25% da renda. Aqui, paga-se um dos mais baixos salários mínimos do mundo. Pior ainda, paga-se um dos mais baixos da América Latina.

Mesmo assim, este salário perde continuamente seu valor de compra. Enquanto em 1964 o trabalhador precisava trabalhar 39,5 horas para comprar a cesta básica, em 1980 precisava trabalhar 157 horas e, em 1992, 188 horas. Além disso, o subemprego é uma prática generalizada. Em 1990, somente 58,8% da população economicamente ativa tinha carteira assinada. Desse total, 36,7% vivia no campo. Em suma, a grande maioria dos trabalhadores subempregados não consegue nem ganhar o salário mínimo integral.

A maioria da população brasileira sofre um perverso processo de exclusão social. Mais de 10 milhões de crianças estão fora da escola. Mesmo entre as que estudam, grande parte acaba por abandonar os bancos escolares, seja por necessidade de trabalho, seja por falta de estímulo. Não há estímulo que resista diante de um ensino público de baixa qualidade e de uma educação elitista e discriminadora.

Para agravar o quadro, a população pobre sofre com todo tipo de doenças como consequência da desnutrição, da falta de saneamento básico e da crise do serviço de saúde pública. Cerca de 100 milhões de brasileiros consomem abaixo das 2.240 calorias diárias, que representam o mínimo vital para o ser humano. Desse total, 32 milhões de pessoas passam fome.

Como é profundo o abismo existente entre o reconhecimento formal e constitucional dos direitos do cidadão para todos os brasileiros e as condições subumanas em que vivem parcelas majoritárias do povo! É uma situação de *apartheid* social que agride a consciência democrática da Nação.

Esta situação, Sr. Presidente, gera um contexto psicossocial tenso, explosivo, discriminador, violento e autoritário, no qual a vida perde gradualmente seu valor. Na realidade, a preocupação imediata de grande parte da população é defender o seu direito à vida.

Precisamos ter a coragem de dizer que os segmentos mais pobres do povo brasileiro são vítimas de um genocídio lento, silencioso e ininterrupto. A mortalidade infantil ceifa milhões de recém-nascidos. A subnutrição, a fome e as doenças matam outros milhões de crianças, adultos e idosos. Os grupos de extermínio completam o serviço ao eliminar crianças, jovens e adultos não apenas das favelas e periferia das cidades, bem como do campo e do interior.

Graças a Deus, contra esta barbárie, a sociedade se torna

menos omissa. A opinião está tomando consciência de que a população que sofre também faz parte do Brasil e que todos estão no mesmo barco.

Com a colaboração da sociedade civil, participei de várias CPIs na Câmara dos Deputados que revelaram, com dados concretos, os horrores do extermínio e do tráfico de crianças, da prostituição infanto-juvenil e da esterilização em massa de mulheres pobres. Mas, enquanto a sociedade civil começa a reagir, a maioria das autoridades continua omissa e indiferente à sorte do povo.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tento evitar as palavras radicais, mas é impossível não usá-las quando descrevemos a situação social do Brasil, porque radical é a condição de miséria em que o povo está submetido.

As classes dominantes sempre viram como uma ameaça ao seu status quo a ascensão social das camadas populares. Para elas, qualquer esboço de movimentação ascendente por parte dos trabalhadores tem que ser rapidamente bloqueado e reprimido. O egoísmo das elites brasileiras é tão grave que não as deixa ter uma visão mais ampla e estratégica.

Ora, sabe-se que os países com distribuição de renda mais igualitária têm padrões de produtividade mais elevados. Esse é o modelo de desenvolvimento que devemos seguir, segundo o qual a melhoria da qualidade de vida da população não é considerada incompatível com a estabilidade e o crescimento da economia.

Sr. Presidente, em meio a todo esse caos social, dois grandes mitos dominam a história oficial do Brasil: o mito da índole pacífica do brasileiro e o da "democracia racial". As reivindicações e manifestações do povo, contudo, sempre foram esmagadas com violência. Cunhada na República Velha, a máxima de triste memória enunciava que "a questão social é caso de polícia". Bem a propósito, isso serve para, lamentavelmente, caracterizar todas as fases da história do País.

Mas hoje, 21 de março, Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial, quero enfatizar a dívida histórica que o Brasil precisa resgatar.

O Brasil precisa saldar uma dívida histórica que tem causado muita dor a parte expressiva do povo. Estou falando da dívida racial que, ainda hoje, causa sofrimento e frustração a milhões de brasileiros.

Quanto à suposta democracia racial, esta só existe mesmo no discurso oficial e livros escolares. A democracia racial é uma ideologia criada para dissimular o racismo que existe na realidade, por meio da falsificação, omissão, folclorização e mitificação da história das populações afro-brasileiras e também da diminuição de seu peso específico na sociedade.

A discriminação racial está presente em todos os aspectos da vida social e é muito difícil ser regada. Segundo o Mapa do Mercado de Trabalho, do IBGE, relativo a 1990, enquanto o rendimento nominal médio das pessoas ocupadas era de 4,1 salário mínimos, as mulheres ficavam com 2,8 e os negros com 2,5.

No sistema educacional, os negros vão sumindo à medida que se sobe os graus de instrução. Na época do *apartheid*, havia mais negros nas universidades sul-africanas do que nas brasileiras. Temos que ainda considerar a ausência de referências às raízes históricas das populações afro-brasileiras nos currículos escolares.

Isso, naturalmente, deixa os negros em desvantagem, porque impede a construção da sua própria identidade coletiva, além de debilitar a sua auto-estima e dificultar o desenvolvimento de todo seu potencial cultural.

As crianças e os adolescentes vítimas dos grupos de extermínio são, em sua maioria, negros. Do mesmo modo, é negra a maioria das mulheres pobres que se submetem à esterilização em massa no País, conforme constatou a CPI da Esterilização criada

pela Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na Constituinte e nos meus dois mandatos como Deputada Federal, apresentei projetos não defesos não só dos direitos do negro, mas também em defesa do índio e do imigrante nordestino. Como se sabe, a discriminação racial atinge também a população indígena, cuja maioria esmagadora foi extinta no decorrer do processo de ocupação do território nacional. Mais sutil ainda é a existência de um novo tipo de discriminação que cresce no sudeste brasileiro. É o preconceito contra o nordestino pobre, que emigra para o sul em busca de oportunidade de trabalho.

Os teóricos do racismo brasileiro têm interpretado a miscigenação crescente, uma característica marcante de nossa sociedade, como um processo de branqueamento da população. Na realidade, somos hoje, depois da Nigéria, a segunda maior nação negra do mundo. Do ponto de vista democrático, o reconhecimento da miscigenação implica a aceitação da legitimidade da cultura do negro e de outras etnias, bem como da defesa da igualdade dos seus direitos na sociedade.

Existe uma relação de dependência entre a estratificação social e a discriminação racial. Quanto maior a discriminação racial maior a exclusão social. O resgate da dívida social não será feito sem o enfrentamento da questão social, já que seu êxito dependerá da participação dos próprios negros e demais etnias discriminadas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na formação da nacionalidade, a contribuição do negro foi marcante. Participamos ativamente de todos os momentos decisivos da história do País, tanto daqueles de consolidação nacional, quanto os de afirmação popular, democrática e racial. Estivemos com Henrique Dias na expulsão dos holandeses. Organizamos com Zumbi a República dos Palmares. Lutamos pela República, com Frei Caneca, na Confederação do Equador. Defendemos, na Bahia, com armas nas mãos, a recém-proclamada Independência do Brasil.

Estivemos, igualmente, nas revoltas populares da Cabanada, no Pará, da Balaiada, no Maranhão, da Sabinada, na Bahia, e da Praieira, em Pernambuco. Participamos da Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul e combatemos com heroísmo na Guerra do Paraguai. Cumprimos um papel decisivo na grande campanha popular do Abolicionismo, quando se destacaram os líderes negros Luís Gama, José do Patrocínio e André Rebouças. Estivemos com Antônio Conselheiro em Canudos. Participamos da consolidação da República e lutamos contra o elitismo da República Velha na Revolta do Forte de Copacabana e na Coluna Prestes.

Na sequência, estivemos na Guerra do Contestado e na Revolta da Chibata, com o marinheiro João Cândido, o "almirante negro". Participamos da Revolução de 30 com Getúlio Vargas e lutamos bravamente na Força Expedicionária Brasileira contra o nazi-fascismo; participamos da campanha "O petróleo é nosso" e ajudamos a construir Brasília.

Reorganizamos com Lula o movimento sindical independente e lutamos na linha de frente contra o autoritarismo militar, pela anistia e pelas Diretas-Já. Lideranças negras de diferentes segmentos estão sendo eleitas para cargos executivos e legislativos.

Destacamos a participação política do negro porque, mesmo quando é reconhecida, é subestimada. Na dança, na música, na literatura, nos esportes, nas artes plásticas e no folclore, nossa contribuição é mais reconhecida. Apesar do sistema educacional excludente, no campo das ciências e da filosofia, muitos negros também se destacaram como André Rebouças, na Engenharia; Julian Moreira, na Medicina; Manoel Querine e Edson Carneiro na Etnografia, e Tobias Barreto, na Filosofia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os negros, índios, mestiços

e pobres em geral que participam e continuam a participar da construção do País com o seu trabalho físico e intelectual sempre são deixados fora do edifício nacional; são vergonhosamente tratados como cidadãos de segunda categoria. Enquanto persistir tamanha injustiça social e continuar a absurda discriminação racial, nunca teremos uma democracia realmente ampla, sólida, enraizada.

Chego ao Senado com o voto de negros, mestiços, brancos e com o compromisso maior de lutar contra todo tipo de discriminação. Democracia significa, antes de tudo, o respeito às diferenças raciais, ideológicas, religiosas, culturais, regionais e de qualquer outra natureza. Assumo com muito orgulho minha negritude e minhas origens sociais. A trajetória que percorri, das bases sociais até minha atual condição, é uma referência da qual jamais me afastarei.

Vou trabalhar incansavelmente pelo fim das desigualdades sociais, para que todos os brasileiros tenham a mesma oportunidade de ascensão social. Enquanto não assumir o caráter multirracial de sua identidade nacional, o Brasil não encontrará seu verdadeiro destino de grande Nação.

No Dia da Consciência Negra, vinte de novembro, vamos comemorar os trezentos anos da morte de Zumbi, ou melhor, da imortalidade, pois seu espírito rebelde continua vivo em todos nós. Zumbi foi o maior líder do Quilombo dos Palmares, uma comunidade democrática criada no século XVII, na Serra da Barriga, Alagoas, por escravos negros fugitivos; e ao longo de quase cem anos Palmares foi uma comunidade multirracial da qual participaram também índios, brancos e mestiços. Portanto, Palmares é patrimônio histórico não apenas dos negros, mas também de todo o movimento democrático e popular do País.

A campanha pelos Trezentos Anos da Imortalidade de Zumbi é o momento ideal para se resgatar a identidade histórica do negro e para se discutir amplamente a discriminação racial no Brasil. É hora de realizar um grande diálogo multirracial para aprofundarmos a unidade nacional, com base no respeito às diferenças étnicas e raciais.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima – Permite-me V. Ex.^a um aparte, nobre Senadora Benedita da Silva?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Ex.^a

O Sr. Ronaldo Cunha Lima – V. Ex.^a profere seu primeiro discurso nesta Casa e procura, em sendo o primeiro, definir seu perfil e seus compromissos, embora seja até despidendo fazê-lo, porque o Brasil conhece seu perfil, conhece seus compromissos, porque conhece sua história. Mas, na oportunidade em que V. Ex.^a traz à evidência e com clareza ímpar essa posição renovada de compromissos, o faz com o testemunho de seu espírito público, como reafirmação das posições adotadas até hoje. Esteja certa V. Ex.^a de que todos nós sabemos de sua coerência, de sua vida e de sua história, história que nos orgulha, posição que nos enviaidece. Permito-me até lembrar que, ainda Prefeito de minha querida cidade de Campina Grande, eu convidava V. Ex.^a para participar dos eventos onde se discutiam temas como alguns dos que são abordados em seu pronunciamento; e o fazia não por uma decisão pessoal, mas por um imperativo da própria sociedade local que me cobrava, que me pedia o comparecimento de alguém que guardava fidelidade absoluta a princípios expostos com clareza, com brilhantismo e com patriotismo. Hoje, além desse perfil e da renovação desses compromissos, V. Ex.^a traz o registro histórico e oportuno de uma homenagem neste dia específico e aborda o que V. Ex.^a chama de democracia racial para significar toda a posição e toda a história da participação dos negros na construção deste País. Receba, portanto, não apenas o testemunho da minha admiração pes-

soal pelo seu perfil e pelos seus compromissos, mas, acima de tudo, pelas posições que adota e pela homenagem que presta e digo que todos nós democratas que somos estamos enfileirados, solidariamente enfileirados na posição que V. Ex.^a defende a arrolar fatos históricos que vão se somar a outras posições sociais das quais os negros deverão de participar. Meus cumprimentos e minha solidariedade.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Ex.^a Também conheço seu trabalho naquele Estado querido e na Prefeitura. V. Ex.^a sabe que não falo somente em discurso, mas na vivência do dia-a-dia contra a discriminação em nosso País não apenas relativamente aos negros, aos índios, mas também em relação a nosso querido povo nordestino, que reconhecemos ser uma potência cultural que precisa ocupar o seu lugar.

O Sr. Bernardo Cabral – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Ex.^a

O Sr. Bernardo Cabral – Senadora Benedita da Silva, quero dar um testemunho a respeito de sua atuação na Constituinte. Acho que fora dela seria desnecessário, uma vez que este País conhece a forma pela qual V. Ex.^a, ao longo de sua vida, vem sendo uma lutadora incansável, às vezes até com dificuldades. A epidemia neste País nunca constituiu discriminação racial na verdade, mas sempre uma discriminação social. E V. Ex.^a algumas vezes foi vítima disso. O depoimento que quero trazer a esta Casa é histórico. Deve-se à então Deputada Constituinte Benedita da Silva, com o acolhimento do Relator, menos pelo favor que o Relator fazia e mais pelos méritos da emenda da então Deputada, o inciso XLII, que existe hoje no texto constitucional, no art. 5º, que leio, para que fique registrado no aparte que faço a V. Ex.^a. Com muita oportunidade V. Ex.^a disse, naquela emenda, sem dúvida alguma, que: "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei." Se a Lei Afonso Arinos deixava uma lacuna, V. Ex.^a veio preenchê-la com seu talento, seu trabalho e sua luta. É hora de o Senado Federal dizer que se honra em ter em seus quadros uma Senadora da estirpe da Senadora Benedita da Silva. Muito obrigado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte. V. Ex.^a é conhecedor da matéria e pôde somar conosco, não apenas nesse artigo da Constituição, mas em tantos outros relativos a terras dos remanescentes dos quilombos, ao reconhecimento da história dos povos africanos, índios e suas diferentes contribuições a nosso País. V. Ex.^a sabe perfeitamente que ainda temos que regulamentar artigos em nossa Constituição e fazer valer os direitos que nela estão garantidos. E agora, com o novo Governo, renasce a esperança de fazer cumprir a Carta Magna plenamente em relação a esses direitos que V. Ex.^a tão bem conhece, por ter sido Relator da matéria e porta-voz desse anseio, dessa necessidade e desse desejo das diferentes etnias do povo brasileiro em poder contribuir com igualdade racial.

Prossigo o meu discurso.

Pouco antes de morrer, em 1974, o grande dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho definiu, com profundidade, a situação da cultura no Brasil. Disse ele:

"Reduzir uma sociedade de 100 milhões de pessoas a um mercado de 25 milhões exige um processo cultural muito intenso e sofisticado. É preciso embrutecer esta sociedade de uma forma que só se consegue com o refinamento dos meios de comunicação, da publicidade, com um certo paisagismo que disfarça a favela, que esconde as coisas."

Desde então, esse quadro sociocultural piorou cada vez

mais, o que confirma a aguda observação de Vianninha.

Em relação à cultura nacional, o Brasil tem uma grande dívida com o povo. Nossas raízes culturais são desprezadas, e o povo é envolvido pela superficialidade da cultura de massa, uma cultura esvaziada de qualidade criativa, de memória histórica e de identidade nacional.

Apesar do reconhecimento da Constituição, o caráter multirracial da cultura nacional não é respeitado na prática. Salvo algumas exceções, as culturas indígenas e afro-brasileiras, principalmente, não são protegidas nem estimuladas. A fixação de datas significativas para os diferentes componentes étnicos do País é desprezada. Nos principais meios de difusão cultural, o negro quase nunca aparece. E, quando aparece, é de forma subalterna ou distorcida.

Nosso patrimônio cultural é tratado cronicamente com des-caso e monotonia, sem a preocupação de atrair os interesses das novas gerações que precisam da informação histórica para manter viva a identidade nacional.

A Sr.^a Júnia Marise – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Com muito prazer, nobre Senadora Júnia Marise.

A Sr.^a Júnia Marise – Nobre Senadora Benedita da Silva, é muito importante este momento em que V. Ex.^a faz, da tribuna desta Câmara Alta do Congresso Nacional, uma grande convocação nacional para um debate, que toda a sociedade deseja e precisa fazer, a respeito dos chamados preconceitos e discriminações. Nesta sessão, estamos comemorando o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Esta talvez seja a primeira vez em que o Senado Federal destina parte de uma sessão para discutir essa questão. Ao longo dos anos, temos ouvido algumas vozes, principalmente conservadoras, que insistem em afirmar que, no Brasil, não há discriminação racial nem discriminação entre homens e mulheres. Frequentemente, a sociedade e os governantes têm colocado uma venda nos olhos diante de uma realidade dramática e transparente, que está a exigir que se estabeleça um debate no sentido de se fazer prevalecer o preceito da Constituição que diz que todos são iguais perante a lei. Na sessão da sexta-feira, quando V. Ex.^a ocupava a cadeira da Presidência dos trabalhos, lembrei aqui Martin Luther King, que convocava seus irmãos negros americanos para uma grande luta em defesa de uma sociedade democrática. Ele dizia que o seu grande sonho era que existisse uma nação em que não houvesse mais discriminação entre brancos e negros, ricos e pobres, homens e mulheres. Fazemos parte, Senadora Benedita da Silva – assim como a nossa Companheira Marina Silva e outras que compõem os Plenários do Senado e da Câmara – dessa minoria. Estamos discutindo essas questões há muitos anos, lutando contra preconceitos e discriminações, mas, certamente, estamos impondo respeito à sociedade e aos eleitores que trouxeram V. Ex.^a para esta Casa, como a todas nós que aqui estamos exatamente com a mesma responsabilidade. Além das questões nacionais, que dizem respeito à sociedade como um todo, estamos, principalmente, colocando o dedo na ferida da discriminação racial que temos no País. Temos, portanto, que aproveitar este momento em que Benedita aborda esta questão para fazer uma grande reflexão a respeito do assunto, estendendo a discussão a todos os setores da sociedade. V. Ex.^a lembrou muito bem: existe algum negro no Ministério de Fernando Henrique Cardoso? V. Ex.^a lembrou que, em 1983, quando candidatos democráticos e de Oposição assumiram governos estaduais – Tancredo Neves em Minas e Leonel Brizola no Rio de Janeiro –, as mulheres discutiam a criação e a instalação dos Conselhos Estaduais da Mulher, exatamente para debater a questão da discriminação contra a mulher em todos os setores da atividade profissional. Nessa época, Leonel Brizola dis-

se: "Tenho duas mulheres na Secretaria do meu Governo; mais do que duas mulheres, são duas mulheres negras que estão participando do meu governo". Por isso, nobre Senadora, é importante esse debate que V. Exª inicia hoje no Senado Federal, a fim de que haja uma conscientização a respeito desse problema. Dessa forma, poderemos varrer, de nossa sociedade, o entulho da discriminação e do preconceito e ter uma nação efetivamente democrática e justa. Muito obrigada.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Exª Tenho a certeza de que encontrarei, em V. Exª e nos meus Pares, no momento certo, respaldo para o debate político. Em meu discurso, já estou mostrando como devemos contribuir – e vamos continuar contribuindo – para este País que amamos, ainda que trazidos no navio negreiro, ainda que corrompidos, ainda que dizimados.

Tenho ainda familiares com 95, 100 anos, e todos contam essa história. Eles viveram aquele momento; eu vivo um outro momento. Lembro-me de que, todo dia 13 de maio, mamãe fazia reuniões em casa, com todos os filhos. Minha avó e bisavó iam para lá, aconselhavam e contavam histórias, falando na sua língua. E repetiam sempre: "Não estão aqui todos os nossos filhos, porque alguns foram vendidos – e não sabemos para quem; não estão todos aqui, mas nós estamos aqui." E diziam: "Negro tem que ter vergonha; negro tem que ter brio; negro tem que vencer!" Elas diziam isto não com ódio, mas com amor e com carinho, até porque amamentaram muitas crianças brancas. Foram as negras que amamentaram os filhos dos brancos, que, assim, puderam dar ao País os governantes de hoje. Quantas de nós nas cozinhas, quantas de nós na senzala, quantas de nós nas ruas, quantas de nós nas casas, quantas de nós fora da política e quantas de nós na política!

Este momento não é apenas de comemoração e de emoção pura e simplesmente, mas é o momento de se fazer valer os direitos conquistados com suor, com trabalho, com o sangue das escravas e dos escravos negros, dos índios, hoje uma sociedade miscigenada, injusta do ponto de vista social e injusta do ponto de vista racial.

Lembro-me perfeitamente – e aqui um adendo ao meu discurso, é necessário fazer esse cometário – de que, no dia da posse dos Senadores, dia em que todos estávamos felizes com nossos familiares, recebendo as lideranças políticas, circulando por esses corredores e pelo plenário, aconteceu algo importante que preciso registrar. Passaram pela porta do meu gabinete e disseram: "Olha, aqui vai ser o gabinete da Senadora Benedita da Silva; aqui vai ter de tudo, até pagode". Foi uma alusão depreciativa não em relação ao pagode, mas em relação à representação que exerço.

Pude ver a alegria estampada nos rostos dos democratas, das pessoas que conhecem minha luta – não se trata apenas de vaidade pessoal ou de uma representação partidária; trata-se do compromisso que cada um de nossos mandatos representa. Mas nem por isso deixaram de dar, como sempre dão, uma espetadela. Essas espetadelas não constituem pedras de tropeço; pelo contrário, alimentam a minha consciência e renovam a minha esperança de ver um país diferente.

O Sr. Geraldo Melo – Permite V. Exª um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Ouço V. Exª

O Sr. Geraldo Melo – Senadora Benedita da Silva, ouço com emoção e respeito o pronunciamento de V. Exª, ao qual me associo. Como cidadão brasileiro, como uma fração do povo brasileiro, orgulho-me em saber que também sou representado por V. Exª nesta Casa. Ouço a sua voz como a síntese de todos os gritos mal escutados deste País. V. Exª fala pelo negros, pelas mulheres, pelos trabalhadores de todas as categorias, pelos favelados, pelos índios, por todas as frações que não viram o florescimento das ati-

vidades econômicas. Portanto, é com emoção que ouço o discurso de V. Exª. Fui buscar essa emoção no solo do meu Rio Grande do Norte, Estado que tem no seu passado a tradição de fidelidade aos sonhos que o Brasil ainda não realizou. O Rio Grande do Norte aboliu a escravidão anos antes de que o Brasil, em seu conjunto, o fizesse. O Rio Grande do Norte é o Estado do qual saiu a primeira mulher que votou numa eleição geral; o Rio Grande do Norte teve, em D. Alzira Soriano, a primeira prefeita do País; em D. Maria do Céu Pereira, a primeira deputada estadual do Brasil. Trago de lá a expressão de um Estado que tem a vocação da integração, do amor, do companheirismo; de um Estado que deseja ver este Brasil transformado em uma grande nação, boa para se viver, onde todos os brasileiros possam distribuir esse imenso amor que vejo derramar-se da tribuna nesta tarde. Associo-me ao discurso de V. Exª, com muita honra, respeito e alegria.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Muito obrigada a V. Exª pelo aparte. Tenho certeza de que não serei uma voz clamando no deserto; contarei, sem dúvida, não apenas com os gritos sufocados na minha garganta, mas com os daqueles que lutam pela justiça social.

Em relação à cultura nacional, o Brasil tem grande dívida com o povo. Nossas raízes culturais são desprezadas, e o povo é envolvido pela superficialidade da cultura de massa, uma cultura esvaziada de qualidade criativa, de memória histórica e de identidade nacional.

Qualquer apoio à produção cultural de um povo com vocação artística, como o nosso, desperta rapidamente a criatividade e o interesse das pessoas. Mas a produção cultural de pequeno porte, que é aquela responsável por manter viva as manifestações mais autênticas da cultura nacional, não conta com apoio significativo.

A difusão de nossa produção cultural é muito reduzida e não tem espaço nos modernos meios de comunicação. Precisamos de políticas que visem a ampliar de forma permanente o universo dos consumidores populares de cultura. Isso é muito importante para a elevação do grau de exigência artístico-cultural do povo e a ampliação do mercado cultural.

A importância que se dá à cultura no Brasil pode ser medida na sua ínfima participação nos orçamentos públicos da União, Estados e Municípios. É necessário desenvolver a concepção de que investir na cultura significa investir na cidadania e na motivação social, econômica e política dos brasileiros.

O Sr. Edison Lobão – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Edison Lobão – Senadora Benedita da Silva, esteve V. Exª muito bem inspirada quando requereu que esta parte da sessão do Senado fosse dedicada a homenagear o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Os negros, em nosso País, estiveram na raiz de nossa História. Eles contribuíram de maneira significativa para que o Brasil fosse o que é hoje: este País de que nos orgulhamos. Em meu Estado os negros foram fundamentais e ainda são, pois participam da sociedade por inteiro. Temos, por exemplo, Alcântara, ao lado de São Luís, com sua história também nascida com a escravidão. Nessa cidade, conservamos o pelourinho, que representa a lembrança viva do que foi a discriminação racial em anos anteriores. Ali, os negros eram sacrificados, castigados e até imolados em nome de uma discriminação odiosa. Mas esses tempos, Senadora, já vão ficando para trás. Quanto mais o Brasil cresce, mais os negros se integram à nossa cultura e à nossa sociedade. A presença de V. Exª aqui é um símbolo dos novos tempos. Regozijamo-nos com isso e nos orgulhamos da sua presença aqui. Cumprimentos por sua iniciativa. Prossiga nessa linha e terá sempre o apoio desta Casa e do Congresso Nacional como

um todo. Muito obrigado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Ex^a. V. Ex^a resgata uma etapa do processo histórico da comunidade negra no País. O que o pelourinho representou desperta em nós um questionamento quanto ao lugar do negro no País e no mundo. Estamos realmente numa nova etapa, não mais a do pelourinho, mas a do resgate do sonho do Quilombo dos Palmares, o sonho de uma sociedade justa, fraterna, plural, onde as oportunidades sejam iguais para todos. É essa a sociedade que estamos buscando. Sabemos que os "pelourinhos ideológicos" existentes no comportamento individual e até mesmo coletivo de alguns, não poderão barrar, de forma alguma, a força do estímulo, do sangue, da fé e da esperança que existiu nos Quilombos dos Palmares e que deverá estar em cada um de nós.

Tenho consciência, Senador, de que, na verdade, não serão as leis pura e simplesmente e alguns gestos do Executivo que acabarão com a discriminação racial. É bom que saibam que isso dependerá muito mais da atitude e do comportamento de cada um de nós; dependerá da esperança e da fé numa revolução cultural, que está introjetada em cada um de nós há séculos -- e falo como uma mulher temente a Deus, que não faz distinção de pessoas; uma revolução que nos faça compreender que cor de pele, sexo ou classe social não devem e não podem ser justificativas para as injustiças que cometemos, consciente e inconscientemente.

A Sr^a Emília Fernandes – Permita-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte à nobre Senadora.

A Sr^a Emília Fernandes – Gostaria de, neste Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, inicialmente saudar a Senadora e companheira Benedita da Silva pela iniciativa de propor esta sessão especial e também aos demais Senadores por acatarem essa sugestão. Parece-me que esta data é, sem dúvida, um momento importante para que se faça uma reflexão sobre esse problema. Apesar das conquistas obtidas -- e a presença de V. Ex^a neste momento no Senado é uma prova autêntica desse avanço -- ainda existem algumas questões em relação à discriminação que precisam ser definitivamente banidas da face da Terra. Entendemos que a discriminação contra os negros, em particular, é uma das mais hediondas manifestações de exclusão social, econômica e política a que são submetidos os brasileiros pobres, afastados dos mais ínfimos direitos à cidadania: acesso a emprego, a melhores salários, a condições dignas de vida e a felicidade. É importante ressaltar aqui também que as mulheres negras, principalmente neste dia e a partir desses avanços que gradativamente são conquistados, devem se dar conta da importância da nossa luta enquanto mulheres, enquanto pessoas discriminadas, e de que é importante prosseguir. O Brasil e o mundo inteiro precisam realmente da integração total dos cidadãos, respeitadas as suas características particulares, sejam elas quais forem: de raça, de cor, de credo, enfim, de ideologia. O importante é que se construa uma comunidade de homens baseada na igualdade, na solidariedade, no desenvolvimento e na paz. Parabéns pela sua iniciativa! A luta de V. Ex^a tem sido exemplo para inúmeras mulheres não só do Brasil, mas de todo o mundo.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que me emociona muito -- por que não dizer que estou emocionada? É bom saber que podemos contar com lutas idênticas, em que nós mulheres conseguimos dar passos maiores do que os negros. Falo como mulher e mulher negra. Mas tenho consciência de que essa luta não está dissociada das demais lutas do povo brasileiro. Por isso essa convocação ao povo brasileiro, representado aqui por cada um de nós, para um grande mutirão de solidariedade, de fraternidade e sobretudo de justiça.

O Sr. José Sarney – Permita-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA -- Ouço V. Ex^a com muito prazer, Senador Presidente José Sarney.

O Sr. José Sarney -- Nobre Senadora Benedita da Silva, a presença de V. Ex^a na tribuna desta Casa neste dia nos dá a simbologia do quanto avançamos neste País no sentido da dignidade da raça negra, sobretudo no que diz respeito ao avanço social e na abertura de espaços dentro da sociedade. Este País, realmente, tem uma dívida muito grande para com os negros pelo que eles, negros, fizeram como participantes da fundação cultural, econômica, política, enfim, de toda a paisagem brasileira, sobretudo humana. Quando Presidente da República, em discurso nas Nações Unidas, surpreendi a muitos delegados que ali se encontravam ao afirmar que o Brasil abrigava a segunda maior população negra entre os países do mundo depois da Nigéria, e que nos orgulhávamos disto. Disse que isto nos dava responsabilidades em relação à luta contra qualquer tipo de discriminação, e que apoiáramos firmemente todas as ações internacionais nesse sentido. Tenho também a satisfação pessoal de, em 1961, ter pronunciado, nas Nações Unidas, talvez um dos primeiros discursos contra o *apartheid*, levantando perante o mundo a indignidade que significava esse regime, que, hoje, graças ao avanço da humanidade, vemos banido da África do Sul. E, quanto ao continente africano, sem dúvida, o mundo tem um outro dever para com ele: integrá-lo na ordem mundial. Recentemente, em uma reunião do Conselho dos ex-Presidentes da República, no Canadá, o nosso tema foi justamente o da marginalização da África em relação ao processo de desenvolvimento mundial, continente que se empobrece cada vez mais, ficando à margem do progresso mundial, sem que o mundo desperte para a dívida que todas as nações têm para com aquele continente. Certa manhã, em Cabo Verde, tive a oportunidade de ver uma manifestação popular da qual, até hoje, não posso me esquecer. Nessa oportunidade, estava a meu lado o escritor Jorge Amado, e descobrimos que herdamos a nossa alegria e o nosso comportamento do continente africano. Foi a África quem nos deu essa força e essa qualidade singular que nos mantém unidos até hoje, no momento em que se procura dissolver as culturas num processo de globalização. O Brasil só mantém essa sua identidade cultural através da cultura popular. A cultura do futebol, a cultura do carnaval, a cultura do sincretismo religioso mantêm a identidade nacional, porque a cultura erudita, podemos falar assim, canônica, essa começa a desaparecer. E essa força está presente, a força justamente da raça negra. Aqui, nesta Casa, tive também a oportunidade de votar a lei contra a discriminação, a Lei Afonso Arinos, que transformou em crime qualquer tipo de discriminação no Brasil. De maneira que neste instante, no Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, V. Ex^a -- uma mulher de fibra, inteligente, capaz, que se afirmou politicamente no Brasil como a primeira mulher negra no Senado Federal -- é um símbolo que nos anima a prosseguir na luta contra todas as formas de discriminação. Ao mesmo tempo, faz-nos saber que avançamos com a sua presença, e simboliza também um compromisso de luta para o futuro. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. BENEDITA DA SILVA -- Agradeço o aparte de V. Ex^a e não posso deixar de lembrar que, quando V. Ex^a era Presidente da República, em que pesem as divergências que tínhamos com relação a como desenvolver o País, a como conduzir a política, e também do ponto de vista partidário, acompanhamos atentamente a criação, através de lei, da Fundação Cultural Palmares. A Fundação cumpriu o objetivo, naquele momento, de iniciar, dentro da estrutura governamental, um espaço onde pudéssemos ter a possibilidade de medidas compensatórias. Sem essas medidas, entendemos que jamais o negro poderá se igualar, seja do ponto de vista social, econômico ou político, dada a defasagem, as desigual-

dades e a marginalização de que tem sido vítima ao longo do tempo no Brasil.

Vivemos a sutileza do mito da democracia racial, mas esse é um assunto importante, que realmente muitos não assumem, porque mexe ideologicamente com sentimentos que deveremos assumir dentro da cultura que absorvemos. Estamos num País onde existe racismo e machismo, e a melhor forma de enfrentarmos isso é fazendo com que haja justiça, reconhecendo que esses sentimentos existem e que deles temos que abrir mão.

Quem não é racista e machista num País onde essas injustiças foram cometidas? Como não existir o racismo num País onde a escravidão teve lugar, onde os negros foram assassinados, exterminados e amarrados? Como não ter em cada um de nós esse preconceito? Como não existir o machismo num lugar onde há injustiça, onde as mulheres foram e continuam a ser maltratadas? É preciso que tenhamos consciência de que essa situação existe para, então, podermos trabalhar o racismo e o machismo que existe em cada um de nós, mesmo sendo homem, ou sendo mulher, ou sendo branco, ou sendo negro.

Portanto, acredito que estaremos junto ao Governo Federal para que a Fundação Cultural Palmares se torne um instrumento, ligado ao Ministério da Justiça, capaz de tratar realmente com igualdade os dispositivos constitucionais que aí estão colocados e as políticas que estão para ser implementadas, tanto pelo Legislativo quanto pelo Executivo.

A Sr^a Marina Silva – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Ex^a

A Sr^a Marina Silva – Em primeiro lugar, quero parabenizá-la pela iniciativa de transformar esta parte da sessão em uma solenidade pelo Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial. Muito feliz esse seu requerimento! V. Ex^a comentou que, no dia de sua posse, em meio à alegria que teve com as comemorações da vitória e em compartilhar com outros colegas Senadores esse momento tão importante para a vida do nosso País, particularmente para aqueles que querem desenvolver um projeto de trabalho e de compromisso com a Nação, alguém passou pelo seu gabinete e disse que lá ia ter de tudo, até pagode. Engraçado é que a cultura negra muitas vezes é depreciada. Se alguém passasse pelo gabinete de um outro Senador e dissesse que lá iria ter música clássica e ópera, com certeza não dariam o sentido pejorativo que deram ao pagode, porque a cultura negra, infelizmente, ainda é considerada cultura de segunda categoria por uma parte da população. Esse sentimento, tal como o machismo e a discriminação racial, não é um produto puro e simples – digamos assim – da maldade das pessoas. É algo que, infelizmente, historicamente, socialmente e antropológicamente está enraizado nas pessoas. E isso tem que ser combatido de dentro para fora. Acredito que a presença, o empenho e o compromisso de V. Ex^a são, com certeza, o desabrochar desse processo de dentro para fora. De dentro das entranhas de uma sociedade que tem sido injusta com o negro desde o período da colônia, quando fizemos a riqueza deste País. E, muitas vezes, fazendo a riqueza deste País, fomos presenteados com o tronco, com a senzala. Desejo parabenizá-la, mais uma vez, e dizer que o pagode também é arte, também traz alegria e, em nenhum momento, pode ser considerado como algo de segunda categoria. Afirmando que, como mulher, também negra, estou extremamente comprometida com essa luta contra os preconceitos, contra as discriminações entre as raças. E o preconceito não é só contra os negros, é contra as mulheres, é contra os índios, é até contra os velhos e as crianças, que, embora não sejam exatamente uma raça, sofrem discriminação, pois o preconceito pressupõe força, pressupõe sempre o domínio do forte em relação àquele que, circunstan-

cialmente, está assumindo a condição de fraco. Parabéns, Senadora Benedita da Silva, e que esse pronunciamento de V. Ex^a seja, acima de tudo, um manifesto de compromisso de todos nós em defesa de uma igualdade que respeite as diferenças! Muito obrigada.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Ex^a e quero dizer que não me sinto entristecida, porque estou acostumada a trabalhar com essas questões. Tenho consciência, Senadora, de que quanto maior for a ascensão do negro, mais discriminado ele será, porque, na verdade, existe o preconceito e existe também a discriminação. Assim, tenho consciência – e tenho muita – de que não é apenas resolvendo uma situação social que estaremos combatendo a discriminação racial.

É com essa consciência que estou aqui, junto aos meus pares, fazendo este pronunciamento. Espero que possamos assumir o compromisso não só do debate – não só hoje, no dia 21 de março –, mas o de fazer com que as faces que o Brasil tem, não só do ponto de vista social, mas também racial, estejam projetadas e reproduzidas de maneira fiel, perfeita e real na imagem de nossas televisões, nos jornais, nas revistas e nas propagandas.

Por isso, tenho a paciência de reconhecer qualquer manifestação contrária a isso apenas como falta de conhecimento. E até digo que fomos todos muito aculturados; por conseguinte, não conseguimos ainda absorver toda essa riqueza da miscigenação, não conseguimos também reconhecer a riqueza trazida da África. Como há pouco ressaltou o Senador José Sarney, o nosso jeito, o nosso modo trazido da África foi a única coisa que conseguimos preservar. Os valores do conhecimento foram abandonados, porque colocar o conhecimento a serviço do poder significa exercer um pouco o poder, e o poder ainda não foi conquistado pelo negro.

É preciso que tenhamos consciência de que o nosso debate deve levar a ações mais concretas. Para isso, estamos aqui para colocar essa questão – nem sempre temos oportunidade e coragem para fazê-lo –, de maneira fraterna, envolvente, num jeito bem africano.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senadora, permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Romeu Tuma – Senadora, permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte ao nobre Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Eduardo Suplicy – Nobre Senadora Benedita da Silva, graças à iniciativa de V. Ex^a, a partir de hoje e, especialmente, em 20 de novembro, quando serão completados 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, o Senado Federal terá sempre presente o valor de Zumbi na História do Brasil. E esperamos também que todos nós, sejam os Senadores que aqui convivem com V. Ex^a, sejam todos aqueles que nos elegeram para representá-los, possamos ter uma atitude completamente diferente da que levou o Brasil a ter mais de 300 anos de escravidão. Hoje, diversos Senadores manifestam a sua solidariedade à causa da luta contra a discriminação racial. É muito importante que isso esteja acontecendo. Faz-se necessário que tenhamos meios práticos de fazer com que o Governo brasileiro consiga compensar tudo aquilo que foi, indevidamente, objeto da exploração do povo negro, que, arrancado da África, veio a se tornar brasileiro. Nossa solidariedade à proposição de V. Ex^a e à lembrança de como todos nós devemos conhecer melhor os ideais de Zumbi dos Palmares, os ideais de justiça e de fraternidade, para que possamos sempre estar ouvindo o seu grito de libertação dos negros, dos escravos e de todos os povos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Tenho certeza de que o nosso grito de liberdade não será dado isoladamente. Ele será, sem dúvida, retumbante, porque acre-

ditamos na mudança do nosso País, na melhoria da qualidade de vida de cada um dos brasileiros, na igualdade social, econômica, política e racial.

O Sr. Romeu Tuma – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma – Senadora Benedita da Silva, gostaria de participar da homenagem que V. Ex^a presta, na luta contra a discriminação racial. Serei breve. Estive na África, no Senegal, e o chefe de polícia daquele país nos conduziu a uma ilha onde se concentravam, antigamente, os escravos recolhidos por todo o continente africano, distribuídos por idade, tipo físico, beleza e resistência. De lá, eram embarcados nos navios negreiros para os países onde a escravidão rendia um trabalho praticamente gratuito. Confesso a V. Ex^a que senti uma forte emoção, pela descrição feita dos acontecimentos pela pessoa que nos recebia. Arrepiei-me pelo que senti no interior daquela senzala – não sei qual é o termo que os africanos usam. Desejei apenas elevar meu pensamento a Deus e orar, pedindo perdão pelo que os nossos antepassados fizeram com os membros da raça negra. Hoje, V. Ex^a resgata essa angústia que eu senti durante esses quatro ou cinco anos em que estive no Senegal. Sinto-me feliz por vê-la à nossa frente, com liberdade, com força interior, gritando a voz do negro para honrar esta Casa, este Senado. Que Deus a proteja! Muito obrigado, Senadora.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Ele me faz também lembrar do momento em que cheguei à ilha de Goré, onde o nobre Senador esteve. A ilha de Goré foi um entreposto de escravos, e estamos lutando para lá erguer um memorial, porque essa história precisa ser contada, ser resgatada; por isso, temos um projeto defendendo a importância de se contar a história dos povos africanos, porque nós, brasileiros, temos a ver com ela.

Na ilha de Goré, observamos que qualquer um que ali chega sente vergonha, como bem colocou o Senador Romeu Tuma. Imaginem uma pessoa como eu – que já me considero a reserva das reservas, com 1,78m de africanidade –, dentro de uma cela daquelas, cuja altura era de apenas 60 ou 70 centímetros, com mais de vinte escravos!

Era vergonhoso como as mulheres escravas tinham filhos ali dentro. E sabem como era a ilha de Goré? Em cima, havia a casa, o restaurante, o bar, a sala de reunião dos senhores. Em baixo, gemiam de dor, de fome, de vergonha e de medo negras e negros.

O Senador Romeu Tuma também viu o que vi, mas uma coisa posso lhe dizer: se observarmos o sistema penitenciário brasileiro, os nossos presídios, verificamos que, para nós, isso ainda não acabou. É a mesma coisa: são 50 ou 60 escravos no mesmo lugar. Em suma, vamos identificar um quadro idêntico àquele que S. Ex^a e eu tivemos a oportunidade de ver.

O Sr. Lúcio Alcântara – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Lúcio Alcântara – Nobre Senadora Benedita da Silva, V. Ex^a e o Plenário do Senado fizeram muito bem ao dedicar parte desta sessão ao Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Tenho o privilégio de ter sido colega de V. Ex^a na Câmara dos Deputados e na Comissão do Trabalho, de forma que conheço a luta que V. Ex^a vem travando, sua determinação e, sobretudo, o espírito de afirmação que tem inspirado toda a sua atuação parlamentar, em favor não apenas dessa causa, a luta contra a discriminação racial, mas de tantas situações sociais injustas que têm merecido de V. Ex^a não apenas o reparo, mas a permanente militância na busca de reverter essa situação. Que esse dia de

luta contra a discriminação não seja apenas um dia, mas que sejam todos os dias de nossas vidas, todos os momentos, minutos, de luta contra a discriminação, qualquer que ela seja. V. Ex^a tem dito muito bem: não é só a discriminação racial, mas também a discriminação social, e o negro é discriminado ao dobro, ao triplo ou muito mais vezes, porque, em sua grande maioria, ainda não atingiu, num País de tantas desigualdades, de tantas injustiças, uma posição social mais justa, mais decente, mais compatível com a sua condição humana. Como V. Ex^a disse muito bem, temos que relembrar esse fato a fim de sacudirmos um pouco a nossa alma, os nossos sentimentos e não fazermos de conta que não é conosco. Esse problema existe no Brasil, devemos ter consciência desse fato e enfrentá-lo. Não é apenas problema do Governo, das leis, da legislação, é um problema de consciência. Não podemos fingir que esses fatos que compõem a saga dos negros no Brasil não existem; ao contrário, eles devem sempre estar presentes em nossa memória, a fim de que possamos reagir, em todos os momentos, contra essas injustiças, essas discriminações. Devemos combatê-las e fazer com que desapareçam de vez da nossa sociedade. Este meu aparte é no sentido de juntar a minha voz à de V. Ex^a e de tantos outros Senadores que já se pronunciaram, com vistas a que esta Casa seja também um bastião de luta contra qualquer tipo de discriminação, que não se comporta mais dentro de uma sociedade moderna, uma sociedade que deve buscar, por todos os meios, a justiça social.

O SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o seu aparte, nobre Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Ramez Tebet – Permite-me um aparte, nobre Senadora?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet – Senadora Benedita da Silva, queria registrar a minha alegria e o meu contentamento pelo magnífico pronunciamento de V. Ex^a, nesta tarde. Presenciei esta Casa saudá-la como a primeira Senadora negra do Brasil. Mas não aparteio simplesmente uma Senadora negra, porém mais do que isto. É a primeira intervenção em aparte neste plenário e o faço no discurso de uma grande Senadora, uma mulher que sempre tem se colocado em defesa das grandes causas e dos injustiçados. Associe-me à sua luta, à sua fala, à sua vocação, ao seu entusiasmo. Quando V. Ex^a referiu-se ao seu espírito religioso, lembrei-me de um político norte-americano que, ao discursar em uma assembleia, recebeu o aparte de um racista. O orador rebateu o seu aparteante com a seguinte pergunta: "Mas, meu amigo, qual é a cor de Deus?" Senadora Benedita da Silva, tenho plena convicção que Deus tem abençoado a todos nós. Em comparação aos demais países do mundo, podemos afirmar que esta Pátria tem conseguido vencer suas dificuldades sem grande derramamento de sangue. Esta Pátria, sem dúvida, ainda será muito feliz pela compreensão do seu povo de espírito pacífico e pelo idealismo de pessoas como V. Ex^a, como os membros que estão compondo esta Casa, como o Congresso Nacional, que está redimindo o País nesta hora tão importante que estamos atravessando. É com alegria que peço a V. Ex^a que receba humildemente esta minha manifestação de contentamento e admiração pela sua luta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senadora Benedita da Silva, todos nós estamos ouvindo com o maior encantamento o discurso de V. Ex^a. Mas pediria que seja breve em seu discurso. O Regimento tem duas disposições contraditórias: uma delas manda que o Expediente comece às 15h30min, podendo ser prorrogado por 15 minutos, e outra que determina que o mesmo seja prorrogado até o fim dos oradores inscritos, caso haja um assunto especial.

Como ainda temos uma oradora inscrita, a nobre Senadora

Marina Silva, pedimos a V. Ex^a que seja breve e que os colegas colaborem nos apertes. Muito obrigado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço àqueles que me apartaram, àqueles que me ouviram atentamente e os que gostariam de me apartar e não puderam fazê-lo.

Qualquer apoio à produção cultural de um povo com vocação artística como o nosso desperta rapidamente a criatividade e o interesse das pessoas. Mas a produção cultural de pequeno porte, que é aquela responsável por manter viva as manifestações mais autênticas da cultura nacional, não conta com apoio significativo.

A difusão de nossa produção cultural é muito reduzida e não tem espaço nos modernos meios de comunicação. Precisamos de políticas que visem a ampliar de forma permanente o universo dos consumidores populares de cultura. Isso é muito importante para a elevação do grau de exigência artístico-cultural do povo e a ampliação do mercado cultural.

A importância que se dá a cultura no Brasil pode ser medida pela sua ínfima participação nos orçamentos públicos da União, Estados e Municípios. É necessário desenvolver a concepção de que investir na cultura significa investir na cidadania e na motivação social, econômica e política dos brasileiros.

Sr. Presidente, na condição de formar maioria na população brasileira, a mulher continua sendo discriminada em casa, no trabalho e na sociedade. Continua a ser vítima de violência, maus-tratos e abusos sexuais. Inúmeras foram as vezes em que me manifestei na Câmara dos Deputados e na Constituinte para defender os direitos da mulher e denunciar casos de violência. Mas, apesar das conquistas legais e dos avanços políticos, não há como negar que temos muito a percorrer.

Muito arraigado na sociedade, o preconceito machista não aceita a igualdade de direitos entre a mulher e o homem. Segundo suas "premissas", a mulher é um ser inferior, incapaz de exercer funções públicas e sociais. O machismo é usado como justificativa para a exploração da mulher em casa, por meio da dupla jornada, e no trabalho, por meio da desigualdade salarial em relação ao homem, o que resulta sua preterição na ascensão profissional. Incorporadas nos hábitos e costumes do cotidiano cultural, outras formas de discriminação menos visíveis sujeitam diariamente a mulher a situações desprezíveis de diferenciação na sociedade.

Todas as mulheres sofrem a discriminação machista, mas a mulher negra, em particular, é a sua maior vítima. A discriminação que sofre é maior porque além de mulher, é negra e, em virtude disso, integra geralmente a população de baixa renda.

Na CPI que investigou a esterilização em massa de mulheres pobres, da qual fui presidente, constatamos que, no Brasil, já foram esterilizadas cerca de vinte e cinco milhões de mulheres, das quais noventa por cento eram mulheres negras. Somos, assim, desrespeitados até no nosso direito mais fundamental, o direito de sermos mães. Tudo isso porque organizações do Primeiro Mundo acham que a diminuição da quantidade de bocas é a única solução para os problemas sociais do Terceiro Mundo. Rejeitam adotar um novo tipo de desenvolvimento.

Nas populações de baixa renda, as mulheres exercem geralmente o duplo papel de pai e mãe. São elas que sustentam a casa, fazem o trabalho doméstico e cuidam e educam os filhos.

As mulheres brasileiras, que, juntamente com os homens, construíram este País como mães, escravas, donas-de-casa, comerciárias, secretárias, artistas, engenheiras, escritoras e em outras funções, são relegadas a um segundo plano, a uma situação subalterna. Isso acontece sobretudo por força da inaceitável discriminação pelo poder masculino. Essa é mais uma dívida social que o Brasil tem que saldar para se desenvolver como uma nação livre e justa.

Sr. Presidente, muito já se falou da absurda situação de crianças e adolescentes que vivem abandonados nas ruas. Envolvidos na criminalidade, na prostituição e no vício, eles acabam sistematicamente assassinados pelos grupos de extermínio. Esta dívida social que temos para com nossas crianças é a que mais revela a natureza extremamente injusta, violenta e desumana da sociedade brasileira. Um País que não cuida de suas crianças não pode ter futuro.

A CPI que, em 1994, investigou o extermínio de crianças e adolescentes, requerida por mim, constatou que em apenas três anos, entre 1988 e 1990, foram assassinadas quatro mil seiscientos e onze jovens no Brasil. Desse universo, vinte e três por cento eram meninas e oitenta e dois por cento eram da raça negra. Mas hoje estas cifras já foram superadas por números ainda mais estonteantes, uma vez que o número estimado para os dias atuais é de três mil assassinatos por ano.

A justificativa para crime tão hediondo é a de que, desse modo, se está eliminando um futuro delinquente. Outros dados mostram toda a dimensão da tragédia que se abate sobre a nossa infância e adolescência: mil crianças morrem diariamente por causa da fome e de doenças diversas; 15 milhões estão em estado de desnutrição; 60% dos bebês moram em residências sem água e esgoto; 4 milhões de crianças estão fora da escola; 72,5% dos jovens de zero a 17 anos vivem em famílias com renda mensal de até um salário mínimo. Mais desastrosa ainda é o caso da prostituição infanto-juvenil: 500 mil meninas de até 18 anos estão na prostituição.

Dizem que no Brasil não existe adoção e sim tráfico de crianças. De fato, a rede internacional de tráfico de bebês, que controla o lucrativo comércio de crianças, desenvolve intensa atuação no País. Segundo relatório da Polícia Federal, anualmente cerca de três mil crianças são levadas clandestinamente para o exterior. Existem até casas conhecidas como "fazendas de engorda de bebês".

Das 4 mil crianças adotadas pela Itália, 3 mil estão "desaparecidas". Denúncias vindas do exterior afirmam que elas podem ter sido usadas para "abastecer" banco de órgãos. Para apurar essa monstruosidade, pedi na Câmara dos Deputados a criação de uma CPI para investigar exclusivamente a realidade da adoção e do tráfico de crianças no Brasil.

As crianças e os idosos são os segmentos mais desprotegidos da sociedade. Sobre eles recaem as consequências mais cruéis do modelo econômico. A população da terceira idade vem crescendo com rapidez no Brasil. No ano 2000, teremos cerca de 14 milhões de pessoas com mais de 60 anos. A grande maioria dos idosos vive em situação de extrema miséria. A concepção de mercado não absorve o papel do idoso e o vê como um ser descartável. É imensa a dívida social do Brasil para com os seus idosos. O desafio é de recuperar a dignidade dos idosos e abrir-lhes novas perspectivas de vida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui estou não só como representante do Rio de Janeiro, mas também como Senador pelo PT, um partido que é oposição. O mínimo que se deve esperar de uma oposição responsável é a cobrança das promessas de campanha do presidente eleito e a apresentação de propostas alternativas. Não faço oposição por princípio, nem busco o confronto como método de ação, mas serei firme na defesa dos interesses populares e do meu Estado. Uma oposição vigilante, crítica e propositiva é necessária para a defesa da sociedade.

O presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo num mar de otimismo, quando então destacou, acertadamente, o investimento social como prioridade nacional. O Executivo, no entanto, vem tomando determinadas decisões que preocupam a

Nação. A resistência à sanção do novo salário mínimo no valor de 100 reais por tanto tempo foi injusta e covarde. A demora não se justifica e contradiz a proclamada prioridade social. Pior ainda, é sabermos que o presidente só concordou com o novo valor na medida em que seu prestígio interno e externo esteve em queda vertiginosa.

Mesmo o episódio recente da anuência do Executivo ao empréstimo de 300 milhões de dólares ao México, ainda que não consumado, representou desgaste político incontestável diante da sujeição da soberania nacional às pressões externas. Sem hesitação, o fato representou no mínimo um contra-senso de frente dos graves problemas do País.

A manutenção da importação desenfreada de bens de consumo, em nome de uma suposta "abertura comercial", atinge a indústria nacional, gera desemprego e desequilibra a balança comercial. A privatização indiscriminada de empresas estatais estratégicas e lucrativas compromete a nossa capacidade de autodeterminação. A supressão, a toque de caixa e sem um debate nacional, do critério de tempo de serviço para a aposentadoria está provocando enorme tensão social.

Sr. Presidente, fruto de uma operação desastrosa do governo FHC, a desvalorização abrupta e inesperada do real no começo de março imprimiu, para a desgraça do Brasil, uma mancha de desconfiança e ceticismo de difícil dissipação. As suspeitas de ganhos ilícitos por parte dos famosos especuladores de plantão só têm a depor contra uma equipe econômica reputada até pouco tempo como ímpolita. Estas e outras iniciativas do Executivo sinalizam uma orientação política em tudo contrária à plataforma de campanha e ao discurso de posse do presidente.

É lamentável que o Executivo perca a oportunidade política ideal de mobilizar a Nação para saldar as dívidas sociais históricas que o Brasil tem com o seu próprio povo. A resposta do governo tem frustrado a Nação. Nas suas propostas de revisão constitucional não existe nada que vise ao combate da fome, das doenças, do desemprego e da miséria, todas as pragas que afligem o povo.

Ao contrário, as reformas atingem os aposentados e servidores públicos e liquidam o patrimônio público. As reformas do governo entregam inteiramente as alavancas estratégicas da economia brasileira aos oligopólios nacionais e internacionais.

Conduzir o Brasil ao seu destino de País justo e democrático é um desafio muito grande. Não é tarefa de uma elite, nem de uma vanguarda, mas de todos os brasileiros, principalmente dos que formam o Governo e dos que estão na oposição. Os dirigentes políticos precisam sair de seus gabinetes e dialogar com a Nação suas idéias e propostas. Devem buscar ampliar os pontos de consenso que alavancam o desenvolvimento do País. O meu caminho continuará sendo este, o do diálogo com a sociedade civil, com os movimentos sociais, com o povo. Anseio por um diálogo produtivo, destinado a gerar compromissos e ações práticas que transformem o meu Estado e o País.

Em meu mandato no Senado, combino os componentes social, racial e feminino, que tradicionalmente identificaram a minha trajetória política, com os novos componentes decorrentes da representação federativa de que sou portadora como Senadora da República.

Mas os diferentes componentes políticos que formam o meu mandato têm o mesmo objetivo: encurtar a enorme distância que existe entre a situação do povo e os direitos de cidadania inscritos na Constituição. Transformar o simples trabalhador em cidadão de fato significa produzir a força vital da democracia. No Plenário e nas Comissões desta Casa, nas ruas e recintos fechados, sempre estarei lutando pela construção da cidadania popular.

Tenho consciência de que na defesa dos direitos humanos é

preciso incorporar novas questões, como a da geração de emprego e renda, a do meio ambiente, a de um novo padrão de desenvolvimento e a da governabilidade democrática, entre outras. Em conjunto, essas questões constituem a chamada segurança humana global.

Será por meio do diálogo com os diferentes setores da sociedade civil e do movimento popular que formularei projetos e articularei ações concretas coerentes com os compromissos do meu mandato. Estou fazendo a minha parte na busca de um consenso democrático para transformar o País. Nesse sentido, apresento, a seguir, a definição geral dos principais campos de minha atuação político-parlamentar.

Sob a justificativa de uma suposta "modernidade", cujo modelo está fracassando no México, o Governo defende uma série de mudanças na Constituição. Penso que na sociedade não existe apenas uma única opção de desenvolvimento econômico. É preciso buscarmos sempre aquele tipo de desenvolvimento mais condizente com o avanço da civilização, portanto, direcionada para a sua atividade-fim, que é a de assegurar uma convivência democrática e humana entre os seus cidadãos.

Não encontro essa preocupação nas reformas do Governo. É a partir da visão humanista da modernidade e com os critérios de justiça social, democracia, fortalecimento dos Municípios e Estados no pacto federativo e autodeterminação e soberania nacional, que me posicionarei frente a cada proposta do Executivo.

Na questão da geração de empregos, fundamental para a cidadania popular, sabemos que, isoladamente, o desenvolvimento econômico não garante o aumento de emprego. Isso só é possível quando ele está condicionado a uma estratégia mais global na qual o emprego é objetivo independente.

Por isso defendo, ao lado do grande investimento nacional e estrangeiro, o estímulo ao setor da micro, pequena e média empresa, o maior empregador da mão-de-obra de pouca qualificação. Defendo também o investimento em pesquisa de sistemas de produção alternativa e a reciclagem dos desempregados pelo avanço tecnológico.

Sabemos ainda que o desenvolvimento econômico, por si só, não diminui as desigualdades sociais. A ação política, apoiada pela pressão da sociedade, tem de vincular o desenvolvimento econômico à justiça social e assim reduzir as desigualdades. É necessário levar para as comunidades de baixa renda os serviços públicos de saúde, educação, segurança e transportes, a urbanização de favelas e uma política habitacional criativa para moradia popular.

Importante também é implementar programas de segurança alimentar e executar projetos de geração de renda nas populações carentes, em parceria com os governos federal, estadual e municipal e com entidades privadas nacionais e estrangeiras. Sem a efetiva erradicação da miséria absoluta, o desenvolvimento econômico não cumpre sua função social.

A mulher, a criança, o adolescente e o idoso continuarão a encontrar no meu mandato um suporte para a luta por seus direitos. Combateremos a violência contra a mulher e a discriminação de que é vítima no trabalho, na família e na sociedade. Combateremos por meio da conscientização, da ação legislativa, das denúncias, da criação das delegacias da mulher e outras medidas efetivas. Vou realizar programas de educação sobre a sexualidade e o planejamento familiar e exigir o fim da esterilização involuntária de mulheres pobres, com punição aos culpados.

Vamos apoiar o desenvolvimento da mulher nas atividades econômicas, sociais, políticas e culturais e fornecer incentivo à mulher microempresária. Defendo a construção de creches e programas de atendimento à saúde da mulher. Vou lutar pela regula-

mentação da Lei da Empregada Doméstica, de minha autoria. Outrossim, seguirei mantendo articulação permanente com as diversas entidades e movimentos de mulheres no Brasil e no exterior.

Quanto aos direitos da criança e do adolescente, a questão mais importante é defender e fiscalizar o cumprimento de seu Estatuto e definir medidas concretas para se retirar as crianças das ruas. Com isso, pretendemos proporcionar proteção, abrigo, saúde e educação a todas estas crianças. Lutarei pela implantação do PAISM.

Exijo o fim do extermínio de crianças e adolescentes, da prostituição infanto-juvenil e do tráfico de bebês e crianças. Exijo a punição de seus responsáveis. Vou desenvolver programas de recuperação de viciados e de combate às drogas entre a juventude. Lutarei para que nenhuma criança fique fora da escola.

Defendo a dignidade dos idosos, que, depois de já terem dado a maior parte de suas vidas ao País, mereceriam maior respeito da sociedade. Na reforma da Previdência, estarei vigilante quanto aos interesses dos aposentados e à não redução de seus benefícios. É preciso tomar medidas urgentes para melhorar o seu atendimento previdenciário e adotar programas que abram para a terceira idade nova perspectiva de vida, social e culturalmente ativa, integrada à família e aos demais idosos. Defendo a criação de centros de referência para idosos que funcionem como locais de produção de conhecimento, de formação profissional e de prestação de serviços à comunidade.

No Senado, continuarei a minha intensa atuação contra a discriminação racial, ao denunciar todos os casos de que souber e ao exigir o rigoroso cumprimento da lei. Defendo a criação de delegacias especializadas em crimes raciais. Luto para que seja incluída nos currículos escolares a disciplina sobre a história e cultura da África. Luto também para que os negros sejam incluídos obrigatoriamente nos filmes, peças publicitárias e programas de televisão.

É necessário promover as manifestações culturais afro-brasileiras e defender o caráter multirracial da cultura nacional. No ano em que se comemoram os 300 anos de Zumbi, temos que organizar grandes eventos, dentre os quais um amplo debate nacional sobre a discriminação racial no Brasil. Neste ano, temos de transformar o vinte de novembro, Dia da Consciência Negra, em feriado nacional.

Sr. Presidente, meu compromisso com os valores e os princípios da democracia é inabalável. Por isso mesmo, sua frágil estabilidade tem-me suscitado algumas inquietações. O principal instrumento da democracia, o voto, apresenta no Brasil defeitos tão graves que podem comprometer o próprio regime democrático. Temos de desobstruir o caminho para o voto consciente, livre e efetivamente soberano.

Precisamos unir a vontade democrática da Nação para definir uma regulamentação rigorosa, que impeça o uso indevido e manipulador das pesquisas de opinião por meios de comunicação inescrupulosos e pela máquina dos governos em períodos eleitorais. É também essencial o aperfeiçoamento da legislação eleitoral para prevenção contra fraudes e para informatização do processo de votação e apuração.

Sr. Presidente, eleita Senadora, assumi o compromisso de lutar pela recuperação da importância econômica, política e cultural do Estado do Rio de Janeiro na Federação. Tem faltado "bairrismo" para defendermos o desenvolvimento do nosso Estado. Precisamos revitalizar o orgulho de sermos cariocas e fluminenses. O momento é de unificar trabalhadores, empresários, intelectuais, jovens, donas-de-casa, idosos, políticos e governos estadual e municipais, toda a população enfim, para formar uma poderosa corrente pelo Rio de Janeiro. Abraço a tarefa de defender o meu Esta-

do com a mesma determinação com que o cacique Aimberé liderou, no século dezesseis, a heróica resistência da Confederação dos Tamoios em defesa de seu território, a Baía da Guanabara.

Lutar pelo Rio de Janeiro significa atrair novos investimentos, fixar as empresas já instaladas, garantir e ampliar mercados e abrir perspectivas concretas para as pequenas e médias empresas. Precisamos de políticas que efetivamente defendam aquelas empresas que produzem no Estado e apostam no Rio de Janeiro. Quero ampliar os contatos do meu mandato com os diferentes setores produtivos, para conhecer mais a fundo todo o potencial econômico do Estado.

Defendo um amplo debate sobre o planejamento estratégico para o Estado do Rio de Janeiro, aberto para os que representam o trabalho, o capital, o saber, a comunicação e o poder público. O objetivo é mobilizar a sociedade para chegarmos a um consenso sobre o que é essencial para o desenvolvimento do Estado. Subordinados à meta geral de resgatar a importância do Rio de Janeiro, destaco quatro grandes campos de atuação relacionados com o desenvolvimento econômico, a geração de empregos, a diminuição da miséria absoluta, a melhoria de qualidade de vida e o respeito aos direitos humanos. São eles:

a) Interrupção do processo de esvaziamento econômico, por meio da criação de condições para a manutenção das empresas já instaladas, com priorização de seus produtos e serviços, abertura de mercados e políticas fiscal e creditícia. Temos de acabar com o "êxodo empresarial" do Rio de Janeiro. É necessário defendermos a indústria naval, setor que tem importância específica para o Estado, mas que tem ultimamente atravessado dificuldades. Também merecem atenção os setores de turismo, cultura, construção civil, siderurgia, pesca, informática e química fina. É preciso investir na agricultura e avicultura, para buscar a auto-suficiência em determinados itens da cesta básica. É da maior importância a recuperação do Banerj e sua manutenção como banco estatal, voltado para o fomento econômico do Estado, apoiando especialmente as pequenas e médias empresas.

b) Criação de políticas mais ousadas para atrair novos investimentos, seja do Brasil, seja do exterior. A conclusão do Porto de Sepetiba, a instalação do pólo petroquímico, a transferência do Banco Central para o Rio, ao lado da atração de pequenas, médias e grandes empresas, como são os casos da Brahma e da Antártica, tudo isso abrirá as portas do Estado para a retomada do desenvolvimento. Vou ampliar as relações internacionais do Rio de Janeiro ao procurar atrair o interesse de investidores negros dos Estados Unidos e da África.

c) Conjugação do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social. O crescimento da economia do Estado tem de representar o aumento de empregos, a melhoria da qualidade de vida e a diminuição da miséria absoluta. Por isso, o debate sobre o planejamento estratégico precisa envolver também os setores de baixa renda. É preciso melhorar os salários dos professores e a qualidade da educação. É preciso evitar de vez que ainda se deixem crianças fora da escola.

É urgente uma solução para o sistema de saúde, que se encontra em profunda crise. Temos que ter um plano de emergência para a Baixada fluminense, recuperando e concluindo os hospitais da região. Luto pela instalação do Incor no Rio de Janeiro, elevando os salários dos profissionais de saúde e melhorando o atendimento à população. Defendo a criação de Postos Comunitários de Saúde e Cidadania, para prestar serviços ambulatoriais e preventivos em áreas carentes e sob supervisão da comunidade organizada. A política habitacional tem de priorizar os setores de baixa renda, com programas de moradia popular, que conte com a participação da própria comunidade. É prioridade absoluta a implementação de

programas sociais e educacionais para as crianças e adolescentes de rua. Defendo a construção de creches e programas de atendimento à saúde da mulher, bem como políticas especiais para os idosos.

d) Combinação do combate à violência, necessário para a segurança do cidadão, com o respeito aos direitos humanos. A ação da polícia nas comunidades carentes continua sendo feita com violência indiscriminada e com absoluto desrespeito aos direitos do cidadão. É preciso uma reforma profunda e urgente na polícia para acabar com policiais corruptos, exterminadores e aqueles de comportamento racista. A experiência da "Operação Rio" mostrou que, se a ação militar ou policial não for complementada com a urbanização das favelas, com a instalação dos serviços públicos e com a criação de empregos, a criminalidade continuará. O saldo do desenvolvimento econômico com justiça social é a promoção da cidadania popular e o fortalecimento das bases do regime democrático.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como vereadora e Deputada Federal por dois mandatos, lutei pelos direitos dos despossuídos e discriminados, principalmente mediante propostas legislativas, CPIs, denúncias e pressões políticas. Agora, no Senado, continuarei esse trabalho com o mesmo vigor, mas, simultaneamente utilizarei todas as possibilidades que me confere a condição de Senadora para obter do sistema econômico e dos poderes públicos um retorno efetivo para as demandas sociais reivindicadas pelo meu País e pelo meu Estado.

Quero concluir afirmando que defendo o respeito, a dignidade humana e a concretização dos direitos de cidadania para o povo brasileiro. É lutando pela realização de nossas utopias individuais e coletivas que iremos conquistar vitórias para ajudar na construção de um Brasil mais justo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso da Sr^a. Benedita da Silva, o Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra a oradora inscrita, Senadora Marina Silva, uma vez que se trata de uma sessão de homenagem. V. Ex^a, Senador Sebastião Rocha, poderá usar a palavra como Líder antes ou depois do Expediente.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AM. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou particularmente a proponente do requerimento que faz desta parte da sessão uma solenidade com relação ao Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial. A Senadora Benedita da Silva, de forma muito feliz, trouxe hoje para o plenário desta Casa uma discussão que, às vezes, parece óbvia, porque a grande maioria do povo brasileiro é uma mistura de raças, com uma predominância muito grande da raça negra. A Senadora Benedita da Silva pode ter a certeza de que essas diferenças culturais, sociais e religiosas engrandecem muito o conjunto de toda a cultura e formação sócio-cultural do nosso País.

Como a Senadora Benedita da Silva fez aqui um resgate histórico e um belo pronunciamento referente a este dia que, acima de tudo, é simbólico e, ao mesmo tempo, marco de muitas lutas contra a discriminação, vou tentar ser breve porque a paciência dos Srs. Senadores também tem um certo limite.

Abençoado é o nosso povo porque é feito de tantas diferenças. Como é bonito poder ser assim tão branco, negro, índio e misturado. Como são belas as danças, canções e pensamentos que ce-

lebram essa saudade que trazemos da Europa, da Ásia, da África, de uma América que existia antes de ser chamada América. Como é profunda essa saudade de um paraíso ancestral. É ela que nos faz sonhar com um paraíso futuro.

É verdade, houve a escravidão e o genocídio. Ainda há o preconceito e a separação. Temos visto negros serem presos apenas porque, sendo negros, são considerados suspeitos. Temos visto índios serem expulsos de suas terras apenas porque, sendo índios, são considerados inferiores. Tudo isso tem tomado o povo brasileiro mais pobre e mais triste. Tem condenado nosso País a um inaceitável atraso, porque impede a união criativa de todas as suas matrizes culturais. Tem lançado nosso povo em uma longa confusão por não compreender que sua legítima identidade é justamente essa grande diversidade.

Não existem raças inferiores, existem homens e mulheres inferiorizados pela escravidão, qualquer que seja a escravidão, qualquer que seja a cor da pele. Na verdade, nem existem várias raças, mas apenas a raça humana que, como disse Gilberto Gil, é o resultado de uma semana do trabalho de Deus, um trabalho que ainda não terminou.

A criação da raça humana estará completa quando todos, vivendo livres e em igualdade, olharem com amor as suas diferenças naturais. No Brasil, essa liberdade, essa igualdade e esse amor formam o mais valioso tesouro que está guardado para o futuro. Para que possamos encontrá-lo, temos que começar desde já a banir de nossa Pátria todo preconceito, toda separação.

Neste momento em que são debatidos, mais uma vez, os rumos da educação brasileira, chamo a atenção para as responsabilidades que as nossas escolas têm na construção do futuro. E faço uma sugestão ao Ministério da Educação. Todos sabemos que a História do Brasil está mal contada. A contribuição dos negros e dos índios na formação da sociedade brasileira tem sido desprezada em nossos textos escolares. Sou professora de História e sei o quanto o negro e o índio aparecem de forma pitoresca nos textos com que educamos. Pensando estar educando, estamos, na verdade, muitas vezes, formando pessoas com uma mentalidade preconceituosa, que desprezam a diferença, em vez de terem o respeito que deveriam ter e de serem capazes de trocas, nesse universo de muitas possibilidades da construção de uma cultura, com muitas variedades de forma e de pensamento.

Recomendo, portanto, que seja formada uma comissão de educadores, antropólogos, historiadores e pesquisadores em geral para avaliar a presença de negros e índios nos textos escolares e sugerir as mudanças necessárias, para que não apareçamos mais apenas como "o negrinho que tanguia o boi" ou "o negrinho que cuidava do quintal do senhor", mas como seres humanos que, tanto quanto os outros, têm possibilidades de crescimento, desde que lhes sejam dadas as oportunidades.

No próximo dia 20 de novembro serão completados 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Num País onde todos os heróis são brancos, até mesmo os abolicionistas, nenhum esforço é suficiente para honrar a sua memória e a de todos aqueles que lutaram, anonimamente, pela igualdade.

Quero dizer que o preconceito nunca acontece sem que haja uma boa dose de autoritarismo, uma boa dose de intolerância para com aqueles que, por questões meramente circunstanciais, são considerados inferiores.

Desejo acrescentar também, e gostaria de pedir a atenção da Senadora Benedita, que toda ofensa deve ser reparada, e que, neste momento, eu, como negra, solidarizo-me com S. Ex^a e com todas as pessoas de bem, sejam brancas, negras, amarelas, sejam índios, enfim, com quem quer que lute por uma relação de igualdade e respeito entre os seres humanos.

Quero ainda dizer que poderíamos dar uma grande contribuição, enquanto formadores de opinião. O político pode usar da tribuna, dos meios de comunicação, aos quais tem acesso, para irradiar preconceitos ou para contribuir para a sua eliminação. Que façamos a segunda opção.

O Sr. Sebastião Rocha – Concede-me V. Ex^a um aparte, Senadora Marina Silva?

A SRA. MARINA SILVA – Pois não, Senador Sebastião Rocha.

O Sr. Sebastião Rocha – Quero, nesta oportunidade, participar do momento de emoção contagiante que V. Ex^a e, ainda há pouco, a nobre Senadora Benedita da Silva, criam, hoje, nesta homenagem, e dizer que sou solidário com essa causa. O Partido do qual sou Vice-Líder no Senado, o PDT, também é sensível a esses apelos, e todas as vezes que V. Ex^{as} precisarem agir em favor desta ou de outras causas, sobretudo das minorias, uma das grandes lutas da Senadora Benedita da Silva e também de V. Ex^a, estarei junto com V. Ex^{as} para irmos à luta e diminuirmos as desigualdades sociais que ainda persistem neste País. Muito obrigado, Senadora.

A SRA. MARINA SILVA – Obrigada pelo aparte, nobre Senador Sebastião Rocha.

A Sr^a Benedita da Silva – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARINA SILVA – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

A Sr^a Benedita da Silva – Senadora Marina Silva, estou atenta ao que V. Ex^a está dizendo. V. Ex^a sabe perfeitamente que essas ofensas, na nossa luta, seja no movimento popular, no racial, no dos direitos da mulher e da criança, ou para o desenvolvimento da Amazônia, por um Brasil melhor, nos estimulam a reconhecer que ainda falta muito, que temos um caminho longo pela frente. Quero também sugerir que projetos nessa área não sejam apenas dos que defendem esta causa mais acintosamente, mas sejam de todos nesta Casa, por se tratar de situações que devem ser resolvidas por todos nós. Gostaria também de poder estar com V. Ex^a nas sugestões de projetos, não apenas como co-autora, mas contribuindo, porque sei que V. Ex^a tem os mesmos compromissos que eu.

A SRA. MARINA SILVA – Muito obrigada pelo aparte, e pode ter certeza, Senadora Benedita da Silva, que trabalharemos irmanadas por esses objetivos e por esses ideais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como professora que tem observado a educação, e mais ainda neste mês em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher – que nós, mulheres, muito sabidamente, transformamos na Semana Internacional da Mulher, e depois, quem sabe, transformaremos no Mês Internacional da Mulher e, por que não dizer, no Ano Internacional da Mulher, porque precisamos realmente de que todos os dias sejam dias em que nós mulheres sejamos respeitadas, amadas e admiradas –, neste mesmo mês aqui estamos a trabalhar a questão do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Não é à toa que esses dias acontecem; não é simplesmente para que tenhamos um dia para fazer o mea-culpa e bater no peito. É para que, simbolicamente, a humanidade pare para pensar que ainda existem seres humanos que são tratados como seres inferiores.

Recentemente, numa conversa que tive com educadores, em Rondônia, cujo tema era "A Mulher na Educação e as Relações de Gêneros", ou seja, as diferenças entre homens e mulheres, estranhamente observei que eu estava trabalhando a idéia de que a educação é feita quase que exclusivamente por mulheres. O Senador João Calmon, que está à minha frente e pelo qual tenho muito respeito, é uma autoridade em educação e pode até concordar comigo.

Na faixa dos 7 aos 14 anos, ou seja, a educação no ensino básico é responsabilidade, em quase 90%, de mulheres.

Mas como a educação não acontece apenas na escola, acontece também na família, de maneira informal, e a criança fica, geralmente, com mulheres, com a babá, a avó ou a tia, e se considerarmos que a educação também não é resultado somente da escola e da família, é também convívio social, e que 51% da população do Brasil é composta de mulheres, teremos a presença da educadora-mulher nos três momentos: na família, na escola e no convívio social.

Se temos, então, uma responsabilidade tão grande no processo educativo, por que será que a cultura é tão machista e discrimina a mulher? Estaremos nós praticando o machismo? Com certeza, estamos. Esses valores também estão impregnados na professora, na mãe, na educadora e na Senadora que aqui está falando, porque não somos uma coisa à parte dessa cultura que milenarmente vem sendo construída.

E isso ocorre também nos valores de negros contra brancos, ou contra índios, etc. Precisamos inverter e mudar essa cultura. Acredito que no dia que assumirmos esse que é o desafio maior, que é colocar nos textos constitucionais, nas leis – é fundamental que estejam lá, para assegurar direitos, para evitar discriminação –, mas é fundamental que tentemos mudar a cultura do nosso povo, porque sem essa mudança, é muito difícil o cumprimento das leis. Senadora Benedita da Silva e Srs. Senadores, acredito que essas duas frentes se complementem. Nós, aqui, trabalhando leis, para que se fortaleça o princípio da igualdade e da possibilidade para todas as pessoas e, ao mesmo tempo, contribuindo para que os diferentes valores sejam respeitados. Eu sempre digo que o pressuposto fundamental para a troca é que haja a diferença. Mas para que haja troca é preciso que haja liberdade, porque quando não há liberdade não há troca, há imposição. E só existe respeito numa troca onde há diferença, liberdade e aceitação daquele que quer trocar. A cultura negra está aberta a essa troca. Já demos muito, de forma anônima, e precisamos fazer isto agora, gritando aos quatro cantos do mundo que nós também temos a nossa parcela de colaboração a oferecer.

Neste mês em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher e neste dia solene, eu gostaria de homenagear a Senadora Benedita da Silva, em nome de todas as mulheres negras e brancas e de todos os homens e mulheres do País, dizendo uma poesia – com licença do nosso Senador poeta – que aprendi há muito tempo, ainda adolescente, cujo autor, infelizmente, não me lembro o nome. O nome do livro é *Album de Mulheres*.

"Quando nasceu a menina
Seu Deus Pai, dono do mundo
E sua Mãe, de espinha curva
Decretaram o seu destino
Serás flor amordaçada
Cama e mesa de marido
Terra de frutos futuros
e depois canteiro murcho

A presença das Senadoras Benedita da Silva, Júnia Marise, Emília Fernandes e Marluce Pinto nesta Casa é uma demonstração de que nós mulheres negras, brancas, enfim, não somos canteiro murcho. Não queremos ser flores amordaçadas, não queremos apenas ser terra de frutos futuros. Queremos ser canteiros vivos na multiplicidade da nossa cultura e na possibilidade de trocarmos, com homens e mulheres, os valores que temos e que aprendemos da cozinha a este Senado. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Desiste da palavra o Senador Sebastião Rocha.

Sobre a mesa, projetos de leis que serão lidos pelo Sr. 1^o Se-

cretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 1995

Autoriza o Poder Executivo a conceder pensões especiais a Maria Cecília Bevilacqua de Paiva e Maria Teresa Bevilacqua de Paiva, netas do jurista brasileiro Clóvis Bevilacqua.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensões especiais, no valor de R\$ 214,22 (duzentos e catorze reais e vinte e dois centavos) cada uma, a Maria Cecília Bevilacqua de Paiva e a Maria Teresa Bevilacqua de Paiva, netas do jurista brasileiro Clóvis Bevilacqua.

Parágrafo único. As pensões especiais de que trata este artigo, reajustáveis nos mesmos índices adotados para as demais pensões pagas pelo Tesouro Nacional, não podem ser acumuladas com qualquer outra vantagem paga pelos cofres públicos e extinguir-se-ão com a morte das beneficiárias.

Art. 2º A despesa decorrente desta lei correrá à conta de Encargos Previdenciários da União – Recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

No ano de 1994, o nobre Senador Marco Maciel teve a iniciativa de apresentar proposições nesse sentido. Contudo, por disposição regimental, a matéria, não havendo recebido a manifestação do órgão técnico da Casa, foi encaminhada ao arquivo, ao término da última legislatura.

Dessa forma e considerando-o de grande justiça, reapresento o projeto à consideração do Senado, vez que visa a autorizar o Poder Executivo a conceder pensões especiais a Maria Cecília Bevilacqua de Paiva e a Maria Teresa Bevilacqua de Paiva, netas do consagrado jurista brasileiro Clóvis Bevilacqua, de relevantes serviços prestados à Nação, notadamente na elaboração do Código Civil Brasileiro, quando teve atuação destacada.

Seu firme propósito de servir, colocando seus ideais acima de tudo, inclusive da própria família, causaram-lhe e aos seus descendentes vários dissabores. Quando veio a falecer, nem mesmo casa própria possuía.

Suas netas, beneficiárias desta lei, têm passado por sérias dificuldades de caráter financeiro. Por estas razões, no intuito de prestar merecida homenagem àquele ilustre brasileiro, apresentamos a presente proposta.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1995. – Senador Lúcio Alcântara.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 1995

Dispõe sobre a retenção do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital provenientes de fontes situadas no País, quando percebidos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A remessa de rendimentos e ganhos de capital devidos a residentes ou domiciliados no exterior, provenientes de fontes situadas no País, está sujeita à retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da legislação vigente, seja qual for a natureza ju-

rídica do remetente.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que o imposto devido houver sido pago antecipadamente, em cumprimento das disposições legais vigentes.

§ 2º Nos casos de que trata este artigo, a remessa de divisas para o exterior fica condicionada à apresentação prévia do comprovante de recolhimento do imposto, cabendo a responsabilidade por este recolhimento à instituição financeira que efetuar a remessa, caso não o tenha feito o remente.

Art. 2º É vedado à fonte pagadora dos rendimentos mencionados no artigo anterior assumir o ônus do imposto devido pelo beneficiado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O projeto de lei que ora se apresenta à consideração dos ilustres parlamentares desta Casa visa especialmente coibir irregularidades que constantemente chegam ao nosso conhecimento, prejudicando o Tesouro Nacional, em benefício de entidades domiciliadas no exterior.

O processo usado é o de o remetente de rendimentos ou ganhos de capital assumir o ônus do imposto devido pela legislação brasileira, para depois, invocando isenção imunidade ou qualquer outro artifício, não o resolver aos cofres públicos. O beneficiado dos rendimentos, valendo-se de acordo firmado pelo seu país com o Brasil para evitar dupla tributação, ou da legislação interna (caso dos Estados Unidos da América), informa as autoridades tributárias do seu país que o imposto foi pago pela fonte pagadora de seus rendimentos, compensando o seu valor com o que for por ele devido.

Está, assim, o Brasil deixando de recolher o que por direito lhe cabe, em benefício de uma entidade estrangeira. É situação anômala grandemente prejudicial ao País, que precisa ser corrigida.

O Projeto de lei ora apresentado se propõe a esse papel. Ao estabelecer, no art. 1º, que a remessa dos rendimentos está sujeita à retenção do imposto de renda, seja qual for a natureza jurídica do remetente, visa coibir esse processo de fuga ao pagamento do imposto, seja qual for o artifício usado. A vedação instituída no art. 2º fecha mais uma porta aos intervenientes nas malsinadas operações.

Estas as razões em que me levam a solicitar a aprovação do projeto de lei que ora submeto à apreciação desta Casa.

Sala das Sessões, 21 de março de 1995. – Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 1995

Concede anistia em decorrência de sanções imputadas pela prática de atos ou fatos que busquem resguardar a moralidade pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida anistia civil, penal, trabalhista e administrativa aos brasileiros que praticaram ou colaboraram de forma direta, indireta ou conexa com atos ou fatos que contribuíram para a elucidação de ilegalidades ou irregularidades havidas na administração pública federal a partir de 15 de março de 1990.

Parágrafo único. Os servidores públicos beneficiados com a aplicação do disposto no caput deste artigo terão excluídos de

suas fichas de assentamento funcional qualquer registro relacionado com o objeto desta lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Para se concretizar o processo de **impeachment** do Presidente Fernando Collor de Mello, foi necessário trilhar um longo percurso no qual se engajou toda a sociedade brasileira. Todavia, vários cidadãos ao se empenharem ativamente na tarefa de auxiliar a restauração da ética e da moral na atividade pública foram punidos e estão sendo processados.

Convém fazer um breve retrospecto da conjuntura nesses longos meses do Governo Collor de Mello. Já no curso dos anos de 1990 e 1991, avolumavam-se veementes indícios de ilicitudes e irregularidades no âmbito do Poder Executivo Federal, notadamente em relação a irregularidades no uso, emprego e destinação dos recursos públicos. Os desmandos eram sistematicamente denunciados pela imprensa e no seio do Congresso Nacional, reclamavam-se providências no sentido de coibir os abusos e punir os responsáveis.

A gestão executiva passada, como foi fartamente comprovado, inverteu os valores consagrados, passando a usar das faculdades de que dispunha de forma indevida, ora com manifesto abuso de poder, ora com inescusável desvio de poder. Como invariavelmente ocorre quando o poder é exercido de forma iníqua, deu-se também ao longo do processo graves atos de injustiça no plano pessoal. Situações extremamente injustas, como a punição de advertência imposta ao servidor do Tribunal de Contas da União Clemente Afonso Pereira de Souza, que, na qualidade de Analista de Finanças e Controle Externo daquela Corte, contribuiu sobremaneira para a elucidação de escândalos envolvendo a aplicação de recursos públicos. Casos semelhantes ocorreram também no âmbito do Ministério da Fazenda, como, por exemplo, o do servidor Fernando Cláudio Antunes Araújo, que foi afastado de seu órgão - Departamento do Tesouro Nacional - e até hoje não teve seu processo concluso. Tais situações estão a exigir solução impessoal e justa.

O Congresso Nacional, na sua função fiscalizadora dos atos do Poder Executivo, contou com a valiosa ajuda desses cidadãos, que arriscaram suas carreiras para o restabelecimento da probidade na Administração Pública. Muitos deles estão sofrendo punições e processos pela atitude corajosa que tiveram. Fazer justiça aos que foram injustamente punidos, pelo simples fato de zelarem pela coisa pública, é o mínimo que o Congresso Nacional deve a esses cidadãos. Assim, para reparar esta situação, propomos a nossos pares a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 21 de março de 1995. - Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 1995

Modifica o § 1º do art. 74 do Código de Processo Penal para incluir na competência do Tribunal do Júri o julgamento de crimes contra a Administração Pública, o Sistema Financeiro Nacional, a Seguridade Social e a Ordem Tributária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 74 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 74

§ 1º Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§ 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados, assim como dos crimes contra a Administração Pública, o Sistema Financeiro Nacional, a Seguridade Social e a Ordem Tributária, quando apenados com reclusão".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto tem por objetivo incluir na competência do Tribunal do Júri o julgamento dos crimes contra a Administração Pública, o Sistema Financeiro Nacional, a Seguridade Social e a Ordem Tributária, quando apenados com reclusão, tendo em vista que pela atual sistemática do Código de Processo Penal somente crimes dolosos contra a vida são submetidos a julgamento do Tribunal popular.

Assim, delitos tais como: *peculato, corrupção, concussão, contrabando, denúncia caluniosa, exploração de prestígio*, bem como aqueles contra o Sistema Financeiro Nacional, a Seguridade Social e a Ordem Tributária deixam, pelo projeto, de ser julgados por juiz singular e passam a se-lo pelo Júri, sempre que a pena prevista seja a de reclusão.

Para que se compreenda adequadamente a expansão das atribuições do Júri Popular, que ora estamos propondo, bem assim a constitucionalidade da iniciativa, oferecemos, a seguir, um resumo da evolução constitucional da instituição em nosso País.

O Tribunal do Júri surgiu no Brasil em 1822, competindo-lhe apenas o julgamento dos delitos de imprensa.

A Constituição Política do Império, de 25 de março de 1824, atribuiu competência ao tribunal do Júri para todas as infrações penais e para fatos civis.

A Carta Magna da República, de 24 de fevereiro de 1891, manteve o Júri, elevando-o em nível de garantia individual.

A Constituição, de 16 de julho de 1934, dispôs em seu art. 72: "é mantida a instituição do Júri, com a organização e as atribuições que lhe der a lei".

A Constituição de 10 de novembro de 1937 silenciou a respeito do assunto, dando margem a que o Decreto-Lei nº 167, de 05/01/38, em seu art. 92, b, abolisse a soberania dos veredictos do júri, ao permitir recurso de apelação quanto ao mérito, nos casos de "injustiça de decisão, por sua completa divergência com as provas existentes nos autos ou produzidas em plenário". E conforme o art. 96 do mesmo Decreto, o Tribunal de Apelação poderia aplicar a pena mais justa ou absolver o réu.

A Carta Política de 18 de setembro de 1946 recolocou a instituição entre as garantias individuais, bem como restabeleceu a soberania dos seus veredictos, nos termos de seu art. 141, § 28, verbis: "é mantida a instituição do Júri, com a organização que lhe der a lei, contanto que seja sempre ímpar o número dos seus membros e garantido o sigilo das votações a plenitude da defesa do réu e a soberania dos veredictos. Será obrigatoriamente da sua competência o julgamento dos crimes dolosos contra a vida".

Foi com base nesse dispositivo da Constituição de 1946 que a Lei nº 1.521, de dezembro de 1951, em seu art. 12, atribuiu ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes contra a Economia Popular. Em suma, a Constituição proibiu que a lei ordinária retirasse da competência do Júri os crimes dolosos contra a vida. Contudo, nada impedia que outros crimes fossem submetidos pela lei ordinária ao julgamento do órgão jurisdicional popular.

Por força da Constituição de 1967 e da Emenda Constitu-

cional nº 1, de 1969, a única atribuição do Júri passou a ser a de julgamento dos crimes dolosos contra a vida (arts. 150, § 18, e 153, § 18, respectivamente).

Assim, ficou revogada a Lei nº 1.521/51 na parte em que conferia ao Tribunal do Júri competência para julgamento dos crimes contra a Economia Popular.

A Constituição Democrática de 1988, a exemplo da de 1946, assegura ao Júri a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida art. 5º, inciso XXXVIII, alínea d. Tal competência, compulsória e indeclinável, não é a única, porquanto não se veda ou exclui a competência do Júri para outros delitos. Estabelece-se tão-somente sua competência mínima. Dessa forma, revela-se perfeitamente constitucional a iniciativa de lei que vise a incluir na competência dos Juízes de Fato o julgamento de outras infrações penais.

Ademais, o Júri pode ser considerado, antes de tudo, uma das principais garantias da segurança do indivíduo, pelo fato de o julgamento se fazer pelos próprios integrantes do povo, mediante decisão soberana, que se atém muito mais à justiça do caso concreto do que à aplicação de normas jurídicas abstratas.

Por outro lado, as mutações sociais ocorridas no Brasil, nos últimos anos, estão a exigir do legislador instrumentos capazes de permitir uma atuação mais eficaz na repressão dos chamados "crimes do colarinho branco". É exatamente nesse contexto que se insere o presente projeto, para atribuir ao próprio povo o encargo de decidir, com soberania, na sua condição de titular do poder político, consoante disposto no parágrafo único do art. 1º da Constituição, sobre a culpabilidade, ou não, dos acusados desses delitos.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio dos eminentes Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 21 de março de 1995. – Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

LEGISLAÇÃO CITADA:

CAPÍTULO III

Da Competência pela Natureza da Infração

Art. 74. A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.

§ 1º Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§ 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126, e 127 do Código Penal, consumados ou tentados

* § 1º com redação determinada pela Lei nº 263, de 23 de fevereiro de 1948

* Vide Súmula 603 do STF

* Reconhecimento da instituição do Tribunal do Júri art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal de 1988.

PARTE ESPECIAL (*)

TÍTULO I

Dos Crimes Contra a Pessoa

* Contravenções referentes à pessoa: Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (arts. 18 a 23).

CAPÍTULO I

Dos Crimes Contra a Vida

* Vide art. 5º, XXXVIII, d, da Constituição Federal de 1988.

* Vide Súmula 605 do STF.

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

* Vide art. 1º, III, a, da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

* Vide art. 74, § 1º, do Código de Processo Penal.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II – por motivo fútil;

III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.

(*) No que se refere aos valores das multas, essa Parte Especial está atualizada de acordo com o que dispõe o art. 2º da Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.

V – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

* Vide art. 1º, III, a, da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989.

* Vide art. 74, § 1º, do Código de Processo Penal.

Homicídio culposo

§ 3º Se o homicídio é culposo:

Pena – detenção, de 1 (hum) a 3 (três) anos.

* Vide art. 129 da Constituição Federal de 1988.

Aumento de pena

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de um terço, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) anos.

* § 4º com redação determinada pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

* Vide art. 129 § 7º

§ 5º Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências de infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

* § 5º acrescentado pela Lei nº 6.416, de 24 de maio de 1977.

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio

Art. 122. induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

Parágrafo único. A pena é duplicada:

Aumento de pena

I – se o crime é praticado por motivo egoístico;

II – se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

* Vide art. 74, § 1º, do Código de Processo Penal.

Infanticídio

Art. 123. Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após;

Pena – detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

* Vide art. 74, § 1º, do Código de Processo Penal.

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento

Art. 124. Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque;

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

* Vide art. 74, § 1º, do Código de Processo Penal.

Aborto provocado por terceiro

Art. 125. Provocar aborto, sem o consentimento da gestante;

Pena – reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos.

* Vide art. 74, § 1º, do Código de Processo Penal.

Art. 126. Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de 14 (quatorze) anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.

* Vide art. 74, § 1º, do Código de Processo Penal.

Forma qualificada

Art. 127. As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

* Vide art. 74, § 1º, do Código de Processo penal.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os projetos lidos serão publicados e enviados às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 388, DE 1995

Senhor Presidente,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, transcorre, no próximo dia 8 de maio, o 50º aniversário da vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Cabe mencionar a importância histórica dessa data, que recorda o triunfo da Democracia sobre o jugo nazista, e simboliza o início de uma fase na história contemporânea.

Para o Brasil, em particular, tem significado especial, pois assinala a sua participação ativa e heróica nos campos da Europa, através da Força Expedicionária Brasileira. A cada ano comemoram-se os feitos dos soldados brasileiros naquele conflito, num preito de gratidão e civismo.

Eis porque, Senhor Presidente, vimos requerer a Vossa Excelência, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização no dia 8 de maio, de uma Sessão Especial comemorativa do 50º aniversário da Vitória Aliada na Segunda Guerra Mundial. Desse modo, reverenciaremos a memória dos milhões que tombaram naquele episódio de nossa História e, de maneira muito especial, dos soldados brasileiros mortos em defesa do ideal de democracia e de liberdade.

Sala das Sessões, 21 de março de 1995. – Romeu Tuma – Cassildo Maldaner – José Ignácio Ferreira – Romero Jucá –

Nabor Júnior – Benedita da Silva.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento lido será submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, nos termos do art. 255, I, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 389, DE 1995

Nos termos do art. 336, alínea b, do Regimento Interno, do Senado Federal, requeremos urgência para a Mensagem nº 39, de 1995, que trata da Operação de Crédito Externo entre o Governo do Estado de Sergipe e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Populações de Baixa Renda do Semi-Árido de Sergipe – Pró-Sertão, conforme Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 1995. – Senador José Alves – Jader Barbalho – Valmir Campelo – Junia Marise – Hugo Napoleão – Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento será apreciado após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 1995, do Senador Jader Barbalho, solicitando, nos termos regimentais, seja convocado o Ministro de Estado das Minas Energia, Dr. Raimundo Mendes Brito, a fim de que, perante o Plenário, preste esclarecimento sobre estudos e pareceres que embasarão a escolha do local que sediará as instalações da nova refinaria da Petrobrás.

Em votação o requerimento.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o nobre Senador Ademir Andrade. S. Exª dispõe de 5 minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB-PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de deixar registrado nos Anais desta Casa uma explicação. No dia 17 de fevereiro, fiz um longo pronunciamento na tribuna do Senado e, ao final, apresentei um requerimento convocando o Ministro das Minas e Energia, pelas mesmas razões do Senador Jader Barbalho. S. Exª até, durante o meu pronunciamento, manifestou-se dizendo que faria o requerimento.

Devido a minha pouca experiência nesta Casa, julguei que, ao entregar o discurso e, anexo, o requerimento às pessoas que recebem os nossos discursos para encaminhá-los à Taquigrafia, estaria encaminhado o requerimento. Somente depois é que fui saber que o requerimento tinha que ser entregue diretamente à Mesa, o que só pude fazer na terça-feira, pois na segunda-feira eu estava ausente.

Por isso gostaria de deixar essa explicação. O meu discurso feito no dia 17 teve uma certa repercussão na imprensa – inclusive o Jornal O Globo deu um bom destaque ao falar desta convocação – e gostaria de saber de V. Exª se é possível que sejam votados dois requerimentos concomitantemente, visto que tratam do mesmo assunto.

Quanto ao mérito do requerimento, não tenho a menor dúvi-

da de que será aprovado pela unanimidade dos senadores desta Casa.

Era esse o registro e o apelo que gostaria de fazer à V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Respondo ao Senador Ademir Andrade, dizendo-lhe que, infelizmente, a Mesa terá de proceder à votação do Requerimento nº186 do Senador Jader Barbalho, na forma regimental. Em seguida submeterá ao Plenário o requerimento de V. Ex.^a que tem o nº 200 e que será, naturalmente, considerado prejudicado se tivermos aprovado o primeiro requerimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje pela manhã, no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, prestou depoimento o Dr. Pêrsio Arida, Presidente do Banco Central, sobre um assunto que polariza o País e que levou àquele plenário grande quantidade de Senadores, membros e não-membros da comissão e muitos deputados federais. Creio que o assunto ficou suficientemente debatido e esclarecido.

Desejo comunicar também ao Plenário que há mais de 15 dias foi aprovada na Comissão de Infra-Estrutura, que presido, um requerimento em termos semelhantes por meio do qual se convocam o Sr. Ministro das Minas Energias, Dr. Raimundo Brito, e o Presidente da PETROBRÁS, para prestarem esclarecimento sobre a implantação da nova refinaria no Nordeste. Aprovado o requerimento, já mantive contatos oficiais, por expediente escrito, e informais, por telefonemas, com as duas autoridades que já marcaram data e hora para comparecerem à Comissão de Infra-Estrutura, dia 28, terça-feira próxima, às 10 horas, para no fórum próprio, na Comissão de Infra-Estrutura, prestar os esclarecimentos que esta Casa, evidentemente, requer.

Julgo importante, Sr. Presidente, nesta nova fase do Senado, que as comissões sejam devidamente prestigiadas até para que elas, estimuladas, possam produzir um bom trabalho em favor do próprio País.

Devo fazer esse requerimento, com todo respeito ao requerimento do Senador Jader Barbalho, que claro, expressa a vontade do Plenário, mas pondero o seguinte: Creio que na Comissão de Infra-Estrutura serão prestados os esclarecimentos devidos. Se por ventura algo ficar sem explicação, se algum Senador ainda tiver qualquer questão, que se convoquem as autoridades ao plenário. Mas repito que já estão marcados dia, hora e local para que as duas autoridades venham ao Senado prestar os devidos esclarecimentos sobre esse assunto relevante, para o Nordeste e para o Brasil, da implantação de uma nova refinaria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o nobre Senador Jader Barbalho, para encaminhar a votação. V. Ex.^a dispõe de 5 minutos.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA) Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, sobre este assunto, o jornal *O Estado de S. Paulo* de hoje trata de manifestação do Governador Miguel Arraes, de Pernambuco. E, entre outros pontos, o Governador de Pernambuco, em expediente endereçado ao Presidente da PETROBRÁS, diz o seguinte:

Incomoda-nos estar dentro do que se assemelha a uma guerra fiscal, a pedido da direção da PETROBRÁS. Por isso dispusemo-nos a igualar quaisquer vantagens que tenham sido ou venham a ser oferecidas à PETROBRÁS, sem adotar a atitude de cobrir lances, entrando em condenável e interminável leilão.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é inconcebível que, na

definição de uma planta industrial da importância de uma refinaria, se esteja a permitir uma verdadeira guerra entre os Estados do Nordeste e do Norte do Brasil.

Nós temos assistido a manifestações por intermédio dos mais variados meios de comunicação, inclusive até com a utilização de outdoors por parte de governos, por parte de entidades que cobram do Presidente da República uma definição a respeito da implantação dessa nova refinaria da PETROBRÁS.

Diversos Senadores têm se manifestado a respeito deste assunto. Todos exigem, da parte da PETROBRÁS, do Ministério das Minas e Energia, uma definição que tenha por base pareceres que tenham sustentação econômica, que visem aos interesses da empresa e, por consequência, aos do País.

É muito triste, Sr. Presidente, que Estados do Nordeste e do Norte, interessados evidentemente em terem a chance de ampliar o desenvolvimento em suas respectivas áreas, estejam a transferir ao Presidente da República a definição de uma questão que – me parece – deve ter sustentação fundamentalmente técnica e econômica.

E mais, Sr. Presidente: Nesse momento, a Câmara começa a discutir a reforma constitucional, que objetiva a flexibilização da política de petróleo do Brasil em relação ao monopólio da PETROBRÁS, isto é, induz a que a PETROBRÁS seja cada vez mais competitiva, que a iniciativa privada tenha o seu espaço e, por via de consequência, a PETROBRÁS possa, repito, ter o seu poder de competição nessa área ampliado.

Um outro aspecto, Sr. Presidente, me preocupa nesta discussão: a PETROBRÁS é uma sociedade de capital aberto, com ações em Bolsas de Valores; portanto, seu patrimônio não pertence apenas ao acionista majoritário, no caso o Governo brasileiro; há ações que pertencem a Estados, ações que pertencem a Municípios, mas é a sociedade brasileira que participa das ações da PETROBRÁS. Por isso mesmo não podemos conceber que a decisão a ser tomada seja de natureza política, porque irá ferir não só os interesses da PETROBRÁS como empresa, mas também os interesses de seus acionistas.

Pela leitura que fiz há pouco, podemos verificar que um governador da importância de Miguel Arraes informa à PETROBRÁS que está disposto a oferecer as mesmas condições, apesar de se recusar a um leilão, no que diz respeito à disputa pela implantação da refinaria.

Creio, portanto, que a decisão a ser tomada por parte do Governo deva ser de natureza técnica, que objetive o crescimento contínuo da PETROBRÁS, porque ficará muito difícil para o Presidente da República justificar por que escolheu Pernambuco, ou Maranhão, ou Rio Grande do Norte, ou Ceará, ou o Pará. Ficaremos nós, representantes desses Estados, em posição de dificuldade se a questão for tratada dessa forma.

Creio que o caminho adequado é o Senado e a Câmara exigirem, da parte do Ministro das Minas e Energia, da parte da PETROBRÁS, uma manifestação técnica sobre o assunto. Acredito que com isso poderíamos evitar essa guerra – se é que se pode chamar de guerra –, entre os Estados pobres do Brasil, todos necessitando, cada vez mais, da oportunidade do desenvolvimento.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Senador Ademir Andrade que muito me alegra estar junto com S. Ex.^a, na representação do Pará, lutando por este assunto.

Em relação à intervenção do nosso querido José Agripino, quero dizer que, da minha parte, Sr. Presidente, não tenho nenhuma dificuldade em aceitar a tese de que a Comissão de Serviço de Infra-Estrutura possa apreciar o assunto.

Entendo apenas que, como este assunto tem empolgado tantos setores, tantos interesses, fundamentalmente no Nordeste, o

plenário da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura será pequeno para abrigar todos os que desejarem acompanhar de perto a discussão deste assunto – representantes dos Governos interessados, de entidades representativas da sociedade civil, entidades de classe, federações de indústrias, associações comerciais, Assembleias Legislativas. Sugiro então que a Comissão se realize no plenário do Senado, por ter um espaço maior, portanto, mais adequado.

O que desejamos com este requerimento, Sr. Presidente, é fazer cessar o que seria essa guerra entre Estados tão pobres da Federação. O Ministro das Minas e Energia e também a PETROBRAS poderiam, assim, de forma clara, prestar as informações de que a sociedade brasileira necessita e que o Senado poderá conseguir nessa audiência.

Eram essas as considerações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Freire, do Estado de Pernambuco. A seguir, darei a palavra ao Senador Beni Veras.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a questão da refinaria da PETROBRAS para o Nordeste é uma longa história. V. Ex^a, Sr. Presidente, a conhece muito bem. Ela vem do período em que V. Ex^a exerceu a Presidência da República.

Naquela oportunidade, a PETROBRAS já tinha definido a instalação de uma refinaria no Nordeste. E quero frisar bem "Nordeste", pois há um fato estranho do ponto de vista geográfico e das regiões administrativas brasileiras, qual seja, que o Nordeste se estendeu até a Amazônia. Nada contra qualquer extensão que se possa fazer quando há definições de política econômica estratégica para o País. Entretanto, fatos estranhos ocorrem com a definição dessa refinaria para o Nordeste.

Hoje é uma exigência da economia brasileira. Isso não é política compensatória para o Nordeste, não é reivindicação dos nordestinos. A expansão da demanda exige que a PETROBRAS amplie o refino de petróleo em nosso País.

Há um dado importante. Essa discussão deveria ter nítida definição técnica e econômica, tal como foi feito no caso de outras refinarias, quase todas elas sediadas no Sudeste e no Sul brasileiro, com exceção da refinaria de Manaus. Em nenhum momento a PETROBRAS colocou em discussão quais as vantagens que poderiam ser oferecidas pelos Estados. Quando decidiu instalar uma refinaria em São Paulo, não procurou o rico Estado de São Paulo para saber o que ele oferecia para essa instalação, quer dizer, facilitar a sua rentabilidade ou o retorno do capital. Seguiu as definições técnicas e econômicas das economias externas daquela refinaria, particularmente a questão do mercado consumidor.

Esperávamos que, em função da expansão da demanda, com relação à refinaria do Nordeste, se seguisse o mesmo procedimento. A PETROBRAS, órgão executor do monopólio – e é bom que eu afirme aqui que quero que continue como executor do monopólio da União no campo petrolífero – deveria ter a sua definição; e o Governo, sem qualquer constrangimento de ordem política, pelas injunções outras, deveria dar a sua decisão para o projeto do Executivo. Isso não ocorreu, gerando, contudo, nos Estados pobres da Federação uma verdadeira guerra fiscal.

Pior ainda, porque estamos sabendo que a definição para a instalação da refinaria será por critério de vantagens que possam ser oferecidas pelos incentivos fiscais. Isso, evidentemente, é um absurdo, até porque incentivos fiscais vão ser reavaliados. Este Congresso vai discutir uma reforma tributária e fiscal. Portanto, alguns desses incentivos podem até perder a sua condição de operacionalidade em função da inexistência de um ICMS. Vai haver

mudanças exatamente no setor tributário, onde os Estados estão desenvolvendo as suas propostas.

Esse fato, em conversa com o Senador José Agripino, do Rio Grande do Norte, Presidente da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, já me levou a levantar a hipótese de que essa política que a PETROBRAS gerou na questão da refinaria do Nordeste pode estar atentando contra os postulados da Federação.

Esta Casa tem por competência evitar uma guerra fiscal entre Estados neste País. Seria importante que ela exigisse da PETROBRAS a definição de parâmetros. E, com base nesses parâmetros, em igualdade de condições, todos os Estados que lutam pela microlocalização da refinaria poderiam adaptar as suas legislações e não entrar em disputas do tipo: quem dá mais.

Acredito que esta Casa poderia fazer isso. Seria sua obrigação. É algo que precisamos estudar. A Comissão de Serviço de Infra-Estrutura ao convocar o Ministro e o Presidente da PETROBRAS, o fez exatamente para discutir essas possibilidades.

Não podemos continuar assistindo a esse digladiar de quem dá mais à PETROBRAS. Não podemos permitir que alguns argumentem que, se for atendido aquilo que alguns Estados nordestinos estão concedendo, talvez a PETROBRAS em menos de dez anos possa ter todo o retorno dos seus investimentos – algo inimaginável num projeto de tamanha magnitude: mais de 1,5 bilhão de dólares.

Estados pobres se digladiando por algo que não é política compensatória, que não é solicitação dos nordestinos, evidentemente, é inadmissível. Constrange o Presidente. O primeiro grande investimento do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, não pode, sob pena de fragilizar o seu Governo em qualquer outra determinação estratégica, basear-se em injunções políticas ou em ganhos outros que não sabemos se terão continuidade. Deve basear-se na técnica e nos condicionamentos econômicos. E é isso que temos que exigir.

Quanto ao requerimento, gostaria de dizer que não vamos aqui fazer uma outra disputa. Na Comissão, em função do próprio Regimento, pode-se ter muito maior flexibilidade – desculpem-me o termo da moda – para que essas questões sejam discutidas em profundidade. Então, se necessário, poderemos trazê-las para o ambiente mais solene, com normas regimentais mais rígidas, ou seja, trazê-las a plenário.

O primeiro debate, até mesmo por conta dessa flexibilidade que as Comissões permitem, defendendo que deva ser na Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, posteriormente, dependendo de uma análise, ele poderá ser transferido para o plenário do Senado. Essa é a nossa posição.

O SR. BENI VERAS – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS (PSDB-CE) Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas lembro que o Senador Jader Barbalho chamava a atenção, ironicamente, para essa situação que estamos vivendo.

Foram instaladas inúmeras refinarias no País – em São Paulo, no Paraná, no Rio Grande do Sul –, e não se tinha notícia disso, pois foram atitudes naturais da PETROBRAS.

Agora, quando se caminha para a instalação de uma refinaria no Nordeste, institui-se uma verdadeira guerra regional em busca dela. Até somos levados a uma atitude parecida com a de crianças pobres, cada uma com um garfo, junto a uma mesa com um só pedaço de pão. Trata-se de uma luta da qual talvez todos saíamos feridos, porque estamos sendo postos numa disputa descabida, que deveria ser resultado de uma decisão natural da PETROBRAS.

Na medida em que nós, Estados do Nordeste, interessados na refinaria, pressionamos a PETROBRÁS por uma decisão e não temos condições de chegar a um acordo, apenas dificultamos o problema.

Penso que devemos entregar à PETROBRÁS a decisão técnica de buscar o melhor critério, que seria a única forma de contentar os interessados, sem qualquer divergência; caso contrário, jamais chegaremos a um acordo a respeito da instalação da refinaria.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considero absolutamente normal esse debate que está se travando em torno da localização da refinaria.

Nós, no Sul, também já tivemos problemas semelhantes a esse. V. Ex.^a, na época Presidente da República, deve lembrar-se da polêmica que se travou, por exemplo, em torno da duplicação do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul ou da criação do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Quando se construiu a Refinaria Alberto Pasqualini também houve uma grande polêmica entre instalá-la no Rio Grande do Sul ou no Paraná. Isso é absolutamente normal.

Concordo plenamente com o Senador Beni Veras, quando S. Ex.^a afirma que isso tem de ser feito em termos de debate e reivindicação, mas encontrando uma fórmula que seja absolutamente compensatória.

Não creio – e não passa pela cabeça de ninguém – que o Presidente Fernando Henrique Cardoso haverá de querer tomar uma decisão de fonte própria, sob o ponto de vista político de uma decisão, que não seja aquela absolutamente técnica, da qual façam parte a PETROBRÁS e o conjunto.

Creio, Sr. Presidente, que seja fácil entendermos o investimento de US\$1,5 a US\$2 bilhões para a criação e a construção de uma refinaria, o que significa verbas e impostos para o Estado. É mais do que compreensível o debate que se esteja travando.

Com toda sinceridade, quer o debate se trave no plenário ou na Comissão, será em termos de uma discussão, em que posso antever a figura do Ministro declarando que um dia o Brasil crescerá e teremos uma refinaria no Recife, outra em Fortaleza, em Belém, em Teresina, em São Luiz, em todos os lugares. De certa forma, foi o que aconteceu no Sul: saiu a do Rio Grande do Sul e também a do Paraná.

Entendo que não podemos constranger o Presidente da República sob o argumento de imaginar que Sua Excelência possa querer tomar a decisão. Aliás, já li, em determinado jornal, uma manifestação de Sua Excelência, com a qual estou de acordo, no sentido de que quem decidirá é a PETROBRÁS. Resta saber qual Estado indicará o Presidente da PETROBRÁS.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex.^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi muito importante constatar hoje, pelo quadro de presença dos Senadores, que praticamente apenas o nosso querido Alexandre Costa não está presente na Casa. Fico feliz por estar aqui, discutindo temas tão importantes.

Gostaria de solicitar ao meu Líder, Jader Barbalho, que fi-

zesse uma concessão ao fortalecimento de nossas Comissões técnicas, porque pela Ordem do Dia de hoje, por exemplo, estamos com a Casa cheia e praticamente não vai-se decidir nada. Então, se as Comissões técnicas não se fortalecerem, não tiverem decisão interna, vamos ter um plenário lotado, talvez desmotivado até para estar aqui presente.

Por isso eu queria pedir que essas discussões primeiramente sejam feitas nas Comissões técnicas, como é o caso da nossa, Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, e que especialmente nelas não só venha o Ministro como também o Presidente da PETROBRÁS. Creio que, para uma primeira conversa, será muito importante um tema informal, sobre dados e preocupações da Casa, para depois, quem sabe, em outra audiência, S. Ex.^a vir também ao plenário do Senado Federal.

Além disso, na solicitação da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, pedi que fosse incluído também o tema do poliduto do Centro-Oeste. Esse poliduto é vital para o nosso Estado e para a nossa Região, que ligará São Paulo, até o ano de 1998, às seguintes cidades: Goiânia, Brasília e Cuiabá.

Portando, peço a compreensão do meu Líder, Senador Jader Barbalho, para que abra mão do seu requerimento em favor do fortalecimento das Comissões técnicas desta Casa.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu gostaria que o meu Líder, Senador Jader Barbalho, mantivesse seu requerimento.

Hoje tivemos a oportunidade de ver a Comissão de Economia receber o Presidente do Banco Central e verificamos que o espaço é pequeno. É muito importante que venhamos debater este assunto com o Sr. Ministro aqui no plenário, pois é difícil que todos os Srs. Senadores consigam, na Comissão, discutir o assunto.

Por isso, pediria ao meu Líder que mantivesse o requerimento e que os Srs. Senadores votassem favoravelmente à sua aprovação.

Muito obrigado.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jader Barbalho, na forma do art. 14, item VI, uma vez que foi citado e pede a palavra nos termos deste Regimento.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer duas observações sobre a solicitação que me foi apresentada pelo Senador Mauro Miranda e pela observações feitas pelo Senador Gilberto Miranda.

Antes que este requerimento fosse colocado em votação, hoje, o Presidente da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, Senador José Agripino, solicitou-me ajuda no sentido de que este tema pudesse ser levado à Comissão.

Declarei ao nobre Senador que, após a aprovação deste requerimento, não haveria dificuldade em tentarmos, com a Presidência da Casa, conciliar os interesses, porque o que o Senado deseja é que o Ministro e o Presidente da PETROBRÁS estejam aqui conosco para discutir o tema.

Não entendo que a aprovação do requerimento possa prejudicar os entendimentos que venham a ser feitos juntamente com o Presidente da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura e V. Ex.^a, Sr. Presidente.

Queria apenas deixar claro à Casa que, quando da apresentação do nosso requerimento, as Comissões técnicas ainda não haviam sido instaladas. Daí a iniciativa do meu requerimento. Se já estivessem sido instaladas, evidentemente, o lugar mais adequado e prioritário seria o da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura.

Todavia, gostaria de reforçar o argumento apresentado há pouco pelo Senador Gilberto Miranda e a que, aliás, eu já havia me referido quando encaminhei a votação: o plenário da Comissão seguramente será muito pequeno para abrigar as pessoas interessadas na discussão deste tema. Não tenho a menor dúvida de que se formarão caravanas dos respectivos Estados do Nordeste interessados nessa questão e até do meu Estado, Pará, para assistir à exposição do Ministro de Minas e Energia a respeito dessa questão.

Portanto, acredito que o Plenário da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura será pequeno para abrigar essas pessoas interessadas, que, seguramente, sairão frustradas se não puderem assistir à exposição. Por outro lado, será positivo para todos nós que essas pessoas, que irão se deslocar de seus respectivos Estados, tenham a chance de assistir a esse importante debate para os Estados do Nordeste e para o meu Estado do Pará. Por isso mesmo, Sr. Presidente, peço ao Plenário que aprove o meu requerimento e que, posteriormente, possamos fazer uma avaliação em conjunto com o ilustre Presidente da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, a fim de conseguirmos adequar o que desejamos, ou seja, que o Ministro de Minas e Energia e o Presidente da PETROBRAS possam oferecer essas informações que inquietam diversos setores de Estados nordestinos e do Norte do Brasil. Mais nada além disso. Não há a paternidade da iniciativa dessa questão, em absoluto. Essa questão é de interesse de todos nós, e o objetivo, portanto, é apenas o esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Liderança do Partido da Frente Liberal nada tem contra a convocação de Ministro de Estado, até porque julga que isso seja extremamente salutar para os debates e o andamento dos trabalhos da Casa. Os debates são salutares – como disse – e são profícuos, são pertinentes, são democráticos.

Ocorre, todavia, como bem disse o Líder do PMDB, o nobre Senador Jader Barbalho, que, quando de seu requerimento, ainda não se havia instalado a Comissão de Serviço de Infra-Estrutura. Isso já ocorreu, e tendo em vista este fato, e o fato de o Senador José Agripino, que aqui usou da palavra, requerer que houvesse prevalência da audiência da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, acredito que seja, a esta altura, uma vez já instalada a Comissão, mais interessante que S. Ex^a, o Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, seja ouvido pela própria Comissão.

Naturalmente, o assunto é da maior importância. Há, pelo menos, 4 Estados do Nordeste altamente interessados, todos com propostas qualificadas; a discussão e o debate são, repito, pertinentes, tempestivos e oportunos.

Então, gostaria de dizer que consultei o nobre Senador José Agripino, e S. Ex^a sugere uma fórmula que talvez possa ser interessante, caso se deseje dar magnitude a essa reunião: é utilizar-se, por exemplo, o Auditório Petrônio Portella para que um número maior de pessoas possa acorrer a esta reunião da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, pois a própria sala de reuniões da Comissão não comportaria todos os interessados.

Faria ao Plenário e aos Líderes, aqui presentes, uma ponderação:

não somos contrários; vemos com bons olhos a presença de Ministros de Estado no plenário desta Casa. Sugerimos, apenas, que, uma vez já instalada a Comissão específica, que seja a ela destinado o interrogatório do Ex^m Sr. Ministro, por ser a primeira instância e o primeiro local onde realmente deva se abrigar tal matéria. Nestes termos, é que faço o apelo às Lideranças e à Mesa, dando preferência à colocação do Senador José Agripino. Se tal não for possível, encaminho pela rejeição da proposição.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Convido os Senadores Romero Jucá e Lucídio Portella para comporem a Mesa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lembro, na ocasião em que se discute este requerimento do Senador Jader Barbalho, que há alguns dias, neste mesmo plenário, quando estava para ser votado o requerimento do Senador Edison Lobão, que previa a criação de uma comissão especial para o acompanhamento dos estudos e providências referentes à decisão para a instalação de uma refinaria, S. Ex^a concordou em retirar o requerimento, compreendendo que o fórum próprio, mais adequado para a discussão do referido assunto seria a Comissão de Serviço de Infra-Estrutura. Imagino que as Comissões permanentes devam ser o fórum mais adequado para que sejam discutidos assuntos dessa natureza. Claro, nada obsta que os Ministros venham ao plenário para se manifestar sobre diferentes assuntos para os quais tenham sido eventualmente convocados. O nobre Senador Jader Barbalho disse muito bem que apresentou esse requerimento quando as Comissões ainda não estavam constituídas.

Ora, temos já uma data aprazada, já definida, acordada entre o Ministro e a Presidência da Comissão. Apelo para a compreensão do Senador Jader Barbalho, e filio-me àqueles que advogam a discussão desse assunto, pelo menos inicialmente, na Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, para que possamos inclusive fortalecer a Comissão; porque se essas comissões, por razões de natureza física, não comportarem as pessoas interessadas, e deixarem de ser o fórum próprio para essas discussões, vamos agora ter Ministros seguidamente vindo ao plenário.

A Comissão de Serviço de Infra-Estrutura já se apressou e já aprazou a data para que o Ministro aqui viesse. O Senador Jader Barbalho informou que quando apresentou o seu requerimento as Comissões permanentes ainda não tinham sido instaladas; então, secundando as palavras do Líder do PFL, Senador Hugo Napoleão, apelo pela aquiescência do Senador Jader Barbalho para que, pelo menos nessa fase inicial dos debates, a presença do Ministro para esse assunto fosse feita na Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, como realmente está acertado.

O SR. JADER BARBALHO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou insistir. O meu desejo é que as autoridades ligadas ao setor venham à Casa. Já esclareci ao Plenário que, quando eu e o Senador Ademir Andrade apresentamos o requerimento, as Comissões não estavam instaladas. Não tenho, particularmente, na condição de Líder, o menor interesse em desprestigiar as Comissões técnicas da Casa. Muito pelo contrário.

Quanto fui procurado pelo Presidente da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, acertei com o Senador José Agripino que, aprovado o requerimento, combinaríamos com a Presidência. Estamos encaminhando a votação desse requerimento. Não quero absolutamente criar nenhum constrangimento aos colegas, muito menos sobre um tema do qual todos somos a favor, ou seja, que as

autoridades competentes venham ao Senado para discutir o assunto.

Como não desejo, Sr. Presidente, criar nenhum constrangimento, indago a V. Ex^a se, a esta altura do debate, é possível retirar o requerimento. Não desejo absolutamente criar nenhuma dificuldade. O meu objetivo é um só: que o Ministro e o Presidente da PETROBRAS sejam ouvidos. Não me interessa, portanto, o mérito de ser meu o requerimento trazido ao Plenário. Quando argumentei quanto ao Plenário, quis referir-me à questão do espaço. Mas uma alternativa já foi encontrada. Não desejo, portanto, Sr. Presidente, criar nenhum constrangimento e muito menos deixar de prestigiar uma das Comissões técnicas da Casa.

Se V. Ex^a, interpretando o Regimento, verificar que há possibilidade da retirada dele a esta altura da discussão, considerando que já há uma data apazada na Comissão técnica da Casa, considerando ainda a possibilidade de o debate ser realizado em outro espaço, o meu objetivo é única e exclusivamente dar a chance ao Senado e à sociedade brasileira de conhecer os argumentos de natureza técnica, tidos pela PETROBRAS e pelo Ministério das Minas e Energia.

Se V. Ex^a encontrar a solução regimental, da minha parte, como autor do requerimento, sem a menor dificuldade, retiro-o em favor de que possa ser realizado pela Comissão de Serviço de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – De acordo com o Regimento, no art. 256, V. Ex^a poderá, a qualquer momento – qualquer autor de proposição –, retirá-la. Apenas quero lembrar ao Plenário que, se V. Ex^a retirar o seu requerimento, temos que votar, em seguida, um outro requerimento no mesmo sentido do Senador Ademir Andrade, que seria considerado prejudicado se o de V. Ex^a fosse aprovado.

Assim, V. Ex^a pode retirar, mas o Plenário voltará a apreciar a questão. De maneira que, se V. Ex^a retirar, pode encaminhar à Mesa um expediente nesse sentido.

Consulto o Senador Ademir Andrade se deseja retirar o seu requerimento ou mantê-lo.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, se este é o desejo da Casa, se todos os Srs. Senadores entenderem que é melhor esse debate na Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, eu também retiro o requerimento. A intenção nossa é compreender o fato, e ainda penso que aqui seria melhor, mas temos que considerar a experiência de outros Senadores. Se for o caso de haver um consenso no sentido de que seja na Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, também aceito retirar o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa aguarda a formalização da retirada do requerimento pelos Líderes do PSB e do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa está aguardando os dois requerimentos para submetê-los ao Plenário. (Pausa)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1^o Secretário, em exercício, Senador Lucídio Portella.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 390, DE 1995

Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requero a retirada do Requerimento nº 186, de 1995.

Sala das Sessões, 21 de março de 1995. – **Jader Barbalho.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria é, então, retirada.

Ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Secretário, em exercício, Senador Lucídio Portella.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 391, DE 1995

Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requero a retirada do Requerimento nº 200, de 1995.

Sala das Sessões, 21 de março de 1995. – **Ademir Andrade.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a decisão do Plenário.

A matéria constante do item 2 da Ordem do Dia é retirada.

Ao Arquivo

É o seguinte o item, cuja matéria é retirada:

– 2 –

Votação, em turno único, do Requerimento nº 200, de 1995, do Senador Ademir Andrade, solicitando, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, a fim de prestar informações sobre a futura instalação da décima segunda refinaria da Petrobrás.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 389, de urgência, lido no Expediente, e que tramita em conjunto com o Ofício nº 061, de 1993.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente, nos termos do art. 345, II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 388/95, lido no Expediente, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Teremos no dia 8 de maio sessão especial, conforme deliberado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 387, lido no Expediente, de autoria do Senador Geraldo Melo.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1^o Secretário, em exercício, Senador Lucídio Portella.

São lidas as seguintes

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, nos termos dos arts. 55, III, da Constituição e 39, a, do Regimento Interno, me ausentarei dos trabalhos da Casa, para participar da No-

naágésima Terceira Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Madrid – Espanha, no período de 26 de março a 6 de abril do corrente ano.

Atenciosas saudações

Sala das Sessões, em 21 de março de 1995. – Senador **Ronaldo Cunha Lima**.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, nos termos dos arts. 55, III, da Constituição e 39, a, do Regimento Interno, me ausentarei dos trabalhos da Casa, para participar da Naágésima Terceira Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Madrid – Espanha, no período de 25 de março a 2 de abril do corrente ano.

Atenciosas saudações

Sala das Sessões, em 21 de março de 1995. – Senador **Guilherme Palmeira**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As comunicações lidadas vão à publicação.

Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB-AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a atenção do Senado para dar conhecimento ao Plenário sobre o andamento dos trabalhos do grupo que vai propor a modernização e a reforma desta Casa. Juntamente com os Senadores Ney Suassuna e Luiz Alberto de Oliveira, entregarei um questionário a cada Senador, para que, por seu intermédio, possamos aferir os posicionamentos com relação às mudanças pretendidas, em face das angústias e da consciência de cada um.

É um questionário abrangente, amplo, com 81 questões. Nele os Senadores vão expor as suas vontades para que, num curtíssimo espaço de tempo – 20 dias após a instalação do grupo, o que ocorreu no dia 8 de março – possamos apresentar um relatório preliminar sobre as transformações propostas.

Ressalto que é indispensável a colaboração e a participação de cada Senador, a fim de que possamos, no mais tardar até sexta-feira, ter de volta esses questionários, que, sem dúvida nenhuma, balizarão o posicionamento que o grupo vai tomar.

Aproveito a oportunidade para fazer uma breve relato sobre o andamento dos nossos trabalhos. No dia 08 de março, instalamos o grupo com a presença significativa de vários Senadores e abrimos um prazo de 15 dias para recebimento de propostas e sugestões. Estamos fazendo, paralelamente, um levantamento que objetiva confirmar um diagnóstico que já se conhece. Vamos realizar, na próxima sexta-feira, um seminário com a participação dos chefes de gabinetes dos Senadores para discutir o funcionamento da Casa e o que pode ser feito no sentido de melhor aparelhar os gabinetes para o exercício do mandato de cada um de nós. Nos próximos dias, especificamente nos dias 04 e 07, promoveremos seminários sobre a área administrativa, com a participação dos diretores; e sobre o processo legislativo, com a participação dos diretores e das pessoas que cuidam da matéria. Realizaremos, também, no dia 25, um seminário externo com a participação de vários cientistas políticos; nele trataremos da crise do Parlamento no mundo. Desde já, asseguramos a presença da Professora da UNICAMP, Angelina Figueiredo, e do Professor Roberto Romano, para tratarmos dos problemas que entravam o funcionamento do Senado, que angustiam cada um de nós, no exercício dos nossos mandatos.

Ressaltamos, também, a importante contribuição que temos recebido dos servidores da Casa, cuja vinculação ao processo de reformas é imprescindível e desde já está sendo muito relevante.

Os levantamentos que estamos realizando, Sr. Presidente,

em todos os setores do Senado – na Gráfica, no Prodasen e na Subsecretaria de Serviços Gerais – sobre a área administrativa e sobre a área legislativa culminarão com o relatório que vai, na prática, respaldar o relatório preliminar que vamos oferecer daqui a alguns dias.

É importante referir também que a segunda fase dos trabalhos do grupo terá mais 60 dias contados a partir da sua instalação até a entrega do relatório final.

Gostaríamos de registrar que o grupo está funcionando na sala 17 da Ala Senador Alexandre Costa. E para se ter uma idéia da disposição, da vontade, do desejo deste Plenário com relação à mudança do Senado, é importante ressaltar que tramitam na Casa 33 projetos de resolução e 22 outros, alterando o Regimento Comum, que se encontram em pauta para votação – isso foi observado no dia 3 de março –, o que expressa, sem sombra de dúvida, o desejo de transformação.

O Senado tem uma tríplice finalidade: a representação política, o exercício do poder governamental pela elaboração de normas e leis e o controle e a fiscalização do Executivo.

Sr. Presidente, essas distorções, essas disfunções, essas superposições, esses congestionamentos acontecem – todos sabemos – por motivos diferentes, mas têm na prática a mesma consequência: a diminuição da imagem do papel público do Senado Federal e, por isso mesmo, desde já, precisam ser enfrentados e vencidos.

Para V. Ex^{as} terem uma idéia, das últimas mil e cem leis sancionadas, o Poder Executivo tomou a iniciativa em 81% delas. Esse quadro não pode continuar. E, a fim de que essa situação seja enfrentada, é importante a participação de todos os Srs. Senadores para que possamos, num curtíssimo espaço de tempo, apresentar pelo grupo o relatório preliminar, discutir esse relatório e encaminhar, mediante projeto de resolução, emenda constitucional, ou qualquer outro dispositivo, as mudanças e as transformações que o Senado Federal deseja e que o povo brasileiro cobra de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella.

A SRA. JÚNIA MARISE – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. JÚNIA MARISE (PDT-MG. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, renovam-se, ainda, em todo o nosso Estado, as homenagens que vêm sendo merecidamente tributadas à memória de Edilson Brandão Guimarães, Prefeito Municipal de Janaúba e reverenciada liderança política de Minas Gerais.

Administrando município reconhecidamente pobre, porfiando dia após dia com incontornáveis dificuldades orçamentárias, mesmo assim, mercê de inextinguível dedicação à causa pública, realizou admirável gestão administrativa, sobretudo nas áreas da Educação e da Saúde, alvos principais de seus muitos projetos e numerosas realizações.

Edilson Brandão, avesso à notoriedade, nem por isso deixou de integrar o quadro de expoentes do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Escolhera a vida pública como quem troca uma existência amena pela de sacrifícios, pela batalha incessante contra a miséria de sua gente e o atraso de uma região reconhecidamente pobre e assolada pela miséria permanente.

Edilson Brandão Guimarães nasceu em vinte e sete de abril de 1933, na cidade de Abre Campos, na Zona da Mata, fixando-se,

ainda muito jovem, no norte de Minas. Cedo, revelou-se destacada liderança no meio rural, vindo a presidir a Cooperativa do Vale do Gorutuba – COVAG – e assumindo, mais tarde, o Executivo do segundo maior município do norte de Minas.

Prefeito de Janaúba, edificou muitas obras, lutando para ver implantando o curso superior de Agronomia, ministrado pela Universidade Estadual de Montes Claros, para transformar o município num pólo de tecnologia agrícola.

Edilson Brandão, desde o exercício da chefia do Sindicato Rural de Janaúba, obteve o apoio necessário à criação da Escola Agrotécnica Federal, implantando-a, já como Prefeito, após a liberação das verbas autorizadas pelo Ministério da Educação.

Promoveu a construção da Avenida Prefeito Flamarion Wanderley e de pelos menos cinco estabelecimentos escolares de níveis primário e médio, reformando também a rede de assistência médico-social. Criou a Agência Transfusional e o Laboratório de Prótese. Deu início à construção do Hospital Regional, com uma capacidade de cinquenta leitos e previsão para outros cento e vinte, quando possível a ampliação.

Edilson Brandão Guimarães enxergava na terra seca e improdutiva um solo de atraente beleza, produzindo muitos alimentos, vendo no norte mineiro a "Califórnia Brasileira", que pontilhava todos os seus sonhos.

Confrontado com o quadro crítico de sua saúde, debilitada em dez anos de invencível enfermidade, que poderia inviabilizar a luta pelo surgimento da "Califórnia Brasileira", cantada apaixonadamente, revelou notável força de espírito, resumindo-a na sentença de que "o homem que sonha não morre."

Aos sessenta e um anos de idade e a despeito de sua enorme resistência física e vontade de viver, por mais de uma vez teve de se afastar da Prefeitura, submetendo-se a repetidos internamentos hospitalares.

As cerimônias celebradas com a presença de inumerável legião de amigos, parentes e anônimos cidadãos ocuparam o Centro Cultural Marly Sarney, de Janaúba, prosseguindo na sede da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE – AMAMS, em Montes Claros, de onde o corpo foi levado para o sepultamento no Cemitério do Bonfim.

Em todos esses dolorosos instantes, o querido líder sindical e político recebeu testemunhos de solidariedade, o pranto do povo, a consternação da família, a tristeza que a todos alcançou e não vai embora. Ao seu lado, sempre, a presença da mulher, Maria Aparecida Figueiredo, e dos filhos Edilson Brandão Júnior, Evana, Simone, Raquel e Elbe Brandão – esta Deputada Estadual, jovem e atuante quadro do nosso Partido na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

O cenário político mineiro, sem a presença apaixonada de Edilson Brandão, sem a sua forte determinação, o modo sincero e franco que em todos os momentos revestiam a sua luta pelos interesses da região e de Minas Gerais, por certo perdeu suas cores e está definitivamente mais pobre.

Assim, Sr. Presidente, consignamos nos Anais do Senado da República a nossa homenagem à memória de Edilson Brandão Guimarães, o testemunho dos que aqui ficaram presos a um sentimento irreparável de perda, amenizado apenas pela admiração de seus exemplos e pela exaltação continuada de sua existência, profícua de ensinamentos, generosa de dádivas, plena de realizações.

O Sr. Arlindo Porto – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senadora Júnia Marise?

A SRA. JÚNIA MARISE – Ouço com prazer o aparte de V. Ex^a

O Sr. Arlindo Porto – Senadora Júnia Marise, neste momento, gostaria de solidarizar-me com a homenagem que é presta-

da por V. Ex^a a Edilson Brandão: esposo, pai e um amigo. Sem dúvida, Edilson Brandão dedicou sua vida ao norte de Minas Gerais, uma região cheia de distorções, com as águas do São Francisco, mas com escassez de água em algumas áreas do Estado. Ele soube, como líder classista, defender aqueles que, sem dúvida, queriam e querem o desenvolvimento do norte de Minas. Ele soube, como prefeito, dedicar sua vida em prol dos menos favorecidos. Ele soube ser um grande homem, um grande mineiro, um grande brasileiro. Se perdemos Edilson Brandão, ganhamos sua fé, sua esperança e sua vontade de trabalhar. Apresento minha solidariedade à homenagem que hoje é prestada ao nosso grande Líder e grande amigo.

A SRA. JÚNIA MARISE – Incorporo com muito prazer à nossa homenagem – que solicitamos seja transcrita nos Anais desta Casa – as palavras de V. Ex^a, que conheceu de perto a atuação, o trabalho, a generosidade, a dedicação do Prefeito Edilson Brandão à frente do segundo maior município do norte de Minas Gerais e sobretudo sua luta em defesa daquela região sempre assolada pela seca, pela fome e pela miséria.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares, como Líder.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes colegas, sinto que é do meu dever, na condição de Líder do Governo, fazer um registro que engrandece sobremaneira o Senado Federal e, de uma maneira muito especial, a Comissão de Assuntos Econômicos.

O Brasil viveu nesses últimos dias um clima de tensão irradiado principalmente pelos noticiários da área econômica.

Hoje, na parte da manhã, compareceu perante a Comissão de Assuntos Econômicos o Presidente do Banco Central. Esta Casa, servindo-se de várias convocações, está acostumada a ouvir as maiores autoridades do País. Mas hoje, Sr. Presidente, havia entre todos os circunstantes, no seio da própria imprensa, um clima de expectativa maior. O grande número de jornalistas, de cinegrafistas, de fotógrafos, de senadores e deputados, parlamentares, demonstrava muito bem que o País esperava com grande expectativa a palavra daquele que tem a responsabilidade de presidir os destinos do Banco Central.

Como Senador, comecei a ouvir as palavras de Pêrsio Arida. S. Ex^a fazia um pronunciamento que diria, até certo ponto, linear. Pêrsio Arida fala de maneira quase uniforme; mas, aos poucos, ao longo de uma parte introdutória, que alcançou mais de uma hora, Pêrsio Arida foi demonstrando, dentro de um raciocínio que considero privilegiado, tudo o que fazia referência à política cambial e, mais ainda – dentro de um atitude que o eleva como homem público –, foi colocando no contexto do seu pronunciamento aquilo que nós outros do Governo e todos aqueles que têm realmente amor à vida pública esperavam que Pêrsio Arida fizesse: começou a tocar nos assuntos do Banco Central, não de maneira direta, porque o que existe a respeito dos últimos atos do Banco Central não são acusações fundadas, mas apenas insinuações. Com inteligência, usando um poder de exposição, que quero louvar pela objetividade, conseguiu mostrar, logo nas primeiras palavras, que o Banco Central está confiado a um economista da mais alta categoria e, acima de tudo, a um homem público que tem a noção exata do seu papel. Pêrsio Arida gravou uma frase: "O Presidente do Banco Central deve falar pouco". Mas no momento em que estava ali, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu diria: falou até demais, mas falou até demais em favor da verdade. O seu depoimen-

to confirmou aquilo que esperávamos. Mas o mais importante a registrar neste instante foi o comportamento dos Srs. Senadores que participaram da inquirição. Esta Casa não se sobreleva apenas no debate aqui do Plenário; esta Casa não é o parlamentar que, com o brilho da entrevista, ganha o noticiário nacional; esta Casa é, sobretudo, o trabalho das Comissões. Hoje, como Senador, tive orgulho de meus Companheiros pelas suas formulações. Não importava se o Parlamentar nutria simpatia ou não pelo Governo; importava, sim, o alto sentido de não deixar nenhuma dúvida a respeito do procedimento do Banco Central, quando todos nós estamos conscientes de que qualquer campanha feita contra o Banco Central, ou contra o seu Presidente, se infundada, iria reverter em prejuízo contra o País.

Sr. Presidente, algumas intervenções foram lapidares, e no mesmo patamar e na mesma altitude das intervenções, Pêrsio Arida soube responder a todos. Senadores que aqui estão fizeram uma observação que quero, neste momento, passá-la para o Plenário. Ficou disso tudo não só na nossa expectativa, mas no julgamento da própria mídia, daqueles jornalistas que ali estiveram, a certeza de que o Senado reiterou, com a colheita do depoimento vigoroso, a sua prova de solidariedade ao Presidente do Banco Central.

Ouvi dois colegas da mais alta expressão dizerem, com toda ênfase, que votaram em Pêrsio Arida para Presidente do Banco Central, mas, se fosse necessário, votariam novamente, não só pela integridade daquele eminente economista, mas também pelo seu comportamento à frente do Banco Central do nosso País.

Foi um momento importante, e o resultado, neste instante, leva-me a cumprimentar todos que participaram da inquirição de hoje. Acima de tudo, quero frisar também, por um dever de justiça, que estendo meu cumprimento ao Presidente Gilberto Miranda, que em todos os momentos da reunião soube conduzir os trabalhos com serenidade, fazendo com que o Senado, acima de tudo, saísse engrandecido daquela reunião histórica.

O Presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, ao concluir sua exposição, ao término das respostas que deu às perguntas formuladas pelos Senadores – não tenho nenhuma dúvida – levou a convicção de que esta Casa, sempre prestativa nos seus posicionamentos, mais uma vez soube, com muita clareza e tranquilidade, devolver ao Brasil o clima de que precisávamos, exatamente no momento em que o Plano de Estabilização Econômica, cada vez mais, ganha importância para o povo brasileiro. Os primeiros resultados dessa reunião estão na Bolsa de Valores, na cotação do dólar, estão exatamente nesses que fazem, amanhã, a extensão do noticiário.

Entendemos que esse depoimento foi importante para o País, marcou posição, deu a todos o sentimento de tranquilidade.

Conforme fiz questão de registrar, quero creditar ao Senado da República, mais uma vez, uma posição que somente engrandece a prática democrática no exercício da função parlamentar. Convocar autoridades não é uma demonstração de cotejo; convocar autoridades não representa um ato de vaidade daquele que requer o comparecimento; convocar autoridades é, sim, um serviço da mais alta valia ao nosso País, quando Senadores e o Presidente do Banco Central, no caso o economista Pêrsio Arida, se elevaram na apresentação de um debate que, não tenho dúvida nenhuma, somente quem ganhou foi o Brasil, porque devolveu a todos a tranquilidade de que precisamos para enfrentar os dias futuros e, muito mais ainda, consolidar o plano de estabilização econômica perante todos os brasileiros.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador Elcio Alvares, acho ex-

tremamente importante o registro que V. Ex.^a faz. De fato, o depoimento do Presidente Pêrsio Arida, no Senado Federal, marcou um dos dias mais importantes da vida de nossa instituição. Primeiro, no cumprimento do dever que tem o Senado de questionar a política econômica, bem como fatos que vieram ao conhecimento da opinião pública, por intermédio da imprensa. Nós, Senadores, representantes do povo, por mais que conheçamos sobre a probidade e seriedade das autoridades, temos que argüi-las diante de fenômenos tão significativos como esse, que ganhou importância e intensidade, da simbiose entre pessoas em postos-chaves no Governo, em instituições como o Banco Central e, depois, em instituições privadas. Esse tema, por exemplo, foi um dos principais levantados na arguição do Presidente do Banco Central, Sr. Pêrsio Arida. Eu gostaria de registrar que considero importante a opinião que ele deu, favorável a que um Presidente do Banco Central possa ser designado por um período em que ele tenha tranquilidade para exercer certa independência. Que esse período seja de quatro anos, mas que posteriormente haja um intervalo de dois anos mais ou menos, que inclusive é o referido no projeto do Senador Itamar Franco, aprovado pelo Senado e tramitando hoje na Câmara dos Deputados. Reitero aqui que a Liderança do PT na Câmara está solicitando urgência na apreciação desse projeto. A sua opinião a respeito do Presidente do Banco Central é importante nesse aspecto. Reconheço a competência, o conhecimento do Presidente Pêrsio Arida no exame das questões econômicas e, sobretudo, da política cambial. Mas ressalto que, no meu entender, ainda não estamos vivendo um patamar de absoluta tranquilidade no que diz respeito aos aspectos da política cambial. Até procurei indagar, porque parece-me que conseguimos subir o patamar da chamada banda cambial para um nível que representa um pouco mais de fôlego para a economia brasileira. Entretanto, as condições que levaram à mudança da política cambial nos primeiros dez dias de março estão prestes a se dar de novo com uma situação que poderá resultar na necessidade de nova flexibilização. O Governo explicou que o Presidente Pêrsio Arida está adotando diversas medidas de política fiscal e monetária para tentar resolver os problemas, mas, como ele próprio indicou – isso é preciso ser registrado –, estamos vivendo um período de altas taxas de juros. Em decorrência da crise presente e do que ocorreu no México, o Governo brasileiro aumentou significativamente as taxas de juros, o que, por sua vez, representa um peso maior no serviço do pagamento de juros no orçamento governamental. Isso significa ganhos expressivos para intermediários financeiros, para instituições financeiras. Interessante observar que, durante o período do Plano Real – segundo levantamento relatado, ontem, pela *Gazeta Mercantil* –, as instituições financeiras privadas e inclusive aquelas que têm, nos seus postos de direção, pessoas que ocuparam cargos-chave no Governo, tiveram resultados simplesmente extraordinários; resultados para a rentabilidade de Bancos superiores aos de instituições financeiras existentes no mundo. Ao falar em nome do Presidente da República, em Copenhague, na Dinamarca, o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, mencionou que o Plano Real tinha possibilitado que cerca de 15 bilhões de reais estivessem agora em mãos da população brasileira, tendo tido o povo uma melhor condição de vida. Será que realmente a população teve esse montante nas mãos? Esse resultado ainda está por ser melhor delineado, todavia, os resultados das demonstrações financeiras mostram que instituições financeiras privadas tiveram, de fato, um significativo progresso bem como os seus proprietários. Fiquei pensando, Senador Elcio Alvares, ser natural a um Presidente do Banco Central interagir com empresários, sobretudo das instituições financeiras; natural, também, que tenha amigos no meio financeiro, no meio empresarial e dialogue com eles; tudo isso é mais do que natural. Mas seria im-

portante que pessoas com a responsabilidade de elaborar a política econômica, como o próprio Presidente do Banco Central – pessoa especial, um dos colaboradores do Plano Real –, com a bagagem de quem teve experiência de erros e acertos durante o Plano Cruzado, esteja neste Governo com grande autoridade, como pensador econômico. Seria importante também que pessoas como o Sr. Pêrsio Arida, como os Ministros do Planejamento e da Fazenda integrassem com os demais segmentos da população, com aqueles segmentos que, muitas vezes, por terem extraordinárias dificuldades, não têm tanto acesso às elites que estão no poder deste País. É preciso que se abra a possibilidade de comunicação. Quero reiterar a importância de não se conviver apenas com aqueles que têm o poder financeiro, até por serem amigos próximos. Para concluir, prezado Senador Elcio Alvares – que aqui fala como Líder do Governo –, também considere importante que, na conclusão dos trabalhos, hoje – e isso foi acordado com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Gilberto Miranda –, pudéssemos ultimar aquilo que foi objeto da consideração do Presidente Pêrsio Arida. Relatou S. Ex.^a a auditoria feita pelo Banco Central para averiguar o número de instituições financeiras que tiveram algum lucro extraordinário. Para isso, foi adotado um método estatístico, bastante útil na detecção de qualquer vazamento indevido, de privilegiamento desse ou daquele segmento. É preciso que nós, membros da Comissão de Assuntos Econômicos, completando o que hoje fizemos, e uma vez concluído o estudo que demandará alguns dias a mais, possamos ter acesso, com toda responsabilidade de guardarmos a confidencialidade dos estudos realizados. O Senado tem tradição de poder obter informações consideradas sigilosas, mas se não estivermos perguntando até o final, não estaremos cumprindo com o nosso dever de saber, com bastante segurança, que, de fato, as autoridades agiram com seriedade e com probidade.

O SR. ELCIO ALVARES – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy, porque S. Ex.^a traz também mais um detalhe a respeito da personalidade de Pêrsio Arida. Não obstante ter usado, até como um bordão, a expressão "o Presidente do Banco Central fala pouco", ele foi muito aberto, principalmente expendendo pontos de vista de caráter pessoal a respeito de alguns temas que começam a ser colocados em evidência na Comissão de Assuntos Econômicos. Cito o caso da quarentena bem como o caso do mandato determinado para a Presidência do Banco Central. O Senador Eduardo Suplicy deixa claro que o Presidente do Banco Central prestou as informações naturais, tendo ficado inteiramente aberto ao debate. Gostaria, entretanto, de fazer um arremate com relação à segunda parte da intervenção do Senador Eduardo Suplicy, pois aí está embutido um propósito do Governo.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso, em nenhum momento, vai escamotear qualquer tipo de informação ou vai deixar que um ato público não tenha a transparência necessária. Tenho certeza absoluta de que o Presidente Pêrsio Arida, evidentemente dentro dos limites da condição de Banco Central, vai-se colocar inteiramente à disposição do Senado Federal, principalmente do Senador Eduardo Suplicy, tão diligente nas suas perguntas e nas suas colocações, para que não haja qualquer tipo de sombra naquela atuação, que considere magnífica, em favor não só do próprio País mas também enaltecendo o Governo e, de uma forma mais brilhante, ainda, o Senado Federal.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES – Ouço com prazer o Senador Gilberto Miranda, a quem renovo, mais uma vez, os meus cumprimentos pela magnífica atuação, hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, quando vivemos, inegavelmente, uma reunião histórica.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Agradeço os elogios de V. Ex.^a. Todavia, faço este aparte para dizer a V. Ex.^a que, a meu ver, o Governo está no caminho certo. Ele tem uma equipe excepcional na área econômica: um Ministro da Fazenda, conhecido de todos nós e com quem convivemos há alguns anos. Trata-se de um homem sério, competente, íntegro, direito, avesso à publicidade e a sensacionalismos; um Ministro do Planejamento competentíssimo, sério, calmo, tranqüilo e que sabe ocupar os espaços; um Presidente do Banco Central, que demonstrou, hoje, a sua forma linear de falar, não negando nenhuma informação; sério, competente e direito. Este Governo se apresenta com humildade, com serenidade e com muita transparência. É o que sentimos. O que realmente atrapalha, no início desta administração, é a imprensa. A imprensa tem que parar de ser sensacionalista; tem que cessar com o jogo de palavras que a equipe de governo e o Presidente da República não merecem. Na minha opinião, a imprensa pode ajudar muito o País, tentando levar a informação séria, verdadeira, competente, ao invés de criar pânico na população e nas instituições, na corrida desenfreada pelo mercado de câmbio. Eu gostaria de ressaltar a brilhante atuação de hoje, como é normal tanto no plenário como nas comissões, do Senador Pedro Simon. Dá gosto ver a forma clara como o Senador Pedro Simon faz suas exposições. Destaca-se também a atuação de outros Senadores: a do Senador Esperidião Amin, que aperta o Governo, mas com elegância, defendendo os interesses da população; do Senador pelo meu Estado, Jefferson Péres, pela sua objetividade; do Senador do Paraná, Osmar Dias, que conduziu suas questões até o ponto de inquirir sobre um ministro de estado da Presidência da República e recebeu do Sr. Pêrsio Arida todas as explicações devidas com respeito ao problema de câmbio e a maior facilidade decorrente da oferta que o Banco estaria fazendo pelo excesso de dólar que poderia ter na sua carteira de câmbio; do Senador Suplicy e de tantos outros Senadores, por suas perguntas. O Senador Suplicy tem razão. Todos nós nos preocupamos com a taxa de juros, mas sabe também o Senador, que tem uma formação acadêmica nessa área, que se não elevarmos a taxa de juros, teremos um consumo desenfreado e, conseqüentemente, o retorno da inflação. Acredito que a equipe econômica está sabendo dosar. Ela tem que ser flexível: semana sobe, semana desce. É muito importante o que o Senador pediu. E já se propôs o Presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, a dar as informações. Mas considero fundamental que os Srs. Senadores guardem sigilo das respostas que forem dadas. No passado tivemos experiência de assuntos confidenciais trazidos aos Srs. Senadores que vazaram depois para a imprensa e foram publicados em manchetes ou em folhas inteiras de jornais. Temos todos, como disse hoje o Senador Pedro Simon, que garantir mais tranqüilidade. O Governo está no caminho certo, e por isso devemos apoiá-lo a seguir esse caminho. V. Ex.^a está de parabéns. Hoje V. Ex.^a coordenou, orquestrou e foi o maestro de uma grande vitória do Governo, tornando transparente o desenrolar dos fatos. A imprensa notícia uma semana de terremoto, mas não foi o que ocorreu; foi uma semana de mudanças, que muito ajudarão as exportações e talvez freiem um pouco as importações. Muito obrigado, Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES – O aparte de V. Ex.^a é mais um reforço ao assunto que estou abordando. Vivemos, realmente, um grande momento. Verificamos, no aparte do Senador Eduardo Suplicy e na fala de V. Ex.^a, Senador Gilberto Miranda, a posição que o Senado, prudentemente, assume: coloca-se no seu devido lugar, vindo a colaborar para o processo democrático.

O resultado, conforme afirmei, já se faz sentir não só nas bolsas, mas na própria cotação do dólar. Este País precisa exatamente disto: da convergência de méritos e valores quando está em

jogo, realmente, um ponto que talvez seja o mais importante hoje da vida de todos os brasileiros, ou seja, a estabilização do Plano Econômico.

O Sr. Jefferson Péres – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES – Ouço com muita alegria o representante do Estado do Amazonas, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres – Como membro da Comissão de Assuntos Econômicos e tendo participado da reunião de hoje, quero corroborar o seu depoimento. Realmente, o Sr. Pérsio Arida fez uma exposição lúcida, clara e, para mim, pelo menos, convincente. Há de se registrar também o comportamento dos membros da Comissão, que agiram com muita responsabilidade, porque sabiam da delicadeza do momento e do tema, a começar pelo Senador Eduardo Suplicy, que poderia ter outro tipo de procedimento como Líder de um Partido de Oposição. No entanto, S. Ex.^a agiu com muita serenidade. Não poderia deixar de registrar também, Senador Elcio Alvares, que o debate de hoje me convenceu, ainda mais, da necessidade de duas coisas: primeiro, da aprovação da chamada Lei de Quarentena. Realmente, essa relação promíscua do Banco Central com o mercado financeiro, com as instituições financeiras precisa ter um freio. Não me refiro apenas – veja bem, Senador – ao fato de os ex-Diretores do Banco Central poderem imediatamente exercer cargos de direção em Bancos. Mais do que isso, fiquei espantado com a notícia veiculada pela imprensa de que ex-Diretores e até ex-Presidentes do Banco Central simplesmente compraram patentes de Bancos que tinham sido liquidados na sua gestão. A menos que o meu sistema de valores seja diferente dos outros, isso para mim é um procedimento antiético, inaceitável. A segunda convicção que se reforçou em mim foi a da necessidade de autonomia do Banco Central. Não é possível, Senador Elcio Alvares, que simples boatos espalhados por especuladores de que o Presidente do Banco Central está demissionário ou vai ser demitido provoquem uma turbulência no mercado cambial e financeiro. Isso realmente precisa acabar. Muito obrigado.

O SR. ELCIO ALVARES – Nobre Senador Jefferson Péres, gostaria de fazer também um registro com muita simpatia. Já por duas vezes tive oportunidade de vê-lo em intervenções em nossa Comissão de Assuntos Econômicos. Sua prudência e sua colocação sempre judiciosa fazem com que, logo de saída, V. Ex.^a consiga nossa admiração. E nesses dois pontos – e aí me desvio da condição de Líder do Governo – quero também me perfilar ao lado de V. Ex.^a

Há o caso, por exemplo, do juiz que, ao deixar de ser juiz, passa um determinado tempo até poder advogar. E por que se faz isso em relação ao Judiciário? Porque o juiz tem uma gama de influência muito grande em função do exercício da sua magistratura. No Banco Central o caso é idêntico. Então, o período de quarentena, evidentemente, deve ser um período razoável. Entretanto, o fato de ingressar depois na atividade privada, como estamos dentro de uma economia de mercado livre e aberta, é normal, todos têm esse direito. Mas acompanho V. Ex.^a

Tive a oportunidade, na Comissão de Assuntos Econômicos, logo no início do meu mandato, de estender essa opinião. Acho que a Presidência do Banco Central tem que ter o mandato por tempo determinado, para evitarmos alguns episódios como os que já aconteceram, principalmente nesses quatro anos de mandato nosso: o Presidente da República teve que mudar um Presidente do Banco Central e, dependendo de condição política, ficamos aqui com graves problemas que deviam ser solucionados.

Portanto, recolho o aparte do Senador Jefferson Péres como uma contribuição a este meu comunicado. E quero, finalizando minhas palavras, dizer que, se não houve a intenção de qualquer brilho na comunicação que fiz, os apartes que foram aqui pronun-

ciados pelos Senadores Eduardo Suplicy, Gilberto Miranda e Jefferson Péres serviram para afirmar, alto e bom som, que o Governo hoje, através da vinda do Presidente do Banco Central, Pérsio Arida, conquistou, na verdade, um ponto positivo. Deixou claro que, durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, toda vez que for necessário, teremos aqui o comparecimento de Ministros de Estado e outras autoridades, para que não paire dúvida alguma a respeito do procedimento dos respectivos titulares dessas funções que são tão vitais ao próprio Governo brasileiro.

Agradeço a atenção e reitero, neste momento, conforme tive a oportunidade de falar no início, que a vinda foi importante para o Governo, mas o Senado saiu muito engrandecido. É um motivo de orgulho muito grande para nós que, nesta fase em que o Senado está realmente realizando um trabalho notável, principalmente sob a Presidência do Senador José Sarney, esta Casa se afirma como um grande centro do debate democrático deste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade, que falará como Líder.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabe a mim o dever de registrar um ato inusitado hoje no Estado do Pará: centenas de trabalhadores rurais se uniram e abraçaram o Banco da Amazônia, banco de desenvolvimento da Região Norte do País.

Interessante neste fato, Sr. Presidente, é que, ao elaborarmos a Constituição de 1988, criamos o Fundo Constitucional para as regiões menos desenvolvidas deste País: 3% sobre tudo o que se arrecada de Imposto de Renda e IPI são destinados a esse Fundo. Então o Congresso Nacional entendeu que 1,8% iria para o Nordeste, administrado pelo Banco do Nordeste; 0,6% para o Norte, administrado pelo Banco da Amazônia; e 0,6% para o Centro-Oeste, administrado pelo Banco do Brasil, visto que aquela região não tem um banco de desenvolvimento regional.

A partir de 1989, cerca de 120 milhões de dólares foram transferidos para o Banco da Amazônia, recursos esses destinados ao setor produtivo e emprestado àqueles que querem melhorar as suas terras, a sua indústria, o seu comércio.

Todavia, observamos que, em 1989, 1990 e em 1991, o Banco não estava aplicando devidamente esses recursos, pois 50% eram investidos na especulação financeira criada pelo próprio Governo, e a outra parte normalmente era destinada ao médio e grande empresário, ao grande proprietário de terra. Eram empréstimos vultosos, que atendiam a um pequeno número de pessoas. Por essa razão, os trabalhadores rurais do Estado do Pará e, creio, de outros Estados da Amazônia começaram a se organizar para lutar por aquele recurso criado por Constituintes, que visavam atender aquilo de que eles necessitavam.

Como resultado, em 1989, criou-se um movimento no Estado do Pará, denominado Grito do Campo. E, uma vez por ano, trabalhadores rurais de todo o Estado deslocavam-se para Belém, passando fome e as maiores dificuldades, acampavam na porta da Agência Central do Banco da Amazônia, na Praça da República, a fim de reivindicar seus direitos.

O interessante é que, em 1989, 1990 e 1991, esses trabalhadores foram tratados como inimigos, como bandidos. No entanto, a polícia, a violência, a opressão que se fez contra eles não desanimou a sua luta. Eles continuaram insistindo, e foi através dessa luta, que começou a chamar a atenção de toda a imprensa brasileira, que o Banco começou a mudar a sua política, a sua forma de emprestar o dinheiro. Passou a ser menos exigente com o trabalhador rural que não tem o documento da terra, porque o Governo não lhes dá esse documento da terra. As normas foram mudadas por esse processo de luta. Passou-se a permitir que os pequenos e mini

produtores rurais pudessem ter acesso a esses recursos; desde que estivessem organizados em associações e cooperativas de trabalhadores rurais. Isso também foi um estímulo ao seu nível de organização.

Hoje a situação mudou completamente. Os trabalhadores rurais formaram associações e cooperativas em todo o Estado do Pará. O Banco da Amazônia, devido a essa pressão, criou um departamento e uma área específica de um crédito especial do FNO, que é o crédito destinado a esses pequenos e microprodutores de todos os setores da nossa economia, seja do setor de serviço, seja do setor de pequena indústria, seja do setor da agricultura. Hoje esses trabalhadores se sentem atendidos por aqueles recursos que tantos benefícios têm trazido ao povo do nosso Estado do Pará.

E quando agora vemos o novo Governo falar na possibilidade de extinção do Banco da Amazônia, na possibilidade de anexação ou união do Banco da Amazônia com o Banco do Nordeste, o povo da Amazônia se levanta contra qualquer atitude dessa espécie. O povo da Amazônia, especialmente nós, aqui, que representamos esse povo, não aceitamos, de maneira alguma, que se pense em extinguir o Banco da Amazônia e, muito menos, fundi-lo com o Banco do Nordeste.

Queremos o nosso Banco como ele é, porque a nossa região tem características específicas, próprias, e as normas que são usadas no Norte não podem ser as mesmas normas usadas no Nordeste do País. São regiões de culturas e climas diferentes; são regiões totalmente diversas e, portanto, cada Banco deve ter a sua própria maneira de agir.

O Sr. Jefferson Péres – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Ouço, com muito prazer, o Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres – Ouço com muita atenção o discurso de V. Ex.^a, que diz respeito a um órgão importantíssimo para nós, que é o BASA, criado na Segunda Guerra Mundial como o Banco da Borracha, para financiamento do processo produtivo da borracha; depois, transformado em Banco de Crédito da Amazônia, o antigo BANCREVÊA; depois, em Banco de Desenvolvimento Regional – BASA. Quaisquer que tenham sido, Senador Ademir Andrade, os desvirtuamentos sofridos no BASA por erros de gestão e influências políticas, não há dúvida de que ele continua a cumprir um papel importantíssimo na região. Falar em extinção do BASA é algo inaceitável; fundi-lo com o Banco do Nordeste, dadas as especificidades e peculiaridades das duas regiões, é um verdadeiro disparate. A Bancada do Amazonas – e creio que falo em nome dos demais Senadores – está plenamente de acordo com V. Ex.^a, na defesa da sobrevivência do BASA. Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Agradeço o aparte de V. Ex.^a, Senador Jefferson Péres.

Espero que o Governo compreenda isso, porque nós estaremos aqui intransigentes na defesa do nosso Banco.

Lamento – e espero justificativas – o recente descredenciamento feito pelo Banco Central para que o Banco da Amazônia deixasse de receber tributos federais. É lamentável essa atitude, que condenamos no momento, indicativa da posição do Governo com relação ao nosso Banco.

Quero registrar que aqueles trabalhadores que foram tratados como inimigos do Banco são as pessoas que lutam e se mobilizam para protegê-lo, tentando defender a permanência do mesmo. Hoje eles fizeram um ato público e, formando uma roda, entrelaçaram o Banco da Amazônia.

Está prevista uma visita do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no dia 31, ao Município de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará. Os trabalhadores rurais do referi-

do Estado, organizados e comandados pela FEPAGRI, estarão para lá se deslocando com o mesmo objetivo, qual seja, defender, de maneira intransigente, a posição do Banco da Amazônia, o seu fortalecimento e o seu funcionamento em todo o Estado do Pará.

A nossa posição é que o Banco não feche agências, muito pelo contrário, que o Banco coloque, em cada Município do Estado, pelo menos um funcionário, um posto de atendimento para levar a possibilidade do crédito do FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. E que esse FNO seja cada vez mais destinado ao médio, pequeno e microprodutor, e cada vez menos ao grande produtor, porque esse tem outros meios de se valer e de se fazer.

É o registro que faço, nesta tarde, no Senado Federal, no momento em que hoje pela manhã se concretizou fato já mencionado, na minha região. E aqui, nesta Casa, como representante do Estado do Pará e da Amazônia, estarei somando-me aos trabalhadores rurais de toda a nossa região na intransigente defesa do Banco da Amazônia, no seu fortalecimento, no seu crescimento, para que ele possa cada vez mais contribuir para o desenvolvimento e bem-estar do nosso povo.

Éra o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Tem a palavra o Senador Carlos Patrocínio. (Pausa)

Tem a palavra o Senador Ney Suassuna. (Pausa)

Tem a palavra o Senador Jonas Pinheiro. (Pausa)

Tem a palavra o Senador Lúcio Alcântara. (Pausa)

Tem a palavra o Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO (PFL-PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ouvindo aqui as palavras do Senador Ademir Andrade, que defende o Banco da Amazônia, resolvo também fazer, nesta tarde, um registro a respeito do Banco do Brasil em nosso estado.

Estive, na semana passada, acompanhado do Deputado Federal Júlio César, ex-Secretário de Agricultura do nosso estado, e de representantes da Federação da Agricultura do Piauí, visitando o Diretor de Crédito Rural daquela instituição, quando fomos solicitar maior atenção do banco, principalmente com relação à renegociação da dívida dos produtores rurais dos cerrados piauienses.

No sul do Estado do Piauí temos uma das últimas fronteiras agrícolas deste País, composta de terras planas, de fácil mecanização, precipitação pluviométrica de mais de mil milímetros anuais e que têm chamado a atenção de produtores não apenas do nosso estado, mas do Sul do País, que lá passam a produzir.

Temos ouvido nesta Casa pronunciamentos, neste começo de Legislatura, em defesa da agricultura, considerada uma das grandes vocações do nosso Brasil. A agricultura, ultimamente, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não tem merecido a devida atenção por parte do Poder Público no que diz respeito ao apoio decisivo para o seu desenvolvimento.

Como Governador do Piauí, procurei realmente dar ênfase e apoiar aquela região, vendo-a como uma das alternativas viáveis de se quebrar e de se romper o círculo vicioso da pobreza em nosso Estado, passando o Piauí a ser o terceiro maior produtor de grãos do Nordeste.

Sr. Presidente, precisamos do apoio do Governo Federal, principalmente no que diz respeito a vias de acesso, com a construção de estradas no sul do Piauí, no cerrado, e também de projetos no setor de eletrificação, bem como o apoio de crédito de bancos oficiais, a exemplo, o Banco do Brasil. O Dr. Ricardo Conceição, Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, foi sensível e prometeu realmente estudar como resolver o problema da rolagem, do parcelamento da dívida daqueles produtores que estão desbravando os cerrados do Piauí.

Outro fato que desejo registrar hoje e que está causando muita preocupação no meu Estado, principalmente no interior, é que há notícias divulgadas pela Superintendência Regional do Banco do Brasil é de que das cinquenta e quatro agências existentes do Banco do Brasil em território piauiense, vinte e uma delas estão listadas como deficitárias e, portanto, ameaçadas de fechamento.

Hoje estive com o Presidente do Banco do Brasil acompanhado do Deputado Federal Mussa Demeas, também interessado na defesa da manutenção dessas agências. Entendemos serem essas agências pioneiras, do mesmo modo que também entendemos a necessidade imperativa que tem o Presidente do Banco do Brasil em transformar aquela empresa, tornando-a cada vez mais rentável, competitiva. Apesar disso, ele não pode esquecer o seu papel de fomentadora do desenvolvimento, principalmente em regiões mais carentes. Afinal, consta da Constituição que combater os desníveis regionais é uma obrigação do Governo. Portanto, o Governo Federal, que tem no Banco do Brasil um instrumento de incentivo ao desenvolvimento, não pode perder isso de vista.

Estamos, portanto, querendo crer que tanto o Presidente do Banco do Brasil e, principalmente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que durante a sua campanha eleitoral levou Brasil afora como uma de suas prioridades a agricultura – e não se faz agricultura sem crédito –, irão manter essas agências do Banco do Brasil no interior do Piauí, que tem sido discriminado ultimamente e ao longo do tempo em matéria de investimentos federais, no que diz respeito a incentivos que não têm ido para o meu como para os outros estados, inclusive do Nordeste.

De modo que, nesta tarde de hoje gostaria de deixar o apelo em nome do povo do Piauí e das comunidades piauienses, recorrendo à sensibilidade do Presidente da República e do Banco do Brasil para que mantenham aquelas agências, naturalmente entendendo que o Banco do Brasil tem que zelar pelo seu resultado financeiro, mas, ainda que implicando em prejuízo e que possam ser feitos ajustes nessas agências, o prejuízo que podem acarretar, tenho certeza, não afeta em nada mesmo qualquer resultado financeiro dessa grande instituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPR-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o dia quatorze de março de 1978 é lembrado com luto pelos libaneses e por todo o mundo livre. Nessa data, Israel invadiu o Líbano.

Há dezessete anos os habitantes do sul daquele país irmão vivem inenarrável pesadelo. Agressões constantes, injustificadas, gratuitas, não poupam mulheres, crianças, velhos ou doentes.

Os jovens pagam preço alto por viverem na região. Arrancados do trabalho, das escolas ou das universidades, são detidos por forças israelenses sem saberem o porquê. Torturados, espancados e golpeados, não têm direito à defesa e a advogado que os acompanhe.

E a violência não pára aí. Desrespeitando o mais elementar princípio do mundo civilizado, os jovens não são submetidos a julgamento e ficam morrendo nas prisões sem qualquer previsão de término da tortura.

Não só os jovens, Sr. Presidente. Muitos libaneses, talvez pais, tios, irmãos desses jovens, são também injustamente detidos. Eles abarrotam as celas das famigeradas prisões de Khyam ou da Palestina ocupada, que, sabemos-lo todos porque fartamente divulgado, não obedecem às prescrições da Convenção de Genebra.

Sr. Presidente, nobres Senadores, com a instalação das forças de segurança internacionais no sul do Líbano, que é a zona do

conflito, acenderam-se as esperanças de que Israel abandonasse o território do país vizinho. Enorme engano. Israel tem reafirmado a intenção de não aplicar as decisões do Conselho de Segurança da ONU. Ignora, sem qualquer temor de sanção, as Resoluções 425 e 526.

Alguma coisa precisa ser feita, Sr. Presidente. A fim de pressionar Israel a aplicar as resoluções da ONU e libertar os libaneses detidos sem defesa ou julgamento em prisões israelenses, a Assembléia Nacional Libanesa escolheu 14 de março como o Dia Libanês Internacional para o Sul e a Bekaa-Oeste.

É, claro, está é uma data simbólica. Ela produz o desejo de viver em paz de um povo cansado de guerra, de um povo que viu irmão matar irmão, vizinho matar vizinho, de um povo cuja última geração nasceu e cresceu embalada por tiros de metralhadoras e canhões.

A data de 14 de março é um grito de esperança e resistência. O Brasil que abriga a maior colônia libanesa fora do Líbano, não pode faltar nesta hora à solidariedade ao país amigo e irmão.

Sei que posso falar em nome dos membros desta Casa que o Líbano pode contar conosco. Não iremos frustrar-lhe as esperanças.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, como todo o País tem acompanhado, a PETROBRÁS está por definir onde será implantada uma nova refinaria no Nordeste. Desde o primeiro momento, nós, lideranças políticas, temos acordado em função de uma posição serena sobre essa referida localização.

Obviamente que é de grande interesse a qualquer estado sediar um empreendimento que potencializa diretamente a geração de empregos.

Em momento algum procuramos gerar um clima em que a decisão final torne-se traumática, independentemente de qual seja.

Acreditamos que estamos contribuindo para que prevaleça uma definição racional e sempre com respaldo na comprovada competência do corpo técnico da PETROBRÁS.

É nesse sentido, em posições baseadas na experiência, que a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará promoverá nos dias 22, 23 e 24 de março, o simpósio *refinaria no Ceará – uma questão técnica e de justiça*, conforme comunicação que vou ler, solicitando seja transcrita nos Anais desta Casa Legislativa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LÚCIO ALCÂNTARA EM SEU DISCURSO:

REFINARIA NO CEARÁ Uma questão técnica e de justiça

Programação

DIA 22-3-95 QUARTA-FEIRA

10h – Debate no plenário da Assembléia com a participação de técnicos, autoridades governamentais, representantes de entidades de classe e políticos sobre a implantação da Refinaria.

12h – Abertura da Exposição áudio-visual sobre a Petrobrás, sua estrutura e organização. A produção de petróleo no Brasil, no Nordeste e no Ceará. As atividades de pesquisa, produção, refino e distribuição. A importância da refinaria no seu tamanho, investimento, capacidade de geração de empregos diretos e indiretos e polo irradiador de novos empregos (hall de entrada da Assembléia).

15h – Exibição de filme institucional sobre a origem do petróleo,

sua importância no mundo, pesquisa, exploração, refino, distribuição e uso (Auditório Murilo Aguiar).

DIA 23-3-95 QUINTA-FEIRA

15h – Exibição de filme institucional sobre a origem do petróleo, sua importância no mundo, pesquisa, exploração, refino, distribuição e uso (Auditório Murilo Aguiar).

19h – Seminário A refinaria no Nordeste e o Ceará como Polo Petroquímico (Auditório Murilo Aguiar) – Razões técnicas e econômicas que justificam sua implantação no Ceará. – O Ceará como produtor de petróleo e gás, a fábrica de asfalto e a unidade de lubrificantes.

24-3-95 SEXTA-FEIRA

12h – Encerramento da exposição sobre petróleo e sorteio de prêmios aos visitantes da Amostra "Ceará pela Refinaria".

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em quinze de fevereiro deste ano assumiu a presidência do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, o Professor Êfrem de Aguiar Maranhão, reitor da Universidade Federal de Pernambuco. Ocupo, hoje, a tribuna desta Casa para parabenizá-lo e destacar a importância desse órgão colegiado que engloba um conjunto de universidades federais, estaduais, municipais, particulares e comunitárias unidas pela missão maior de servir à educação superior no País.

Para nós, pernambucanos, é motivo de orgulho ver um conceituado professor de nossa terra, um jovem de pouco mais de quarenta anos, assumir tão importante função. Estado tradicionalmente bem aquinhoado em termos de cultura e ensino, Pernambuco teve a honra de ter abrigado em seu solo a primeira escola de Agronomia no Brasil, funcionando no Mosteiro de São Bento em Olinda. Pernambuco mereceu também o privilégio de ter sido, juntamente com São Paulo, sede da primeira Faculdade de Direito do Brasil.

Assim, foi sem surpresas e com muito orgulho que vimos o Reitor Êfrem Maranhão ser eleito por seus pares para conduzir os destinos deste Conselho que, há quase trinta anos, vem defendendo e lutando pelas causas mais importantes para a melhoria do Ensino Superior em todo o território brasileiro.

Em um país das dimensões do nosso, principalmente em virtude da multiplicação dos estabelecimentos de Ensino Superior, intensificada desde a década de cinquenta, logo tomou-se patente a necessidade de uma articulação concreta entre eles, em termos nacionais. Por essa razão, surgiu, em 1966, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, como herdeiro da ação pioneira iniciada pelo antigo Fórum das Universidades Brasileiras. Desde então, e cada vez mais, as universidades de todo o País, apesar de não serem homogêneas, passaram a agir com objetivos comuns e a colaborar positivamente para a solução dos graves problemas nacionais, visando à aplicação do conhecimento em benefício da população brasileira.

Não resta dúvida de que as nossas universidades são importantes agentes transformadores da sociedade, pois são responsáveis pela "formação de recursos humanos aos níveis de graduação e de pós-graduação", pela "geração de novos conhecimentos" e por considerável parcela de toda a pesquisa realizada no País.

Como órgão coordenador das ações dos diversos estabelecimentos de Ensino Superior, desde o início da década de 80, o CRUB vem-se tomando crescentemente autônomo em suas relações com o poder central, tomando posição relativamente à auto-

nomia universitária e à integração das instituições de Ensino Superior com a realidade social.

A atuação do CRUB abrange, dentre outras, "a formação de recursos humanos para as Universidades; a promoção de intercâmbio de experiências entre elas; a obtenção de mais recursos financeiros e técnicos para as instituições de Ensino Superior; o debate de aspectos políticos, dentre os quais o da autonomia universitária e a implantação das reformas educacionais".

O CRUB tem por objetivo maior valorizar a credibilidade, a respeitabilidade e a meritocracia nesse nível de ensino, visando a contribuir para o fortalecimento de "universidades de qualidades plurais, críticas e independentes que, integradas à sociedade como agentes transformadores, promovam o seu desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural".

Êfrem Maranhão assumiu a presidência do CRUB com a experiência de ter sido membro titular de seu Diretório Executivo e Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Em Pernambuco, foi Pró-Reitor Acadêmico, Vice-Reitor e finalmente Reitor da Universidade Federal de Pernambuco.

Ao longo de suas atividades de gestão daquela importante instituição federal de ensino, sempre procurou desenvolver um trabalho participativo que priorizava a salutar integração da comunidade acadêmica com a sociedade, colhendo frutos que evidenciam o acerto dessa medida e a competência do maestro que a regia.

Médico cardiologista, Mestre em Medicina, Êfrem d Aguiar Maranhão dedicou-se à carreira universitária, desde 1975 sendo professor da Universidade Católica de Pernambuco e da Universidade Federal de nosso Estado. Suas qualidades e sua competência levaram-no a tornar-se membro da Comissão incumbida da Coordenação das Ações do MERCOSUL e do Comitê Assessor da Comissão Científica da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

O Plano de Trabalho por ele submetido à discussão e ao julgamento de seus pares tornaram-se compromissos que deverão ser cumpridos ao longo de sua gestão. Dentre estes, cabe destacar o compromisso com a "participação construtiva na formulação da política educacional do País"; com a "qualidade de vida da população", principalmente em ações que concernem aos programas educativos comunitários e ao reordenamento do sistema de saúde; com a "promoção da cidadania"; com as "mudanças sociais"; com o "desenvolvimento do País, como formadora de recursos humanos qualificados e como produtora de conhecimento, através de suas pesquisas, essenciais ao nosso desenvolvimento científico e tecnológico".

Inegavelmente um grande desafio o espera nestes tempos de redefinição dos rumos das políticas educacionais em geral e, em particular, da política educacional do ensino superior. Caberá ao CRUB, como órgão coordenador das ações dos diversos estabelecimentos de ensino superior, e às próprias universidades, assumirem a responsabilidade de agentes formuladores e operadores desse urgente e necessário processo de mudanças.

Em seu discurso de posse, Êfrem Maranhão manifestou sua intenção de priorizar o enfrentamento de duas propostas significativas, essenciais e inadiáveis: a AUTONOMIA e a AVALIAÇÃO, defendendo "uma autonomia que não se limite aos aspectos acadêmicos, em termos de liberdade e de possibilidades de criar e criticar, que leve em conta uma competição sadia e a elevação da qualidade" do que as universidades produzem; autonomia essa que também "permita não só gerar recursos, aplicando-os criteriosamente e responsabilmente, com flexibilidade, na construção e reconstrução da realidade universitária" em nosso País.

Quanto à avaliação, ele considera ser indispensável que se tome a iniciativa de medir o desempenho das universidades e seus

resultados, "utilizando padrões que respondam às distintas realidades, com níveis aceitáveis de confiabilidade, comparabilidade e respeitabilidade" de modo a tornar transparentes à sociedade os resultados obtidos pela comunidade acadêmica.

Não há dúvida de que uma tarefa difícil e de muita responsabilidade aguarda o novo Presidente do CRUB, neste momento em que os desafios e as exigências da sociedade brasileira tanto se ampliaram. Por esta razão, gostaria de desejar pleno êxito à recém-iniciada gestão do Reitor Efrem de Aguiar Maranhão.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, ao concluir meu pronunciamento, solicito que minhas palavras fiquem registradas nos Anais do Senado Federal, juntamente com o texto do discurso de posse do novo Presidente do CRUB.

Gostaria, finalmente, de parabenizar todos os membros do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras pelo acerto da escolha daquele que passou a ter a honrosa missão de representar o CRUB, expressar seu pensamento, as suas reivindicações. Tenho a certeza de que Efrem de Aguiar Maranhão saberá empunhar as bandeiras que a causa da Educação Superior impõe nesse momento de reformas profundas da sociedade e do governo para que o Brasil possa, nesses anos que precedem a virada do século, romper finalmente as amarras que ainda o impedem de ocupar o lugar de destaque que merece no concerto das Nações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DISCURSO PROFERIDO PELO REITOR PROF.
EFREM DE AGUIAR MARANHÃO, PRESIDENTE DO
CRUB, POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE TRANS-
MISSÃO DO CARGO.**

É com grande satisfação e não menor sentimento de responsabilidade que assumo a Presidência do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Satisfação por ter tido o privilégio e a honra de ser escolhido dentre os meus pares, todos, entendo, merecedores de igual distinção e aos quais agradeço pelo gesto de confiança.

Formamos um conjunto de segmentos – universidades federais, estaduais e municipais, particulares e comunitárias – distintos mas amalgamados pela missão maior de servir à Educação Superior. É para mim, causa de particular satisfação que todos eles se tenham unido na escolha do meu nome.

Entendo que essa unanimidade tenha sido motivada, por um lado pelo trabalho em comum, com os demais Reitores, já realizado enquanto membro do Diretório Executivo do CRUB, como Vice-Presidente da ANDIFES ou como integrante de comissões temáticas de um e de outra. Mas também, por outro lado, pelo realizado à frente da Universidade Federal de Pernambuco, de igual modo um trabalho participativo, com o assessoramento de uma afinada equipe e a colaboração de toda a comunidade acadêmica, das quais sempre me considerei apenas um maestro; e finalmente, nesse trabalho, pela experiência salutar de integração da Universidade com a Sociedade.

Na medida em que essa motivação se traduz em expectativa, maior a responsabilidade que sinto ao receber este *munus* de representar o CRUB, expressar o seu pensamento, as suas reivindicações, empunhando as bandeiras que a causa da Educação Superior nos impõe e contribuindo eficazmente para o avanço desta causa.

Apresentei, enquanto candidato à presidência do CRUB, um Plano de Trabalho que, submetido à discussão e posterior julgamento dos meus colegas Reitores, recebeu-lhes o apoio através da expressiva votação com que me distinguiram. Busquei nele consubstanciar o que considero prioritário para a gestão de uma Entidade, como o Conselho de Reitores das Universidades Bra-

seiras, que tem por objetivo maior valorizar a credibilidade, a respeitabilidade e a meritocracia, visando contribuir para o fortalecimento de "Universidades de qualidade, plurais, críticas e independentes que, integradas à Sociedade como agentes transformadores, promovam o seu desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural".

Na verdade as Universidades brasileiras já o vêm fazendo de forma significativa, na formação de recursos humanos aos níveis de graduação e de pós-graduação, na geração de novos conhecimentos, sabido que delas provém a considerável maior parte da pesquisa realizada no Brasil, e nas atividades de extensão dos frutos do labor acadêmico à Sociedade.

Trata-se pois de identificar como pode o CRUB contribuir para a consolidação, aprofundamento e ampliação desse papel. Neste sentido, o Plano de Trabalho enumerou ações, porém, mais importantes e a estas subjacentes, delineamentos ordenadores da nossa gestão, que hoje entendo transformados em compromissos.

O compromisso primeiro e mais imediato é com a participação construtiva na formulação da política educacional do país, buscando sempre o melhor relacionamento com o Ministério da Educação, a fim de darmos a nossa colaboração neste momento de transformações amplas e profundas por que passa a Sociedade brasileira, à qual as Universidades devem estar adequadas para melhor servi-la.

E como exigência desse "melhor servi-la", compromisso com a qualidade de vida da população, caracterizado pela dimensão humana que a sociedade requer das atividades das Universidades; concretamente no quadro atual, destacando-se as duas condições básicas dessa qualidade, as Universidades hão de manter-se em sintonia com os programas educativos comunitários e o reordenamento do Sistema de Saúde.

Compromisso com a promoção da cidadania, identificando-se, indubitavelmente, a educação como o principal caminho por onde chega a consciência crítica dos direitos e deveres das pessoas, e portanto o instrumento mais eficaz para a conquista e o exercício pleno da cidadania.

Compromisso com as mudanças sociais, um vez que a educação é absolutamente indispensável para ampliar o horizonte de oportunidade dos cidadãos, capacitando-os, em especial, a conhecer e transformar o processo produtivo, de modo a aumentar o seu nível e qualidade de vida, e conseqüentemente à superação das desigualdades sociais.

Compromisso com o desenvolvimento, porque vemos a Universidade como o seu mais expressivo pólo catalisador, capaz de aproveitar com eficiência e qualidade, as potencialidades que oferecem a ciência e a tecnologia. Assim o faz, como formadora de recursos humanos qualificados e como produtora de conhecimento, através de suas pesquisas, essenciais ao nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Só através desse passaporte dar-se-á o grande salto qualitativo sócio-econômico almejado por todos os brasileiros.

É legítimo que temos diante de nós um grande desafio. Já estão os reclamos das novas gerações, a exigirem um redefinição dos rumos das políticas educacionais em geral e, em especial, do ensino superior, com vistas à necessidade de mudanças e à construção de novos tempos. Às universidades cabe, não se manterem apenas atentas e receptivas a essas exigências, mas assumirem a responsabilidade de agentes formuladores e operadores desse processo.

Daí a importância de enfrentamento firme e racional de duas propostas significativas, essenciais e inadiáveis autonomia e avaliação. Defendemos uma autonomia que não se limite aos aspectos acadêmicos, em termos de liberdade e possibilidades de

criar e criticar; que leve em conta uma competição sadia e a elevação da qualidade do que produzimos; e que também permita não só gerir como gerar recursos, aplicando-os criteriosamente e responsavelmente, com flexibilidade, na construção e reconstrução da realidade universitária.

Mas se é imprescindível assumirmos a responsabilidade pelo gerenciamento dos recursos necessários ao pleno desempenho das atribuições das Universidades, é sem dúvida indispensável que tomemos a iniciativa de medir esse desempenho e seus resultados, utilizando padrões que respondam às distintas realidades, com níveis aceitáveis de confiabilidade, comparabilidade e respeitabilidade. E que não só os usemos para instrumentar-nos na incessante perseguição da melhoria da qualidade, mas que também os submetamos, transparentes, à Sociedade, prestando-lhes contas do que dela recebemos e do que ela, de nós, por direito, espera.

Senhoras e Senhores

Presidir uma Entidade de envergadura e da responsabilidade do CRUB nunca foi uma fácil tarefa e muito menos o será agora, quando o número de desafios e de exigências se multiplicaram e estão à espera de uma resposta imediata e eficiente que corresponda aos legítimos anseios da sociedade brasileira. Muito bem o sabem os meus antecessores, e de modo especial dirijo-me aos Reitores José Carlos Almeida da Silva e Hésio de Albuquerque Cordeiro, que desempenharam com zelo e competência tarefas de tão grande magnitude, a quem cumprimento e agradeço as provas de amizade pessoal e confiança.

Não tenho a presunção de querer realizasse trabalho sozinho. Para tal contarei com a colaboração experiente e amiga do Magnífico Reitor da UNICAMP, José Martins filho, Vice-Presidente deste Conselho, bem como dos membros do Conselho Deliberativo e do Corpo Administrativo. Sobre tudo conto com todos aqueles que integram esse Colegiado na condição de Reitores.

Para além do âmbito do CRUB, encontro essa solenidade, neste recinto, indicação do apoio e colaboração ainda mais amplos com que poderei contar.

Neste sentido, destaco e agradeço a presença dos representantes do Poder executivo como: Senador Joel de Holanda, representando o Exm.^o Sr. Dr. Marco Maciel, Vice-Presidente da República, que assim inclusive reforça a presteza com que foi atendida minha solicitação de audiência com o presidente da República, já agendada para hoje, às 15 horas; dos Ministros de Estado da Educação, Dr. Paulo Renato Souza, da Saúde, Dr. Adib Domingos Jatene, do meio Ambiente e Recursos Hídricos, Dr. Gustavo Krause, e da Cultura, representado pela Secretária Executiva desse Ministério, Dra. Maria Balaban, da Ciência e Tecnologia, representado pelo Secretário Executivo desse Ministério, Dr. Lindolpho Carvalho Dias, dos Presidentes das CAPES, do CNPq e da FINEP e dos titulares de Secretarias e Departamentos de vários Ministérios. Neles vejo demonstrado o interesse do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em trabalhar conjuntamente com a comunidade universitária, representada por este Conselho.

Igualmente destaco e agradeço a presença dos representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, como os Senhores Senadores e Deputados e do Ministro Presidente do TCU, Dr. Marcos Vinícius Vilaça, e do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. José Ajuricaba da Costa e Silva, que assim nos honram. E do mesmo modo, a dos Presidentes ou representantes da Academia Brasileira de Ciências, da Fundação Biblioteca Nacional e de outras Associações educacionais, científicas ou artísticas, de Órgãos de Classe e Organizações Não Governamentais.

Honra-nos ainda e sobremodo nos é grata a presença dos chefes de missões estrangeiras no Brasil: os Senhores embaixado-

res da Bolívia, Jaime Balcazar; da Colômbia, Mario Dalofre; da França, Jean Pierre Lafosse; do Paraguai, Dido Florentin; da Tailândia, Sakst Skisorn; bem como do Sr. Secretário da Embaixada do Peru, Luis Vargas, e dos Srs. Adidos Culturais das Embaixadas do Canadá, Etienne Savoir, e dos Estados Unidos, Dennis Shaw, e do Senhor Consul Geral do Japão no Recife Nichicuke Tateuama.

A experiência nos ensina que êxito é resultado de mãos que se unem, de vontades que se congregam, de inteligências que interagem, para atingir o objetivo perseguido. As presenças que acabo de registrar são para mim um penhor desse congnacimento e dessa interação. Com ele, tenho certeza de que, no trabalho que agora estamos iniciando, contarei com o apoio decidido, não só dos que comigo fazem o CRUB, mas dos Órgãos aqui representados, dos Poderes da República e da Sociedade Civil, e, para além de nossas fronteiras, com o apoio precioso dos Governo de tantos países amigos que aqui também se fizeram representar.

Tenho certeza, sobretudo, de que terei a ajuda de Deus para entregar ao meu sucessor um CRUB engrandecido, por ter realizado ações efetivas e eficazes para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino universitário no Brasil.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Concedo a palavra ao nobre nobre Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ninguém pode negar, em sã consciência, a necessidade de uma administração parcimoniosa dos recursos públicos, sobretudo quando o Estado se encontra frente à tarefa ingente de reduzir o déficit público para controlar um processo inflacionário que se assemelha à hidra de Lerna, tal sua capacidade de voltar ao ataque quando a julgamos morta. Na consecução desse objetivo está mais que clara, para todo o mundo, a urgência de se aumentar a eficiência arrecadatória, por um lado, e de se cortarem, por outro lado, os gastos supérfluos. Esse é, Srs. Senadores, um juízo de realidade que parte de fatos objetivos e da racionalidade administrativa. Precisamos retirar a máquina pública do atoleiro em que a enfiamos ao torná-la excessivamente pesada e onerosa.

Até aí ninguém discute! Aquilo que nem sempre está claro, e cujo discernimento separa o homem experimentado do aprendiz, é quais despesas devem ser consideradas gastos supérfluos. A capacidade de distinguir custos necessários e consumo parasitário é apanágio do bom administrador; no outro extremo, fazerem-se cortes sem critério e aplicar-se um redutor igual para todos os itens de um orçamento são ações que constituem a marca pessoal do gerente desastrado.

Infelizmente, Sr. Presidente, é dessa maneira desastrada que vem sendo tratado o Sistema Único de Saúde – SUS nos últimos anos. Pelo menos é o que se pode depreender de um ofício datado de quinze de março último, enviado pelo Dr. Luiz Carlos Aranha Prietich, Secretário Municipal de Saúde de Rondonópolis, ao Dr. Júlio Müller, Secretário Estadual de Saúde de Mato Grosso. Para que os Senhores tenham idéia dos absurdos que vêm sendo cometidos nos repasses das verbas do SUS, passarei a apresentar alguns dos dados mais importantes relatados pelo Dr. Prietich em seu ofício.

Cinco anos atrás, o município de Rondonópolis contava com mil quatrocentas e setenta Autorizações de Internação Hospitalar – AIH por mês. Esse número, embora insuficiente para dar conta de todas as cirurgias eletivas, era razoavelmente satisfatório para o atendimento à população. A partir de outubro de 1994, porém, o número de AIHs destinadas àquele município caiu para mil trezentos e cinquenta, o que obrigou a Secretaria Municipal de Saúde a cancelar inteiramente as cirurgias eletivas. Este mês, con-

tudo, o número de AIHs repassadas para Rondonópolis foi reduzido ainda mais, desabando para mil cento e setenta e cinco, o que constitui trinta e cinco por cento abaixo dos valores da série histórica.

Essa redução é ainda mais grave quando se considera que a população de Rondonópolis vem crescendo à taxa de sete por cento ao ano. O problema é que o critério do Ministério da Saúde, que considera somente o dado quantitativo demográfico instantâneo, acaba por igualar Rondonópolis a outras cidades, de população equivalente mas em declínio. Por outro lado, sabe-se que, em algumas dessas cidades, localizadas nas regiões Sul e Sudeste, os índices de utilização do SUS pela população pouco ultrapassam os cinquenta por cento, ao passo que, em Rondonópolis, esse índice ultrapassa os noventa por cento. Fatos como esses, Sr. Presidente, não deveriam ser ignorados por aqueles que detêm o poder de decidir a distribuição dos recursos da saúde pública. Igualar municípios de realidades tão díspares é ação de uma insensatez administrativa sem par, um verdadeiro crime contra a população pobre de um Estado que com grande esforço, vencendo as dificuldades impostas por seu menor grau de desenvolvimento, vem progredindo com rapidez.

Mas a ignorância dos que executam um corte reto nas verbas do SUS não se limita à simples identificação das diferenças de demanda dos vários municípios do País. O corte reto trata igualmente municípios que usaram seus recursos de maneiras muito diferentes. Aqueles que foram perdulários ou que sangraram a verba pública pelo ralo da corrupção estão sendo vistos pelo Ministério da Saúde como indistinguíveis daqueles que aplicaram diligentemente os recursos que receberam em anos passados na melhoria das condições de atendimento médico, dentário e hospitalar à população.

Isso é exatamente o que se dá no caso de Rondonópolis, Sr. Presidente. Acreditando na proposta constitucional e no Movimento de Reforma Sanitária Brasileira, a Secretaria de Saúde daquele município mato-grossense investiu em sua capacidade instalada, alcançando-a à cifra de cento e vinte mil atendimentos mensais, e reduziu a mortalidade infantil de cinquenta por mil para dezesseis por mil, fato que tornou Rondonópolis o modelo para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS do próprio Ministério da Saúde. Além dessas medidas diretas, a Secretaria de Saúde de Rondonópolis criou uma excelente Central de Vagas, para controlar com eficiência as AIHs, e investiu na instituição de um Conselho Municipal de Saúde democrático e atuante.

Esses dados demonstram, Srs. Senadores, a que ponto a administração municipal de Rondonópolis tem levado a sério as propostas de descentralização e democratização do processo de decisão quanto à destinação das verbas orçamentárias de setores como o da Saúde. Rondonópolis foi um dos municípios brasileiros que mais avançaram na realização de uma verdadeira reforma sanitária, item de grande urgência na agenda de redução da injustiça social neste País.

Que prêmio recebeu Rondonópolis pela atuação notável de sua Secretaria de Saúde? Foi antes castigada, julgada pelo Ministério da Saúde como identificável aos municípios que se especializaram em fraudar o Erário com internamentos falsos, relatórios de cesariana realizadas em pacientes do sexo masculino, etc. Pior é que essa punição injustificável, além de incidir sobre os bons administradores daquela cidade, que sentem agora o desestímulo e a vergonha de serem honestos, para citar uma frase clássica de Rui Barbosa, incide mais agudamente sobre o povo mais carente da área de influência do município.

Sim, Sr. Presidente. A qualidade da rede de atendimento médico, dentário e hospitalar de Rondonópolis tornou o município

um centro de excelência que atrai a demanda por cuidado médico de uma região que abrange todo o Sul de Mato Grosso, parte do Norte do Mato Grosso do Sul e parte do Oeste do Estado de Goiás. São quarenta e nove Postos de Saúde, oito Centros de Saúde, quatro Centros Odontológicos Regionais, uma Policlínica aberta vinte e quatro horas por dia, um Ambulatório de Especialidade e Centro de Apoio Diagnóstico, um Pronto-Socorro aberto dia e noite, nove Hospitais e um Hospital Regional em construção. Além disso, a Secretaria de Saúde de Rondonópolis conseguiu, com seu programa de saúde escolar, levar o atendimento direto preventivo a toda a rede de ensino público municipal e estadual do Município, atendendo vinte e cinco mil estudantes.

Sr. Presidente: uma administração que logrou tantos sucessos não pode ficar sem reconhecimento. Não se pode permitir que um trabalho assim seja destruído por uma política equivocada do Ministério da Saúde, aparentemente interessado agora em desmantelar os resultados obtidos com a diretriz anterior, que priorizava a descentralização das decisões. Por tudo isso, considero justas as reivindicações do Dr. Prietch, Secretário de Saúde de Rondonópolis, que pede a reconsideração de sua cota de AIHs. Segundo o mesmo Dr. Prietch, se a atual política persistir, não haverá autorizações suficientes sequer para as urgências, obrigando a população daquela vasta área a cobrir os custos de seus tratamentos com seus próprios recursos.

Trata-se de uma violência, Senhores Senadores. Uma grande injustiça. Felizmente temos a certeza de podermos contar com a compreensão do Ministro Jatene, um verdadeiro conhecedor dos problemas nacionais no campo da Saúde e um batalhador da causa pública. Sabemos que o Dr. Jatene não permitirá que a idéia do SUS seja arquivada justamente quando e onde ela apresenta seus melhores dividendos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) - Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB-AL. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a cultura nacional abre hoje, em Alagoas as festividades comemorativas dos 300 anos de Zumbi dos Palmares. As comemorações do tricentenário do Zumbi são mais um momento de reflexão que hora de celebrar. A bandeira de Zumbi, com a luta que encarnou pela libertação do negro, permanece infelizmente esgarçada e rota, mas nem por isso menos atual no cotidiano da vida brasileira.

Já não temos hoje, como então, a odienta escravatura das senzalas, mas nem por isso diminuiu a opressão do negro, talvez menos por razões raciais e mais por motivos econômicos que, no fundo, tem pontos dolorosamente comuns. É maior o número de analfabetos entre os negros que entre os brancos. Maior o número de desempregados entre os negros que entre os brancos, maiores os índices de pobreza entre os negros que entre os brancos. As senzalas modernas se escondem nas favelas das grandes cidades: já não são contíguas às casas grandes dos engenhos, mas prosperam nos barracos de periferias. Como símbolos cruelmente atualizados da mais odienta servidão. Escravatura, hoje, é desemprego ou subemprego, é falta de casa, falta de comida, falta de salário, falta de garantias trabalhistas a uma população que, muitas vezes, tem como única liberdade a faculdade de morrer aos poucos de inanição e miséria.

Muito já se avançou na legislação, por exemplo, para por fim a discriminação contra o negro. A Lei Afonso Arinos, as conquistas constitucionais contra o preconceito são avanços indeneáveis. Mas infelizmente é também indeneável o preconceito de cor, sobretudo porque ele está associado a outro tipo de preconceito talvez mais arraigado, que é o preconceito de classe social. Este último

mente, dolorosamente os negros são a face mais visível do **apartheid** econômico que se estabelece no Brasil.

Freqüentemente nem se saberá quando o negro é discriminado porque é preto ou porque é pobre, ou quando o pobre é desrespeitado porque é pobre ou porque é negro, de tal forma andam juntos os dois preconceitos, igualmente iníquos, igualmente odientos.

Estamos encaminhando ao Ministro da Cultura uma indicação para que o Ministério se integre a festa do Zumbi, que é menos de Alagoas do que do Brasil, e é menos do movimento negro que de toda a nação, pois afinal é pobre a raça e a cultura negra que repousa parte expressiva de nossa alma e de nossa nacionalidade. Quem sabe, integrado à festa, o Ministério da Cultura possa levar o Governo a empunhar, hoje, a bandeira de Zumbi e prestar o que seria a mais duradoura e consistente homenagem ao líder e herói negro: engajar-se numa luta de fato decidida pela promoção social, pelo resgate da dívida social, e pela melhoria dos indicadores sociais, de tal forma que se permitisse ao negro não apenas orgulhar-se de sua cor e de sua raça, de seu sangue e de sua cultura, mas sobretudo orgulhar-se de sua condição econômica e social, e de sua plena cidadania.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a sessão, designando para sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Item único

REQUERIMENTO Nº 118, DE 1995

Votação em turno único, do Requerimento nº 118, de 1995, do Senador Coutinho Jorge, solicitando, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, seja convocado o Exmº Sr. Ministro do Planejamento, Dr. José Serra, para prestar informações ao Plenário do Senado sobre o Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h04min.)

**DISCURSO DO SR. LÚCIO ALCÂNTARA, PRO-
NUNCIADO NA SESSÃO DE 20/03/95, QUE SE RE-
PUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES
NA ANTERIOR.**

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso definiu alguns dos grandes marcos que devem balizar a sua ação administrativa ao longo dos próximos quatro anos. Evidentemente, para atingir algumas dessas metas, tanto no plano econômico quanto no plano das políticas sociais, existe a necessidade de se alcançarem algumas condições prévias, como o fortalecimento da democracia, das instituições democráticas, a conquista e a manutenção da estabilidade econômica, a recuperação do crescimento sustentado e a reforma do Estado. Seriam objetivos prioritários a serem perseguidos no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. A partir disso é que se poderá buscar a conquista dessas metas, que reclamam a atenção do Governo e que exigem de todos nós posições muito claras no sentido de proporcionarmos as condições políticas para que esses objetivos sejam alcançados.

Nós todos sabemos que, apesar desses objetivos prioritários, apesar do empenho que o Governo tem em obter instrumentos novos no plano institucional, no plano da reforma da Constituição e de uma série de novas leis que venham modernizar os nossos instrumentos legais, não se pode descuidar de se implementar políticas muito bem definidas, eficientes e eficazes no plano social.

Estamos acostumados, ao longo dos últimos anos, a ouvir o refrão permanente de que primeiro era preciso fazer o País crescer, torná-lo desenvolvido, dando prioridade permanente às questões econômicas, e depois, no bojo desse crescimento econômico, viria a melhoria das condições sociais do nosso povo, em saúde, educação, habitação, saneamento, geração de empregos etc.

No entanto, ao longo desses anos, as disparidades sociais agravaram-se. Muitos dos nossos indicadores apresentam números que, realmente, nos enchem de vergonha. Agora mesmo, o documento apresentado pelo Governo brasileiro na conferência de cúpula sobre a pobreza no mundo, realizada na Dinamarca, mostra dados realmente alarmantes. O Brasil é um país de trinta e nove milhões de pobres, de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, o que significa que têm uma renda inferior a sessenta dólares **per capita** mensal. Isso para não falar nos indicadores de mortalidade infantil, de analfabetismo, de domicílios sem abastecimento de água regular, de ausência de saneamento básico, de desemprego.

Assim sendo, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu enfrentar a questão da fome e da pobreza, ao mesmo tempo em que busca instrumentos novos para promover o desenvolvimento e o crescimento do País.

Por isso, e baseado na experiência da Ação pela Cidadania, que foi uma experiência "exitosa", que mobilizou a sociedade civil, que mobilizou o Governo para oferecer alimentos e outros instrumentos de políticas sociais à nossa população mais carente, é que o Governo vem instituir o programa chamado Comunidade Solidária, programa esse que traz alguns aspectos novos na maneira de enfrentar o problema da pobreza e da fome em nosso País.

Todos nós que temos alguma experiência política e administrativa no Executivo sabemos que muitos dos programas sociais de saúde, de educação, de apoio às populações carentes fracassaram por várias razões. Entre esses, podemos citar a dispersão das atividades, a pulverização, a fragmentação desses esforços, trazendo desperdícios, fazendo com que os recursos não fossem aplicados da melhor forma e não dessem os resultados esperados.

De tal maneira que a descoordenação, dentro do próprio Governo e entre diferentes níveis de Governo – entre a União, os Estados e os Municípios –, e a desarticulação da sociedade como um todo, esses programas obtiveram resultados, efeitos muito limitados e muito aquém daquilo que era de se esperar em função do volume de recursos investidos.

O Programa Comunidade Solidária, cujo conselho é constituído por Ministros de Estado e representantes da sociedade civil, sendo presidido pela primeira-dama, Professora Ruth Cardoso, seu primeiro objetivo visa a integração das diferentes ações que ocorrem nas pastas ministeriais. Essa integração fará com que esses recursos possam render mais e com que os desperdícios sejam menores, implicando, assim, que os resultados sejam potencializados.

Além do mais, está prevista para a execução do programa a articulação com os estados, municípios e com a sociedade civil e, inclusive, com a iniciativa privada, de maneira que um volume maior de recursos esteja disponível e possam, aplicados de maneira cuidadosa, apresentar o máximo de resultados positivos.

Temos os seguintes programas entre os que compõem o da Comunidade Solidária: Programa de Combate à Desnutrição Infantil, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Alimentação do Trabalhador, Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, Programa de Melhoria das Condições de Moradia, Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais, Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e de Formação Profissional, Programa de Atendimento à Criança e ao Adolescente e Programa de Educação Infantil.

Esses nove programas estão dentro das ações do Comunida-

de Solidária no pressuposto de que cada órgão que irá executá-los deverá estar articulado no sentido de colher resultados mais rápidos e ações mais eficientes.

A gestão de programas sociais ainda hoje se constitui num grande desafio. São ações específicas que requerem determinados atributos de seus gestores para que produzam os resultados esperados. É uma questão de legitimidade da aplicação dos recursos na área social, pois, até pouco tempo, estava muito em voga a idéia de que, cuidando-se apenas da economia, os resultados sociais viriam por consequência. Hoje, estamos vendo que há necessidade premente de se cuidar ao mesmo tempo das duas coisas, sob pena desses indicadores sociais, que ainda hoje nos enchem de vergonha, continuarem a se agravar e as disparidades e desigualdades entre regiões e entre pessoas continuarem aumentando.

O primeiro compromisso do Programa Comunidade Solidária é justamente buscar a integração de ações, evitando desperdícios entre órgãos do Governo Federal e também na própria comunidade, nos municípios e nos estados.

A segunda característica do Programa, que vale à pena ressaltar, é a necessidade de se definir claramente onde esses recursos serão aplicados. Uma das grandes dificuldades que temos visto ao longo do tempo na administração dos programas sociais é a pulverização, a atomização dos recursos, de tal maneira que fica complicado avaliar a eficiência, os resultados dos programas. O Comunidade Solidária vai atuar exatamente naqueles municípios, naquelas regiões metropolitanas que são apontadas, tanto pelas pesquisas do IPEA, que elaborou o chamado "Mapa da Fome", como também pelas pesquisas do IBGE, na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, onde estão os chamados "bolsões de pobreza", onde há grandes concentrações de pobreza.

Portanto, o Comunidade Solidária terá uma atuação seletiva, conferindo prioridade àquelas aglomerações urbanas ou àquelas populações que apresentarem os piores indicadores, em relação à pobreza e à fome. Estas ações estão agrupadas em quatro áreas prioritárias: a alimentação e a nutrição; o desenvolvimento rural; a defesa de direitos e a promoção social; a geração de emprego e renda; e os serviços urbanos, incluindo-se aqui recursos para empréstimos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Prevê-se que, neste ano, sejam aplicados 2 bilhões e 624 milhões de reais nos diferentes programas que integram o Comunidade Solidária.

Há, portanto, que se entender que esse programa não vem para substituir ações que já são desenvolvidas pelos diferentes Ministérios e pelos diferentes órgãos do Governo, mas, sim, para buscar uma harmonia entre esses programas e uma integração que faça com que os resultados a serem colhidos sejam os mais rápidos e eficientes.

Isso não quer dizer que não haja aportes novos de recursos para a execução desse programa, por exemplo, em relação ao sistema emergencial de distribuição de alimentos, que visa resolver situações agudas de escassez de alimentos, de baixos indicadores de nutrição das populações e que teve início no Conselho de Segurança Alimentar no Governo passado e na chamada Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

Essas metas em 1994 significaram distribuição de 200 mil toneladas de alimentos oriundas de estoques públicos do Governo. Para 1995, prevê-se o aumento de 100%: serão 400 mil toneladas de alimentos dos estoques público do Governo a serem distribuídas para essas populações que têm grande carência alimentar. Em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, foram gastos no ano passado 413 milhões de reais e este ano deverão ser aplicados ao Orçamento Geral de União 750 milhões de reais.

O Programa de Combate à Desnutrição Infantil, "Leite é Saúde", a cargo do INAN (Instituto Nacional de Alimentação e

Nutrição) e do Ministério da Saúde, ano passado, consumiu 49 milhões de reais para um atendimento de 470 mil beneficiários, os grupos mais vulneráveis da população: crianças e gestantes. Para 1995, estão assegurados no Orçamento Geral da União 170 milhões de reais. Como esse programa é prioritário para o Governo, tais recursos – inclusive nos cortes que já ocorreram no Orçamento em vigor – não serão cortados pelo Governo, uma vez, como já disse, constitui prioridade na ação governamental o enfrentamento da grave questão da fome e da pobreza.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero destacar aqui a preocupação do Governo Fernando Henrique em enfrentar uma questão tão grave e importante, como é a da fome e a da pobreza, buscando, em primeiro lugar, articular todos os esforços que o Governo Federal, os estados e os municípios, inclusive com as suas contrapartidas, poderão fazer no sentido de se obter os melhores resultados com a aplicação desses recursos.

É claro que conferindo, como confere, grande prioridade a esses programas, a essas ações, o Governo, inclusive, está aumentando os recursos disponíveis para serem aplicados nessa nova forma de atuação integrada dentro do próprio Governo Federal com os outros níveis de governo e com a própria comunidade, que deve, como irá certamente participar através da sua adesão desse programa que tem a sua marcha iniciada.

Isso na compreensão bem clara de que todos os programas de ajuste econômico são importantes e todas as ações que estão sendo desenvolvidas, recém iniciadas no plano da economia, das reformas institucionais, das modificações na Constituição, são de grande importância, mas não se pode deixar de, simultaneamente, atacar os problemas sociais, inclusive com o desenvolvimento de políticas públicas que possam responder de forma imediata às carências e às necessidades de nossas populações marginalizadas.

Está comprovado que todos os programas de ajuste da economia que são levados a efeito sem que se atente para o problema social malogram, porque estamos diante de populações inteiras que precisam desse tipo de ação por parte do Governo, que não são apenas números, estatísticas e não podem depender, única e exclusivamente, de políticas monetárias e econômicas frias e inflexíveis.

A novidade no caso do Programa Comunidade Solidária é justamente o fato de, ao contrário de outros países que desenvolvem programas verticalizados, onde a concepção das políticas públicas na área social partiam de um organismo centralizado e eram executadas sem a participação das comunidades, sem os níveis de governo mais próximos da população, se ter a oportunidade de atender, de maneira mais direta, às carências dessas populações e responder, de forma mais imediata, àquelas necessidades, inclusive com um menor custo e desperdício.

Muitos desses programas falharam, como é o caso, inclusive, do México, em que o Programa Solidariedade não atingiu os seus objetivos, porque foi concebido de uma maneira centralizada, desarticulada das comunidades, dos níveis de governo que estão mais próximos das populações e, portanto, redundando num grande fracasso.

Espero, Sr. Presidente, que realmente o Governo persevere nesse esforço. Não é simples articular a execução de programas sociais. Não é simples articular esforços de diferentes organismos estatais envolvidos na execução dessas ações, como também não é muito simples articular diferentes níveis de governo, quando inclusive se deseja, como no caso do Comunidade Solidária, envolver a própria comunidade e as próprias populações a serem beneficiadas pelo programa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

ATO DO PRESIDENTE Nº 155, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993,

resolve dispensar JOSÉ JABRE BAROUD, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Orçamento Público, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da função comissionada, símbolo FC-8, de Diretor da Subsecretaria de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 20 de março de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 156, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve designar JOSÉ JABRE BAROUD, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Orçamento Público, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a função comissionada, símbolo FC-9, de Diretor da Secretaria de Serviços Especiais, do Quadro de Pessoal, do Senado Federal.

Senado Federal, 20 de março de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 157, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve manter JOÃO CARLOS ZOGHBI, Analista de Indústria Gráfica Legislativa, Nível III, Padrão V/S-30, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal, na função comissionada, símbolo FC-8, de Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal.

Senado Federal, 21 de março de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 158, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve manter NARCISO MORI JÚNIOR, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na função comissionada, símbolo FC-8, de Diretor da Subsecretaria Técnica Eletrônica.

Senado Federal, em 21 de março de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 159, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve nomear MARTHA LYRA NASCIMENTO, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Orçamento Público, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na função comissionada, símbolo FC-9, de Diretora da Secretaria de Controle Interno.

Senado Federal, 21 de março de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 160, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve manter MANOEL MENDES ROCHA, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na função comissionada, símbolo FC-8, de Diretor da Subsecretaria de Ata.

Senado Federal, 21 de março de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 161, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve manter FLÁVIO ROMERO MOURA DA CUNHA LIMA, Analista legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na função comissionada, símbolo FC-8, de Diretor da Subsecretaria de Anais.

Senado Federal, 21 de março de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 162, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve manter MARIA HELENA RUY FERREIRA, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Orçamento Público, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na função comissionada, símbolo FC-8, de Diretora da Subsecretaria de Arquivo.

Senado Federal, 21 de março de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 163, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve nomear LÍDICE COELHO DA CUNHA, Analista de Indústria Gráfica Legislativa, Nível III, Padrão V/S-30, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 21 de março de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

ATA DA 14ª SESSÃO, REALIZADA EM 9-3-95 (Publicada no Diário do Congresso Nacional Seção II, de 10-3-95)

RETIFICAÇÃO

Na página nº 2922, 1ª coluna.

onde se lê:

REQUERIMENTO Nº 227, DE 1995.

leia-se:

REQUERIMENTO Nº 277, DE 1995.

ATA DA 18ª SESSÃO, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1995

(Publicado no DCN, Seção II, de 16-3-95)

RETIFICAÇÃO

Na página 3141, 2ª coluna, republique-se por incorreções o ANEXO AO PARECER Nº 66, DE 1995:

ANEXO AO PARECER Nº 66, DE 1995

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1994 (nº 2.904/92, na Casa de origem).

Acrescenta parágrafo ao art. 32 da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 32 da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. Os valores das comissões a que fizer jus o representante comercial serão atualizados mo-

netariamente, em caso de mora, pelos índices e critérios adotados para a correção dos valores dos créditos de natureza trabalhista."

Art. 2ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3ª Revogam-se as disposições em contrário.

ATA DA 21ª SESSÃO, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1995

(Publicada no Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 21-3-95)

RETIFICAÇÕES

Na página 3290, 2ª coluna, republique-se por incorreções o seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 1995 (Nº 2.377/91, na Casa de origem)

Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1ª O art. 2º da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 fica acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 2º

§ 1º Os documentos referentes à ação profissional de que trata esta lei serão obrigatoriamente elaborados e assinados por administrador devidamente registrado no órgão competente.

§ 2º As autoridades federais, estaduais e municipais de qualquer dos poderes, bem como as empresas privadas, deverão exigir a assintura do profissional de Administração nos documentos mencionados nas alíneas a e b deste artigo.

§ 3º Após a assinatura deverá ser citado o número do registro profissional no respectivo Conselho Regional de Administração."

Art. 2ª Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3ª Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.769, DE 9 DE SETEMBRO DE 1965

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

Art. 2ª A atividade profissional de Técnico de Administração será exercida como profissão liberal ou não VETADO, mediante:

a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;

b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração VETADO, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, relações públicas, administração

mercado, logística, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos;

c) VETADO.

(À Comissão de Assuntos Sociais)

Na página 3329, 2ª coluna, na publicação dos documentos a que se refere, o Sr. Jucá Filho em seu pronunciamento, e não se referem como foi publicado, inclua-se por omissão o seguinte:

OF. Nº 040/95 – GSRJ

Brasília, 17 de março de 1995

Ilmª Sr.

Dr. Henrique Hargreaves

M.D. Presidente da Empresa de Correios e Telégrafos

Brasília – DF

Senhor Presidente,

Conforme nosso entendimento, estamos encaminhando solicitação de instalação de uma Diretoria Regional da Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, no nosso Estado de Roraima.

É importante frisar que, com a implantação desta nova unidade da Federação, em 1990, e com o conseqüente crescimento do fluxo migratório para a nossa região, a população de Roraima mais que duplicou nos últimos anos, estando a requerer de todas as autoridades governamentais o apoio necessário no sentido de ver atendidos os preceitos necessários ao nosso desenvolvimento.

No caso específico da Empresa de Correios e Telégrafos, é importante ressaltar o esforço e a dedicação dos seus servidores, que atuam em Roraima com extrema abnegação e profissionalismo, apesar das poucas condições operacionais e das dificuldades inerentes a uma região de fronteira.

Por isto mesmo, ressaltamos a importância da criação imediata da Direção Regional no nosso Estado, como forma de agilizar os serviços prestados à população, ao mesmo tempo em que, descentralizando as decisões, será possível dar melhores condições de trabalho aos próprios servidores.

Certo de contarmos com a atenção e o apoio de V. Sª, renovamos nossos protestos de estima e consideração. – Senador Romero Jucá, PFL – RR.

Na página 3342, final da 2ª coluna, na designação da Ordem do Dia da próxima sessão ordinária, inclua-se, por omissão, o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 200, DE 1995

Votação, em turno único, do Requerimento nº 200, de 1995, do Senador Ademir Andrade, solicitando, nos termos regimentais, seja convocado o Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, a fim de prestar informações sobre a futura instalação da décima segunda refinaria da Petrobrás.

MESA**Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPR - MS

4º Secretário

Ernandes Amorim - PDT - RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares - PP - SE

José Eduardo Dutra - PT - SE

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDOR

Romeu Tuma - PL - SP

CORREGEDORES SUBSTITUTOS

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares

Vice-Líderes

Vilson Kleinübing

José Roberto Arruda

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Eptácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PP****Líder**

Bernardo Cabral

Vice-Líder

João França

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PL****Líder**

Romeu Tuma

Vice-Líderes**LIDERANÇA DO PPS****Líder**

Roberto Freire

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

Ademir Andrade

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Presidente: Senador Gilberto Miranda

Vice-Presidente: Senador Pedro Piva

(27 titulares e 27 suplentes)

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Gilvan Borges		Jáder Barbalho	
Gilberto Miranda		Mauro Miranda	
Ney Suassuna		Flaviano Melo	
Onofre Quinan		Ronaldo Cunha Lima	
Carlos Bezerra		Pedro Simon	
Fernando Bezerra		Casildo Maldaner	
Ramez Tebet		Gerson Camata	
	PFL		
Francelino Pereira		Joel de Hollanda	
Vilson Kleinübing		Josaphat Marinho	
Jonas Pinheiro		Waldeck Ornelas	
Edison Lobão		Romero Jucá	
Freitas Neto		José Bianco	
João Rocha		Elcio Alvares	
Carlos Patrocínio		Alexandre Costa	
	PSDB		
Beni Veras		Carlos Wilson	
Jefferson Peres		Lúdio Coelho	
Pedro Piva		Sérgio Machado	
Geraldo Melo		Lúcio Alcântara	
	PPR		
Esperidião Amin		Leomar Quintanilha	
Epitácio Cafeteira		Lucídio Portella	
	PT		
Lauro Campos		José Eduardo Dutra	
Eduardo Suplicy			
	PP		
João França		Bernardo Cabral	
Osmar Dias		José Roberto Arruda	
	PTB		
Valmir Campelo		Marluce Pinto	
Arlindo Porto		Luiz Alberto de Oliveira	
	PDT		
Sebastião Rocha		Darcy Ribeiro	

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Presidente: Senador Beni Veras

Vice-Presidente: Senador Carlos Wilson

(29 titulares e 29 suplentes)

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Carlos Bezerra		Nabor Júnior	
Gilvan Borges		Onofre Quinan	
Pedro Simon		Humberto Lucena	
Casildo Maldaner		José Fogaça	
Ronaldo Cunha Lima		Fernando Bezerra	
Mauro Miranda		Coutinho Jorge	
	PFL		
Romero Jucá		Guilherme Palmeira	
Jonas Pinheiro		José Bianco	
Antônio Carlos Magalhães		Hugo Napoleão	
José Alves		Elcio Alvares	
Alexandre Costa		Freitas Neto	

Waldeck Ornelas

Joel de Hollanda
José Agripino

PSDB

Beni Veras
Lúcio Alcântara
Carlos Wilson

Artur da Távola
Geraldo Melo
Jefferson Peres
Lúdio Coelho

PPR

Leomar Quintanilha
Lucídio Portella

Esperidião Amin
Epitácio Cafeteira

PT

Marina Silva
Benedita da Silva

José Eduardo Dutra

PP

Antônio Carlos Valadares
Osmar Dias

João França
José Roberto Arruda

PTB

Emília Fernandes
Valmir Campelo

Marluce Pinto
Luiz Alberto de Oliveira

PDT

Júnia Marise

Sebastião Rocha

PSB+PL+PPS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Presidente: Senador Iris Rezende

Vice-Presidente: Senador Lúcio Alcântara

(23 titulares e 23 suplentes)

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Iris Rezende		Jáder Barbalho	
Ronaldo Cunha Lima		Pedro Simon	
Roberto Requião		Gilvan Borges	
José Fogaça		Carlos Bezerra	
Ramez Tebet		Gilberto Miranda	
Ney Suassuna		Casildo Maldaner	
	PFL		
Guilherme Palmeira		Carlos Patrocínio	
Edison Lobão		Antonio Carlos Magalhães	
José Bianco		Hugo Napoleão	
Elcio Alvares		José Agripino	
Francelino Pereira		Freitas Neto	
Josaphat Marinho		Romero Jucá	
	PSDB		
José Ignácio Ferreira		Sérgio Machado	
Lúcio Alcântara		Beni Veras	
Jefferson Peres		Artur da Távola	
	PPR		
Esperidião Amin		Leomar Quintanilha	
	PT		
Lauro Campos		Benedita da Silva	
	PP		
Bernardo Cabral		Antônio Carlos Valadares	
	PTB		
Luiz Alberto de Oliveira		Arlindo Porto	
	PDT		
Júnia Marise		Sebastião Rocha	

Ademir Andrade

PSB

Romeu Tuma

PL

Roberto Freire

PPS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Senadora Emília Fernandes

(27 titulares e 27 suplentes)

Titulares

PMDB

José Fogaça
Coutinho Jorge
Iris Rezende
Roberto Requião
Gerson Camata
Jáder Barbalho

Suplentes

Ramez Tebet
Onofre Quinan
Humberto Lucena
Flaviano Melo

PFL

Vago
Waldeck Ornelas
Hugo Napoleão
Joel de Hollanda
José Bianco
Élcio Alvares

José Agripino
Vilson Kleinübing
Edison Lobão
Antônio Carlos Magalhães
Alexandre Costa
Francelino Pereira

PSDB

Artur da Távola
Carlos Wilson
Sérgio Machado

Beni Veras
Jefferson Peres
Lúcio Alcântara

PPR

Vago
Leomar Quintanilha

Vago
Esperidião Amin

PT

Marina Silva
José Eduardo Dutra

Lauro Campos
Benedita da Silva

PP

José Roberto Arruda
João França

Osmar Dias
Bernardo Cabral

PTB

Emília Fernandes
Marluce Pinto

Arlindo Porto
Valmir Campelo

PDT

Darcy Ribeiro

Júnia Marise

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães

Vice-Presidente: Senador Bernardo Cabral

(19 titulares e 19 suplentes)

Titulares

PMDB

Nabor Júnior
Flaviano Melo
Casildo Maldaner
Pedro Simon
Humberto Lucena

Suplentes

Mauro Miranda
Fernando Bezerra
Ronaldo Cunha Lima
Gerson Camata
Iris Rezende

PFL

Guilherme Palmeira

Jonas Pinheiro

Antônio Carlos Magalhães
Hugo Napoleão
José Agripino

Edison Lobão
João Rocha
José Alves
Vilson Kleinübing

PSDB

Geraldo Melo
Artur da Távola
Lúdio Coelho

José Ignácio Ferreira
Carlos Wilson
Pedro Piva

PPR

Epitácio Cafeteira

Lucídio Portella

PT

Benedita da Silva

Marina Silva

PP

Bernardo Cabral

Antônio Carlos Valadares

PTB

Marluce Pinto

Emília Fernandes

PDT

Sebastião Rocha

Darcy Ribeiro

PSB + PL + PPS

Romeu Tuma

Ademir Andrade

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA (23 titulares e 23 suplentes)

Titulares

PMDB

Nabor Júnior
Mauro Miranda
Onofre Quinan
Gerson Camata
Fernando Bezerra

Suplentes

Roberto Requião
Ney Suassuna
Coutinho Jorge
Gilberto Miranda
Carlos Bezerra

PFL

Freitas Neto
Joel de Hollanda
José Agripino
Romero Jucá
Vilson Kleinübing
João Rocha

Carlos Patrocínio
Josaphat Marinho
Jonas Pinheiro
Guilherme Palmeira
Waldeck Ornelas
José Alves

PSDB

José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho

Pedro Piva
Geraldo Melo

PPR

Lucídio Portella

Leomar Quintanilha

PT

José Eduardo Dutra

Marina Silva

PP

José Roberto Arruda

Osmar Dias

PTB

Arlindo Porto

Emília Fernandes

PDT

PSB

Ademir Andrade

PL

Romeu Tuma

PPS

Roberto Freire

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Presidente: Senador Alexandre Costa
Vice-Presidente: Antônio Carlos Valadares

(17 titulares e 9 suplentes)

Titulares

Coutinho Jorge
Gilberto Miranda
Flaviano Melo
Humberto Lucena
Jáder Barbalho

PMDB

PFL

Josaphat Marinho
Carlos Patrocínio
José Alves
Alexandre Costa

Suplentes

Gilvan Borges
Nabor Júnior

João Rocha
Francelino Pereira

PSDB

Pedro Piva
Sérgio Machado

José Ignácio Ferreira

PPR

Leomar Quintanilha

Lucídio Portella

PT

Eduardo Suplicy

Lauro Campos

PP

Antônio Carlos Valadares

João França

PTB

Luiz Alberto de Oliveira

Valmir Campelo

PDT

Darcy Ribeiro

PSB + PL + PPS

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral R\$ 23,53

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral R\$ 23,53

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 – 120

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
QUADRO COMPARATIVO**

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989

5 VOLUMES.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989, índice comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

Outros títulos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989

5 Volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

Comentários por João Barbalho U. C.

Edição fac-similar dos comentários à Constituição Federal de 1891.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT). Para solicitar catálogo de preços, escreva para

Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar. Cep 70165-900, Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589. Fax.: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

n.º 118 — abril/junho 1993

Leia neste número:

O perfil constitucional do Estado contemporâneo: o Estado democrático de direito

Inocêncio Mártires Coelho

As limitações ao exercício da reforma constitucional e a dupla revisão

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Controle externo do Poder Judiciário

José Eduardo Sabo Paes

Loucura e prodigalidade à luz do direito e da psicanálise

Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Osmar Brina Corrêa Lima

Na mesma edição:

O Distrito Federal nas Constituições e na revisão constitucional de 1993. *Gilberto Tristão*

A Constituição de 1988 e os Municípios brasileiros. *Dieter Brühl*

A Justiça Militar estadual. *Álvaro Lazzarini*

A declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade da lei — *Unvereinbarkeitserklärung* — na jurisprudência da Corte Constitucional alemã. *Gilmar Ferreira Mendes*

Da responsabilidade do Estado por atos de juiz em face da Constituição de 1988. *A. B. Corrêa Neto*

Serviço público — função pública — tipicidade — critérios distintivos. *Hugo Guehras Bernardes*

Considerações atuais sobre o controle da discricionariedade. *Luiz Antonio Soares Hentz*

Sistema brasileiro de controle da constitucionalidade. *Sara Maria Stroher Paes*

O controle interno de legalidade pelos Procuradores do Estado. *Cleia Cardoso*

Tutela jurídica sobre as reservas extrativistas. *Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Luiz Daniel Felipe*

Legislação ambiental brasileira — evolução histórica do direito ambiental. *Ann Helen Wainer*

Princípios gerais de direito ambiental internacional e a política ambiental brasileira. *Paulo Affonso Leme Machado*

Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil. *José Flávio Sombra Saraiva*

História das idéias pensais na Alemanha do pós-guerra. *Winfried Hassemer*

Aspectos do discurso jurídico-penal (material e formal) e sua ilegitimidade. *Sérgio Luiz Souza Araújo*

Processo, democracia y humanización. *Juan Marcos Rivero Sánchez*

O combate à corrupção e à criminalidade no Brasil: cruzadas e reformas. *Geraldo Brindeiro*

Liderança parlamentar. *Rosinette Monteiro Soares*

Considerações acerca de um código de ética e decoro parlamentar. *Rubem Nogueira*

Entraves à adoção do parlamentarismo no Brasil. *Carlos Alberto Bittar Filho*

Usucapião urbano. *Rogério M. Leite Chaves*

O Código do Consumidor e o princípio da continuidade dos serviços públicos comerciais e industriais. *Adriano Perácio de Paula*

Dos contratos de seguro-saúde no Brasil. *Marta Leonor Baptista Jourdan*

A nova regulamentação das arbitragens. *Otto Eduardo Vizeu Gil*

Os bancos múltiplos e o direito de recasso. *Arnoldo Wald*

O dano moral e os direitos da criança e do adolescente. *Roberto Senise Lisboa*

A Aids perante o direito. *Licínio Barbosa*



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT).

Para solicitar catálogo de preços, escreva para
Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar
70165-900 Brasília, DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 • Telex: (061) 1357

Venda direta ao usuário no Senado Federal:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

**À venda na Subsecretaria de
Edições Técnicas – Senado Federal,
Anexo I, 22º andar – Praça dos Três
Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF –
Telefones 311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.



EDIÇÃO DE HOJE: 104 PÁGINAS